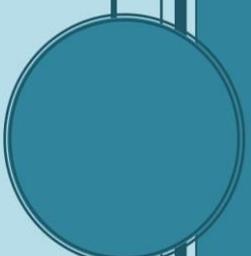


SEMINÁRIO INTERLINHAS

Volume 3, número 2 • jul./dez. 2015 • ISSN

ANAI



ANAIS

SEMINÁRIO INTERLINHAS — 2015.2
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CRÍTICA CULTURAL (PÓS-CRÍTICA)

Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II
Alagoinhas, Bahia, Brasil

Período: 16 e 17 de dezembro de 2015

ANAIS

SEMINÁRIO INTERLINHAS — 2015.2
Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)

Universidade do Estado da Bahia — UNEB, Campus II
Alagoinhas, Bahia, Brasil

Período: 16 e 17 de dezembro de 2015



Fábrica de Letras
Laboratório de Edição

Alagoinhas, 2015



Universidade do Estado da Bahia — UNEB
Reitor: José Bites de Carvalho
Vice-Reitora: Carla Liane Nascimento Santos



Departamento de Educação — DEDC II
Diretora: Áurea da Silva Pereira Santos
Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural —
Pós-Crítica
Coordenação: Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos
Vice-Coordenador: Profa. Dra. Elisangela Santana
dos Santos



Editora Fábrica de Letras
Coordenação: Profa. Dra. Edil Silva Costa
Editor: Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel
Editora assistente: Gislene Alves da Silva

Ficha Catalográfica:

S471 Seminário Interlinhas, 2015.2: (16 a 17 de dezembro de 2015, Alagoínhas, BA)/
Anais: Organizadoras Gislene Alves da Silva e Vyrna Isaura Valença
Perez; Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós- Graduação
em Crítica Cultural. Alagoínhas: Fábrica de Letras, 2015.
p. 165

1. Literatura – Crítica e interpretação- Congressos. 2. Letramento –
Congressos. 3. Linguagem e línguas - Congressos. 4. Cultura- Congressos.
I. Silva, Gislene Alves da. II. Perez, Vyrna Isaura Valença. III. Universidade
do Estado da Bahia. Programa de Pós- Graduação em Crítica Cultural. IV.
Título.

CDD 801.95

Biblioteca do Campus II / Uneb
Bibliotecária: Iza Christina P. de A. Costa - CRB: 5/1042

Créditos: Anais do Seminário Interlinhas

Organização: Gislene Alves da Silva, Vyrna Isaura Valença

Projeto gráfico: Roberto H. Seidel

Editoração: Gislene Alves da Silva

Revisão: Vyrna Isaura Valença

Capa: Gislene Alves da Silva

Assistente editorial: Eider Ferreira Santos, Fabiane Fernandes Guimarães, Maria Aparecida Santos de Souza, Pollyanna Araújo Carvalho, Priscila Lima de Carvalho e Silvana Nascimento Lianda.

Impressão: Fábrica de Letras do Pós-Crítica/UNEB

Seminário Interlinhas — 2015.2, do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica)
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus II
Alagoinhas, Período: 16 e 17 de dezembro de 2015

Conselho Científico:

Prof. Dr. Arivaldo de Lima Alves (UNEB)
Profa. Dra. Carla Patrícia Bispo de Santana (UNEB)
Prof. Dr. Carlos Magno S. Gomes (UFS)
Profa. Dra. Edil Silva Costa (UNEB)
Profa. Dra. Elisangela Santana dos Santos (UNEB)
Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira (UNEB)
Prof. Dr. José Carlos Félix (UNEB)
Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira (UNEB)
Profa. Dra. Maria de Fátima Berenice da Cruz (UNEB)
Profa. Dra. Maria Nazaré Mota de Lima (UNEB)
Profa. Dra. Maria Neuma Mascarenhas Paes (UNEB)
Profa. Dra. Mauren P. Przybylski (UNEB)
Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos (UNEB)
Profa. Dra. Patrícia Kátia da Costa Pina (UNEB)
Prof. Dr. Paulo César Souza Garcia (UNEB)
Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel (UNEB)
Profa. Dra. Suely Aldir Messeder (UNEB)
Prof. Dr. Washington Luís Lima Drummond (UNEB)

Comissão Organizadora do Seminário Interlinhas:

Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira (UNEB)
Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira
Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel
Francisco Gabriel de Almeida Rego

Comissão de Divulgação [blog, site]:

Profa. Dra. Jailma dos Santos Pedreira Moreira (UNEB)
Profa. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira
Prof. Dr. Roberto Henrique Seidel
Francisco Gabriel de Almeida Rego

Comissão de Infra-Estrutura:

Hildete Barroso de Souza
Michele da Silva de Aragão
Luann Andrade da Silva
Gleison Fernandes

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	9
<i>Arleide Farias de Santana</i>	11
Terra de negro na comunidade do Buri: territorialidade e resistência	
<i>Dilcinéa dos Santos Reis</i>	19
Influência da língua brasileira de sinais - libras na construção da identidade surda: uma interpretação baseada em estudantes surdos no município de Alagoinhas	
<i>Edilange Borges de Souza</i>	23
A professora da roça: estudo autobiográfico sobre a construção do seu empoderamento no exercício da profissão	
<i>Edite Nascimento Lopes</i>	31
A história africana e cultura afro-brasileira na prática pedagógica dos professores de Alagoinhas-BA com base na lei 10.639/2003	
<i>Eliane Bispo de Almeida Souza</i>	39
Permanência da cultura de cantar versos na memória de um grupo de trabalhadores do povoado Monte Alegre em Rio Real/BA na contemporaneidade	
<i>Érico da Silva França</i>	47
O ponto do beiju: uma encruzilhada estético-política	
<i>Francisco Gabriel Rêgo</i>	55
Documentário indígena: voz, autorrepresentação e outros tensionamentos	
<i>Hadson Bertoldo Sales Lima</i>	65
Associação de trovadores e violeiros da região do sisal da Bahia e os vestígios da cultura popular	
<i>Jussara Keila Nascimento de Souza</i>	73
A pesquisa em letras e suas repercussões: um estudo pautado em projetos de iniciação científica desenvolvidos no DEDC II – UNEB	
<i>Marcela Ferreira Lopes</i>	81
A produção cinematográfica nacional e a indústria cultural dominante	

<i>Maria Aparecida Santos de Souza</i>	87
Lima Barreto: contos e crônicas, uma potência poética nesse contexto da lei 10639/03	
<i>Marilene Lima dos Santos</i>	93
Da representação da cidade às construções de baianidades em <i>Os pastores da noite</i>	
<i>Olandiara de Aragão dos Santos</i>	99
O pé firme da Pisadinha	
<i>Oyama dos Santos Lopes</i>	105
As contribuições de Oscar da Penha (o batatinha) para o samba baiano	
<i>Priscila Lima de Carvalho</i>	113
Leituras e recepções sobre as identidades sexuais e de gênero no espaço escolar da comunidade de Pojuca - Ba	
<i>Reijane Maria de Jesus Oliveira</i>	119
Afirmando a identidade negra por meio dos mitos afro-brasileiros e africanos?	
<i>Silvane Santos Souza</i>	127
Multiletramentos na contemporaneidade: análise das práticas docente voltadas para formação do sujeito-leitor na era da cibercultura	
<i>Taiane Emanuele S. Mota</i>	137
Imagens do feminino na obra <i>um Copo de cólera</i>	
<i>Tâmara Rossene Andrade Bomfim</i>	143
Os sujeitos da cultura popular de ibotirama – da invisibilidade à resistência	
<i>Vanessa Nascimento Machado</i>	149
Educação e sexualidade como prática de empoderamento feminino	
<i>Vyrna Isaura Valença Perez</i>	157
Fundo de financiamento estudantil – FIES: inclusão para exclusão?	

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica), sediado no Campus II da UNEB, na cidade de Alagoinhas, é pioneiro ao interiorizar uma proposta de formação de pesquisadores em crítica da cultura, a partir de um diálogo com grupos que mobilizam os aparatos teóricos do pós-estruturalismo.

O *SEMINÁRIO INTERLINHAS* é um evento semestral do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, tendo como objetivo o estudo, reflexão e debate sobre os projetos de pesquisa em andamento realizados no interior e entre as linhas *Margens da Literatura, Letramento, Identidades e Formação e Narrativa, Testemunhos e Modos de Vida* pelos discentes e docentes do programa.

A comissão organizadora

TERRA DE NEGRO NA COMUNIDADE DO BURI: TERRITORIALIDADE E (RE) EXISTÊNCIA

Arleide Farias de Santana (PÓS-CRÍTICA/UNEB)¹

Orientador: Prof. Dr. Ari Lima

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se pauta na inquietação acerca da formação da população do município de Pedrão (BA), em especial, do povoado Buri, no que tange aos seus aspectos étnico-raciais e culturais, definidos, possivelmente, por suas raízes africanas, o que favoreceu o seu reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, enquanto remanescentes de quilombo.

Outros elementos que merecem destaque e que podem ter contribuído também para que essa região conseguisse o referido reconhecimento foram os indícios de engenhos de cana de açúcar, exemplificados pela existência de ruínas – que deveriam ser consideradas pontos turísticos históricos do município estudado – nas atuais fazendas América, Escola e Iaçú (nesta última existe uma lagoa conhecida pelas lendas de que negros “fujões” foram lançados em suas águas, segundo depoimentos de moradores daquela localidade).

O estudo das citadas ruínas não é o objetivo principal deste trabalho, mas serve como sinais da presença negro-africana na região, o que incide na existência de influências africanas nas manifestações culturais, patrimônio imaterial do povoado a ser estudado.

O município de Pedrão foi fundado em 1745. Pertenceu ao município de Irará até o ano de 1962. Tem aproximadamente, hoje, 6.903 habitantes, com uma área territorial de 172 km²; localizado no litoral norte do estado da Bahia, com acesso através da BA 503, fazendo fronteiras com os municípios de Irará, Coração de Maria, Teodoro Sampaio, Aramari e Ouriçangas. Sua economia é baseada na agropecuária (GALDINO, 2009).

Situado a quatro quilômetros da sede do município de Pedrão-(BA), o Buri tem uma população formada basicamente por duas famílias: Belon e Souza, tendo, como é comum na maioria de agrupamentos rurais, um forte grau de parentesco.

Várias comunidades pedronenses têm características de remanescentes de Quilombos, como Cambumbe, Mocambo e Gameleira. Este último, por ficar próximo ao Buri, foi incluída na Associação na busca pelo reconhecimento.

¹ Mestranda em Crítica Cultural –UNEB/Campus II. E-mail: arleidfarias@hotmail.com.

Assim, o interesse neste estudo é identificar as estratégias para a apropriação deste lugar como espaço de pertencimento e averiguar as estratégias utilizadas para a inserção da comunidade no contexto pós-moderno de inclusão.

QUILOMBO: ORIGENS E SIGNIFICAÇÕES

Importante, antes de tudo, esclarecer o sentido da palavra quilombo. Esta é originária do idioma africano quimbundo, que significa: “sociedade formada por jovens guerreiros que pertenciam a grupos étnicos desenraizados de suas comunidades” (MOURA, 2006, p. 37). Nesse sentido, Décio Freitas acrescenta que a palavra é um aportuguesamento do quimbundo mutambo, e significa “cumeira da casa”. Já Théó Brandão, traz a origem do termo como sendo bantu e significa habitação. Munanga confirma essa origem e acrescenta que bantu é oriundo dos grupos lunda, ovibundo, mbundo, kongo e de outros povos trazidos para o Brasil na época da escravidão. Destaca ainda que devido às migrações no solo africano entre os séculos XVI e XVII, o termo quilombo deixa de ser uma instituição bantu apenas, tornando-se numa entidade “transétnica”, envolvendo povos de diferentes regiões entre Zaire e Angola. Em solo brasileiro esse processo transformático foi adaptado à realidade brasileira de acordo á diferentes circunstâncias na formação dos quilombos (SILVA, 1998).

Como há diferentes concepções acerca da origem da palavra quilombo, o mesmo acontece com o espaço ou terra quilombolas no Brasil. Existem várias denominações como terra de pretos, mocambos, comunidades negras rurais, quilombos, dentre outros, o que denuncia a complexidade do processo da formação dos quilombos no Brasil e é nessa complexidade que devem estar pautados novos estudos a cerca do conceito de quilombos.

É certo que, ao longo da história este conceito vem se expandindo, chegando à radical compreensão de Abdias Nascimento em sua obra *O quilombismo*. Para ele o quilombo pode ser compreendido como toda e qualquer forma de resistência coletiva ao processo de linchamento racial (dos afro-brasileiros), independente da época ou local. (NASCIMENTO, 1980). Essa compreensão ultrapassa qualquer conceito de quilombos, inclusive os limites formais defendidos pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de 1994, que afirma que: “[...] Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”. Contrariando, em parte, essa afirmação é importante ressaltar que os quilombos não se formaram linearmente, com regras únicas, pois tiveram diferentes e originais estratégias em momentos e espaços distintos (SILVA, 1998). Assim é possível encontrar comunidades negras rurais sem o “forte vínculo com o passado” e sim com a realidade de “cidadãos”

marginalizados socialmente, características principais das comunidades quilombolas atuais, mais próximo do conceito citado acima, quilombismo.

A citada complexidade a cerca da identificação dos remanescentes das comunidades quilombolas citados no Art. 68 da Constituição Federal de 1988, faz surgir grupos políticos, movimentos negros, organizações que apoiam a causa, mas por outro lado aparecem também as forças contrárias que vão buscar argumentos em arcabouços jurídicos colônias que definiam quilombos como grupo de escravos fugidos, que viviam à margem da lei, roubando e saqueando proprietários de fazendas, tentando desqualificar a luta dessas comunidades pela posse de suas terras. Ainda utilizam-se do binômio formação/destruição dos quilombos no passado, argumentando que se esses grupos foram destruídos, não resta a possibilidade da existência de “remanescentes de quilombos”. Assim a denominação “quilombos contemporâneos” é mais adequada para o momento (SILVA, 1998).

Com o intuito de superar essa dicotomia formação/destruição de quilombos como algo incontestável faz-se necessário a ampliação de estudos, com base em diferentes fontes a cerca do tema que possibilite uma revisão conceitual do tema e é nesse direcionamento que segue este trabalho.

O QUILOMBO CONTEMPORÂNEO DO BURI, PARTICULARIDADES E POTENCIALIDADES

O surgimento dos quilombos no passado foi uma estratégia de sobrevivência antes e depois da Abolição. Muitas comunidades negras atuais, sobretudo as urbanas, como as do passado, não se soubessem quilombolas. Essa situação começou a mudar a partir do advento das ações afirmativas.

Assim, em alguns casos, este quilombo, por conseguintes os quilombolas, tenham a necessidade de se “inventar” enquanto quilombolas que já são, querendo demonstrar uma unicidade inexistente em qualquer grupo social. Esse é o caso do Buri? Com a pesquisa a partir das experiências da comunidade, pretendo averiguar essa possibilidade.

Encontrar formas puras na cultura negra e quilombola é uma ilusão. São sempre impuras, até certo ponto hibridizadas a partir de uma base vernácula (HALL,2003, p. 343) é uma ilusão, levando em consideração a origem dos quilombos, como já foi afirmado eram formado por negros, índios e brancos empobrecidos. Além disso, mesmo antes da existência desses agrupamentos, já havia o entrecruzamento de culturas entre os três grupos citados acima, sendo exemplificada em parte, pelo sincretismo religioso, evidente na comunidade do Buri, vinculados às divergências nesse campo. No entanto [...], é para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência que devemos dirigir

integralmente a nossa atenção criativa agora. (HALL, 2003, p.346). E esse é o direcionamento desse projeto.

Por outro lado, é importante ressaltar os impactos da globalização sobre a dinâmica cultural das comunidades quilombolas, influenciando também o no processo de identidade, dificultando a assimilação de conceitos como identidade quilombola, negra, quilombola e afrodescendente. Nesse sentido surge um novo questionamento: como se dá esse processo identitário na comunidade do Buri?

Fruto dessa dinâmica cultural e social, surge um outro elemento que merece destaque na comunidade do Buri: Apesar da origem desta comunidade está pautada no patriarcalismo do ex-escravo, Manoel Bellon, atualmente são as mulheres que lideram o processo de autoafirmação quilombola na comunidade, potencializando a realização dessa pesquisa.

Assim, sendo o mestrado em Crítica Cultural o espaço de discussões sobre representações literárias e dos modos de produção das minorias e comunidades periféricas, bem como dos modelos historiográficos, teóricos e críticos que fundamentam sua interpretação, problematizando formas, suportes, métodos, formações discursivas e embates epistemológicos - permite se fazer uma reflexão sobre a referida comunidade, com o objetivo de se averiguar essa provável afirmação identitária ou auto-definição das pessoas do lugar.

Escrever sobre uma comunidade negra quilombola é trabalhar uma literatura menor, uma literatura que não se prende aos limites de um campo, seja ele cultura, lingüístico ou literário. E uma literatura menor não é aquela oriunda de uma língua menor, mas aquela que uma minoria praticante de uma língua maior é capaz de produzir. Uma literatura que dá voz e sentido às produções de uma minoria, esvaziando conceitos até então universalizantes. Assim o lugar da literatura menor é político, é onde são dadas as condições para a reinvenção de conceitos e onde o menor, o diferente mostra-se visível e revolucionário (DELEUZE, GUATTARI, 1977). É o lugar do crítico cultural, do quilombo, do Buri.

Não há como falar de quilombos sem levar em consideração a sua inserção nas relações sociopolíticas do presente. No entanto vale a pena lembrar de alguns fatos que demonstram a constante resistência negra à escravidão e à inferiorização imputada ao negro pela colonialidade dos saberes, (visão etnocêntrica) ao longo da história (MIGNOLO, 2010), ocultando, por exemplo, a informação de que este povo foi o sujeito ativo na luta contra a escravidão, desde o tráfico, promovendo atos individuais e coletivos de rebeldia, já em solo africano (SILVA, 2011). E foi essa resistência que deu origem ao que nós chamamos hoje de quilombos.

Logo após a abolição, a rebeldia negra tinha forças para travar a luta contra os senhores de escravos, no entanto faltavam-lhes condições político-ideológicas para articular um projeto de organização social no período pós abolição. Foi nesse momento que apareceram os movimentos abolicionistas divididos em fases por Clóvis Moura: “proto-abolicionismo ou “aboliconismo negro” e movimentos liderados por abolicionistas moderados no século XIX.

Esses abolicionistas moderados acabaram por reforçar a exclusão racial, pois não era interesse deles a realização de reformas políticas que contribuíssem para a inserção da população afrodescendente na sociedade brasileira, dando início à marginalização desse povo que continua até os dias atuais. Pouco ou nada foi feito para mudar essa situação desde a abolição até a década de 30. A população negra era lembrada enquanto ameaça degenerativa da herança humanista européia tornando-se não-cidadãos, criando os quilombos contemporâneos (urbanos e rurais), cuja característica é a subsistência e não mais a fuga (SILVA, 2011).

Falar de remanescentes de quilombos significa lembrar que o Território Remanescente de Comunidade Quilombola é uma concretização das conquistas da comunidade afro-descendente no Brasil, fruto das resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil colônia. Além de oriundos dos antigos quilombos de escravos refugiados, é importante lembrar que muitas das comunidades foram estabelecidas em terras como de heranças, doações, pagamento em troca de serviços prestados ou compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após sua abolição. No que se refere à comunidade do Buri, segundo relatos, as terras foram compradas pelo patriarca fundador Manoel Bellon e posteriormente foi repassado como herança aos filhos e netos.

A chamada comunidade remanescente de quilombo é uma categoria social relativamente recente, representa uma força social relevante no meio rural brasileiro, dando nova tradução àquilo que era conhecido como comunidades negras rurais (mais ao centro, sul e sudeste do país) e terras de preto (mais ao norte e nordeste), que também começa a penetrar ao meio urbano, dando nova tradução a um leque variado de situações que vão desde antigas comunidades negras rurais atingidas pela expansão dos perímetros urbanos até bairros no entorno dos terreiros de candomblé (ARRUTI, 2006). Com uma trajetória histórica própria, dotado de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, sua caracterização deve ser dada segundo critérios de autoatribuição atestada pelas próprias comunidades. Esse processo já foi realizado na comunidade do Buri.

Sendo assim, o Buri, enquanto remanescente quilombola é extremamente recente, encontrando-se na infância, um espaço de desconstrução e reconstrução de conceitos. O local no

qual ocorre a experiência, que se dá através da linguagem, relato (AGAMBEN, 2005). E é nesse contexto que as realidades ambivalentes dessa comunidade prevalecerão.

Embora desde 1988 a Constituição Federal do Brasil já conceituasse como patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, foi no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que foi reconhecido o direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos que estivessem ocupando suas terras ter a propriedade definitiva da mesma, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.

Entretanto, foi apenas em 2003, através do Decreto Federal Nº 4.887 (BRASIL, 2003) que, apesar do partido DEM ter tentado provar inconstitucionalidade do referido decreto, foi regulamentado o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. A identificação dos limites das terras das comunidades é feita a partir da avaliação conjunta das indicações da própria comunidade e de estudos técnicos e científicos, inclusive relatórios antropológicos, constituindo na caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade (Art. 9). No que se refere à comunidade do Buri, suas terras ainda não foram demarcadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), apesar de já ter sido contemplada com a visita de representantes do referido órgão. Lideranças da comunidade têm feito as devidas cobranças, através de envios de documentos para o órgão para que essa demarcação aconteça.

Os questionamentos fundamentais desta pesquisa são: Quais são as estratégias utilizadas pela população do Buri para a inserção no contexto pós-moderno que prevê ampla inclusão social? Se existe, como se dá o processo de autoidentificação dessa população enquanto remanescentes quilombolas? Possíveis respostas as terei a partir das experiências, narrativas da comunidade em questão.

É bom enfatizar que a cultura e não tão somente a raça deve ser elemento de peso na identificação e no reconhecimento da comunidade, visto que a multiplicidade de contextos internos e externos dificultam objetivamente na identificação do que é ser quilombola (SILVA, 2012). Assim, é um desafio trabalhar as realidades – no campo religiosos, político e social – entrelaçadas e ao mesmo tempo conflituosas e inacabadas, cheias de possibilidades rizomáticas. (DELEUZE e GUATTARI, 1995).

O pertencimento a um território de identidade, a ser entendido neste trabalho, não é um lugar geográfico, mas cultural. Por isso optei, nesta pesquisa, por abordar identidade como uma categoria histórico-cultural, construída e vivida sob a forma de discursos sociais, uma produção inacabada, um

lugar de alteração em constante movimento de transformação, sempre constituída dentro da representação e nunca fora dela (HALL, 1990).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante destas informações adquiridas durante o primeiro semestre do mestrado em Crítica Cultural a aplicabilidade deste trabalho desponta como forma viável de investigação do tema proposto.

A vertente teórica essencial deste projeto de pesquisa é definida pelos conceitos de identidade, quilombo e de documento com os quais se pretende operar. Para tanto, valer-se-á de uma abordagem qualitativa, por meio da qual se fará em primeira mão uma pesquisa bibliográfica e documental, na sequência se fará um trabalho de campo e posteriormente relacionar os dois campos de estudo para confrontamentos e reconstruções de conceitos até então trabalhados.

Apesar das visões do passado serem consideradas construções, esse passado não pode ser eliminado, sendo um perseguidor que escraviza ou liberta através de suas interrupções no presente (SARLO, 2007), é compreensível que este passado contribua, dentre outros fatores, para a formação de identidades no presente. Assim as memórias através das experiências, serão elementos importantes para melhor compreender o processo de formação da comunidade do Buri, pois a história oral preservada pelos quilombolas tem contribuído para suprir as lacunas da documentação oficial e até fazer alterações nas interpretações que se acreditavam definitivas.(SILVA,1998).

Além disso, reforço que a discussão da bibliografia citada no final desse trabalho permitirá adensar alguns conceitos e consolidar uma linguagem comum para essa pesquisa e seus produtos.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

ARRUTI, J. M. P. A. 2006. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru, SP: Edusc. 370p.

BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BRASIL. 1988. *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Coletânea de Legislação Ambiental e Constituição Federal. Organização: Odete Medauar. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2008. Coleção RT Mini Códigos. 1117p.

- BRASIL. 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Coletânea de Legislação Ambiental e Constituição Federal. Organização: Odete Medauar. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais. 2008. Coleção RT Mini Códigos. 1117p.
- BRASIL. 2003. *Decreto Federal Nº 4.887 de 20/11/2003*. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Comissão Pró Índio de São Paulo (CPI SP). Acesso ao site em março de 2010.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. O que é uma literatura menor? In: *Kafka: Por uma literatura menor*. p. 25-42.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: Aula Inaugural no Colégio de France*, Pronunciada em 2 de Dezembro de 1970. Leituras Filosóficas. 11.a. São Paulo: Ed. Loyola, 2004.
- GINZBURG, Jaime. *Sociologia e Crítica Literária*. Alea: Estudos Neolatinos. Rio de Janeiro. v. 12; n. 2, p. 223-232, 6-12/2010
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HOLANDA, S. B. *Africanos no Brasil*. Folha da Manhã, 2 de agosto de 1950.
- LE GOFF, J. *História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- LE GOFF, J. *História; Memória e Documento/Monumento*. In: Enciclopédia Einaudi.
- ANJOS, R.S. 2006. *Quilombolas: tradições e cultura da resistência*. São Paulo: Aori Comunicações.
- MOURA, G. 2006. Quilombos contemporâneos no Brasil In *Brasil/África: como se o mar fosse mentira*. CHAVES, R., SECCO, C., MACEDO, T. São Paulo: Ed. Unesp. Luanda/Angola: Chá de Caninde.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura de memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG, Cia das Letras, 2007.
- SILVA, G. B. *Comunidades Quilombolas: O reconhecimento e a identificação frente ao processo de globalização e massificação cultural*, 2015, 143f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural), Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2011.
- SILVA, Valdélcio Santos. *Do Mucambo do Pau Preto à Rio das Rãs: liberdade e escravidão na construção de um quilombo contemporâneo*. Salvador: UFBA, 1998 (Dissertação de Mestrado). UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA.
- SOUZA, A.M.F. *Educar para Identificar-se: O papel da educação quilombola no processo de reconhecimento da população da Comunidade do Buri*, 2015, 105f. Monografia (Curso de Pedagogia). Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2015.
- VELÁSQUES, C. Quilombolas. In: RICARDO, B. e CAMPANILI, M. (Ed.). *Almanaque Brasil Socioambiental 2008*. Instituto Socioambiental. 2007. p. 234-235.
- VELHO, Gilberto. Memória. Identidade. Projeto. In *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

INFLUÊNCIA DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE SURDA: UMA INTERPRETAÇÃO BASEADA EM ESTUDANTES SURDOS NO MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS – BAHIA

Dilcinéa dos Santos Reis (Pós-Crítica/UNEB)¹

Orientadora: Prof. Dra. Maria Nazaré Mota de Lima

INTRODUÇÃO

Desde que surgiram os estudos culturais, a visão sobre identidade surda tem sido repensada e revista em novas formas. Não é mais como o indivíduo se vê como pessoa sob um ponto de vista do corpo, da normalidade. É o surdo sendo observado através do ponto de vista identitário. Assim, a identidade não é uma visão que generaliza o sujeito. Dessa forma, é importante começar a perceber o surdo na alteridade e na diferença representável dentro da história e da política.

Assim, em 2002 foi aprovada a Lei nº 10.436/2002, que reconhece a Libras como língua oficial da comunidade surda brasileira. Em dezembro de 2005, através do decreto 5.626, a Libras tornou-se disciplina obrigatória nas escolas, universidades e em âmbito federal.

Nesse contexto, a pesquisa intitulada: Influência da Língua Brasileira de Sinais na construção da identidade surda: uma interpretação baseada em estudantes surdos no município de Alagoinhas-Bahia buscará estudar e observar a Língua Portuguesa e a Libras, e modo a discutir suas semelhanças e diferenças; posterior a isso tentará analisar os diversos tipos de identidades surdas existentes, a fim de inserir o surdo no seu espaço enquanto sujeito, no intuito de traçar caminhos que irão viabilizar a possibilidade de oferecer suportes a esses estudantes no que tange ao respeito, à informação, compreensão e reflexões sobre a Libras bem como potencializar esses sujeitos no que diz respeito à educação de surdos baseada em pressupostos legais.

Dessa forma, escolhi esse tema por acreditar em um espaço, mundo, lugar de fala melhor para os estudantes surdos e para mostrar que eles são sujeitos críticos e transformadores do seu próprio espaço.

Para conseguir ampliar os horizontes dessa pesquisa me fundamentei em autores que discutem as questões das identidades surdas, como Gladys Pelin, Ronice Muller e Carlos Skliar, além de alguns outros, a exemplo de Stuart Hall, Silviano Santiago e Bhabha Hommi, que me darão suporte acerca dos pressupostos crítico-culturais.

¹ Mestranda em Crítica Cultural - UNEB/Campus II, e-mail: neasantoss@yahoo.com.br.

Desde que a humanidade existe, existem surdos. E, como não pode deixar de ser, a história destes foi atravessada pelas ideias que circularam ao longo dos séculos, marcando e delimitando territórios teóricos, políticos, sociais, culturais e psíquicos da construção de subjetividades.

Assim, na época de Sócrates, os estudos traziam a seguinte designação: 'o homem que não escuta é o homem que não é entendido'; há uma referência à qualidade daquela pessoa que, por sua singularidade, a diferencia das demais. Logo após Homero, com a significação de "mudo" introduz-se um equívoco, ou seja, de que o surdo não fala e, aprofundando mais, a fala é entendida no âmbito único da oralidade. Também, introduz-se a ideia de dupla falta: incapacidade física (órgão auditivo defeituoso) e incapacidade emocional (estúpido e insensível). Quadros (1997, p.40).

Ainda segundo Quadros (1997), a associação da língua com a fala provocou um dos grandes equívocos que se encontra na história sobre a surdez, pois reduziu o conceito de língua à dimensão da oralidade e a associação de linguagem como pré-requisito para o pensamento.

Em um segundo momento consideravam-se os surdos como indivíduos competentes e reconhecia-se a língua de sinais como própria da comunidade surda, pregando-se que o surdo deveria ser educado nesta língua. Neste período, pós idade média, surgiram vários estudos sobre a língua de sinais; as comunidades surdas conseguiram um status social, político, econômico, linguístico e cultural. Uma grande conquista foi a abertura de escolas públicas para surdos onde, em muitas delas, a condução pedagógica era realizada somente por surdos. Com isso, os surdos puderam estudar e se formar em diversas profissões.

Ao retomar a sua história, a comunidade surda organizou-se e fundou associações que buscavam aglutinar indivíduos que tinham em comum a surdez, marcando a peculiaridade específica da sua comunidade. Este reatamento se manifestou através das várias atividades artísticas, o ensino da língua de sinais, a divulgação dos costumes surdos, etc. Sacks traz de forma mais contundente,

Emergiram poesia na língua de sinais, chistes na língua de sinais, canções na língua de sinais, dança na língua de sinais – artes sem igual na língua de sinais que não podiam ser traduzidas para a língua falada. Surgiu, ou ressurgiu, entre os surdos, uma tradição bárdica onde oradores, contadores de história, narradores usavam a língua de sinais para transmitir e divulgar a história e a cultura dos surdos, elevando ainda mais a nova consciência cultural (SACKS, 2002).

Nesse momento o surdo começa a ser visto como um ser que teria a sua própria maneira de pensar, agir e tomar decisões que viessem a acarretar melhorias para si.

UM POUCO DA METODOLOGIA

A escolha do método que conduz uma pesquisa geralmente não é tarefa das mais fáceis, principalmente quando o que se pretende é conhecer uma realidade em que o pesquisador está

diretamente envolvido. Com relação a esta pesquisa, logo ficou evidente que se trata de uma pesquisa com perfil etnográfico, pois essa linha de trabalho busca compreender os significados atribuídos pelos próprios sujeitos ao seu contexto, a sua cultura; a pesquisa etnográfica se utiliza de técnicas voltadas para a descrição densa do contexto estudado. De acordo com Moreira e Caleffe (2006), a etnografia tem como característica focar o comportamento social do sujeito no seu cenário cotidiano, confiando em dados qualitativos obtidos a partir de observações e interpretações feitas no contexto da totalidade das interações humanas, e os resultados da pesquisa são interpretados com referência ao grupo ou cenário, conforme as interações no contexto social e cultural e a partir do olhar dos sujeitos participantes da pesquisa.

Corroborando com Moreira e Caleffe, Lüdke e André (1986) apontam três etapas para a realização da pesquisa etnográfica: a exploração, que envolve as escolhas de campo e sujeitos bem como as primeiras observações e aproximações no e com o contexto da investigação; a decisão, que implica as escolhas dos dados relevantes, das fontes e até dos instrumentos; e a descoberta, que consiste na explicação da realidade e na forma de situar as várias descobertas num contexto mais amplo e holístico.

Dessa forma, esse trabalho buscará contemplar as etapas que a pesquisa etnográfica perpassa, através da pesquisa de campo a ser realizada com os surdos e seus familiares. Posterior a isso, observações em reuniões, festas e encontros organizados por eles e, logo após, análise dos dados coletados.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Para dar continuidade a algo que está inconcluso, pois o estudo não para por aqui, ainda necessita uma pesquisa de campo, bem como seus resultados. Sinto que esse trabalho se tornou infundável, pois denota diversos âmbitos e requer vários olhares.

Com esse trabalho estou percebendo que a característica intermediária do povo surdo pode ser discutida e indagada inúmeras vezes por entre a tessitura literária porque, de fato, emoldura outro espaço, ou seja, algo novo e distinto que nem sempre está 'no meio', mas que provavelmente é paradoxal e conflituoso tal quais os indivíduos que retrato – os surdos. Mediante a leitura e análise destes entremeios, busca-se a subjetividade do sujeito e com ela a identidade de uma comunidade – a comunidade surda.

Não obstante, a literatura revele um paradigma cultural, expõe a potencialidade de criação de um espaço em que vozes, crenças, saberes e vontades se aproximam, misturando-se num processo inevitável de transformação e inovação.

Como uma pesquisadora encantada com os estudos culturais, interculturais, eu continuo a acreditar no pressuposto de que mais atraentes que os pontos de partida e de chegada, tornam-se o trajeto e a travessia de uma experiência cultural. Portanto, essa pesquisa passa a ser, pra mim, o corolário que imortaliza os sentimentos oriundos dessas passagens, desse momento.

REFERÊNCIAS

- BHABHA, H. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- DALCIN, Gladis. *Um estranho no ninho: um estudo psicanalítico sobre a Constituição da subjetividade do sujeito surdo*. Universidade Federal de Santa Catarina. 2005.
- LÜDKE, ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- HALL, S. *Identidades culturais na pós- modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- MOREIRA e CALEFFE. *Metodologia de pesquisa para o professor pesquisador*. Rio de Janeiro, Cap VII. 2006.
- PERLIN, Gladis. Identidades surdas. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de Surdos: A aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- QUADROS, Ronice Muller; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de Sinais Brasileira- Estudos Linguísticos*. Artmed. 2004.
- SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo de surdos*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, p.11-29. 1978.

A PROFESSORA DA ROÇA: ESTUDO AUTOBIOGRÁFICO SOBRE A CONSTRUÇÃO DO SEU EMPODERAMENTO NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Edilange Borges de Souza (POS-CRITICA - UNEB/FAPESB)¹

Orientadora: Dra. Maria de Fatima Berenice da Cruz (UNEB)²

Resumo: A presente pesquisa objetiva realizar um estudo autobiográfico com professoras aposentadas de escolas da roça com o intuito de colher, através de suas memórias, as imagens e representações que elas fazem de si e do exercício da docência no ambiente rural. Visto que a singularidade que o ambiente da roça encerra, demanda um estudo para que possamos detectar os ganhos e as perdas de uma docência voltada para um currículo que se quer diferenciado, mas que por vezes o Sistema Educacional ignora tal necessidade. Desse modo, a pesquisa é qualitativa e utilizará o método autobiográfico como base para desenvolvermos descrições e analisarmos as falas de caráter confessional das depoentes. Para isso, usaremos instrumentos de coletas como: entrevistas narrativas e grupos focais. E como instrumentos de análise serão utilizadas a análise de conteúdo e do discurso. Assim sendo, demarco a relevância dessa pesquisa como um observatório de interpretação da memória de professoras da escola da roça, vislumbrando encontrar caminhos mais precisos para promovermos um estudo teórico que minimize os conflitos curriculares e didáticos advindos da prática pedagógica desse profissional.

Palavras-chave: Docência. Educação. Identidade. Memórias. Roça.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

No meio social a aposentadoria é vista como um evento de transição no curso da vida e, como tal, provoca mudanças não só nos papéis e no status social, mas também no conceito que o indivíduo tem de si mesmo e do mundo. Por outra vertente o sujeito aposentado é aquele que viveu diversas experiências e que passam a experimentar outras. É nessa perspectiva que busco escutar histórias de vida, dialogar com professoras aposentadas que atuaram em comunidades rurais, desse modo estarei desvelando os diferentes modos de narrar, assim como também estarei evidenciado o comum e o incomum nos modos de fazer a educação rural na perspectiva que mesmo o professor sendo uma pessoa, com características próprias e individuais, as suas relações sociais transformam a sua história na história dos outros e a história dos outros dentro da sua própria história.

Assim sendo, destaco que pesquisar sobre trajetórias de professoras rurais aposentadas é algo para mim de suma relevância, pois acredito apontar na tessitura desse dialogo importantes contribuições para se pensar a educação rural, assim como aflorar o meu eu profissional a partir do percurso de alguém que já vivenciou mais experiências, sobretudo as experiências docentes nas salas de aula da “roça” que é o lugar de onde pretendo me reportar.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus II – Alagoinhas. Bolsista FAPESB. langeborgess@hotmail.com.

² Orientadora e professora do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus II – Alagoinhas. fatimaberenice@terra.com.br.

A iniciativa de elaborar um projeto voltado para a educação na zona rural se dá principalmente pela minha história de vida: quarta filha de lavradores semianalfabetos e pelas experiências vividas na zona rural desde o nascimento até os dias atuais.

Vale salientar que utilizo o termo *“roça”* por uma questão inteiramente de identidade pessoal. Na minha concepção a roça não é apenas um espaço de labuta, de trabalhos árduos. Esse termo é muito estigmatizado por muitos, até mesmo pelos sujeitos que vivem nestes espaços, mas entendo o porquê. Evocando minhas memórias de criança ainda no ensino fundamental, já estudando na cidade, constantemente muitos colegas diziam “lá veem as formigas!” “Quem mora na roça é formiga”. Todavia eu quase nunca me encontro falando: “eu moro na zona rural”, ou “eu vou para a zona rural”. Ainda em meio as minhas memórias, lembro-me das primas dizendo: “esse final de semana iremos todos para roça.” Desse modo, o termo roça significa o meu lugar de pertencimento, o espaço de configuração da minha subjetividade.

O uso das narrativas autobiográficas do ser professor propicia aos sujeitos da pesquisa a construir narrativas de si, dos seus percursos formativos, das suas práticas educativas, das suas práticas leitoras; além disso, tal investigação pode apontar dados importantes sobre os processos iniciais de escolarização, os processos de letramento dos estudantes e moradores da comunidade, as práticas culturais das comunidades, o cotidiano da escola e comunidade, retratos das escolas, os investimentos das políticas públicas do município e especificamente, o processo de formação desses professores e suas implicações no ofício docente.

Assim a questão que norteia esse estudo surge da perspectiva que ao rememorarem suas experiências de docentes, na condição de professoras aposentadas, essas mulheres não apenas narram fatos vividos elas também historicizam, reconstróem seus saberes e aprendizagens da formação, no que tange a construção das práticas pedagógicas das classes multisseriadas, bem como as aprendizagens de meninos e meninas desses espaços e as estratégias criadas e recriadas no contexto pedagógico por professoras e estudantes. Desse modo é interesse descobrir e discutir quais/ como os saberes docentes são ressignificados pelas professoras rurais aposentadas e que imagens elas constroem de si nas narrativas autobiográficas?

Desse modo, para chegarmos a resultados significativos traço como objetivo geral analisar as histórias de vida de professoras aposentadas, observando a reconstrução de si e das aprendizagens das classes multisseriadas e as estratégias vivenciadas nas salas de aula de comunidades rurais, do município, Ouriçangas BA. E para atingir esse objetivo tenho como meta as seguintes especificidades:

Estabelecer o perfil dos sujeitos colaboradores da pesquisa assim como a comunidade de onde fala; Mapear o início da escolarização nas comunidades rurais descrevendo e analisando a trajetória de vida profissional de professoras aposentadas considerando seus processos formativos no contexto rural com classes multisseriadas. Discutir as imagens que os sujeitos colaboradores da pesquisa têm do seu percurso profissional/ formativo.

A partir da pesquisa projetada podemos desenhar o contexto das escolas da roça num lugar de trabalho constante e significativo que ocorreram num tempo e num espaço formador de subjetividades numa relação entre alunos e professores diante das complexidades e do dinamismo que o fazer docente enfrenta sobretudo nas escolas da roça. Assim o percurso metodológico para tecer esse diálogo será idealizado na crença que nenhuma metodologia é superior a outra, existem sim, as mais apropriadas para determinada situação e ocasião visto que cada universo ou cada contexto apresenta características diferentes e específicas. Desse modo, Caminhos diversos serão traçados como estudos bibliográficos, vistas as comunidades, mapeamento de colaboradores, utilização de materiais didáticos utilizados pelas professoras como cadernos, cartilhas assim como também objetos mais pessoais que se reportem às memórias da docência como, por exemplo, fotografias, esses serão os procedimentos que pretendo adotar entre outros que surgirão ao longo do percurso investigativo, todavia a abordagem autobiográfica será o aspecto predominante no processo metodológico para desenvolvimento do projeto e a forma que considero mais adequada para utilizar como instrumento para a coleta de dados são as entrevistas narrativas, onde os sujeitos colaboradores da pesquisa falarão de si de sua trajetória de vida, sobretudo do processo de formação profissional e a constituição da identidade docente e dos processos de escolarização e como estes ocorriam na comunidade.

Indubitavelmente o fator pessoal é sem dúvidas o primeiro motivo de instigação para a elaboração desse projeto, mas vale salientar que ele ganhou maior relevância na graduação em Letras quando fui bolsista de um projeto de Iniciação científica. O projeto analisava basicamente a trajetória de vida de três professoras aposentadas assim como os saberes e práticas docentes no percurso formativo pessoal e profissional. Assim sendo, acredito ser importante dar continuidade a pesquisa na perspectiva de reafirmar a importância da formação inicial e continuada de professoras de comunidades rurais e assim discutir como as experiências de professoras aposentadas de comunidade rurais que atuaram em décadas passadas sem grandes meios tecnológicos refletem ainda com forte impacto na contemporaneidade.

Desse modo, a seleção de uma base teórica sólida se faz importante para dar consistência a pesquisa, portanto, para iniciar os estudos buscarei apoio em : Marie-Christine Josso (2004)

Experiências de vida e formação; Christine Delory-momberger (2008). Biografia e educação; Denice Barbara Catani et.al.(2003) Vida e ofício de professores. Elizeu Clementino de Souza (2007) História de vida e práticas de formação: escrita de si e cotidiano escolar. Freire (1996), Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Vale salientar que outras bases teóricas surgirão ao longo do trabalho, embora não tenham sido citadas nesta introdução, mas contribuirão significativamente para o desenvolvimento deste.

Outro ponto que merece destaque e que justifica a pesquisa é a negligência das autoridades para com as escolas rurais. Conforme Santos (2003, p. 148), [...] a população residente nas “zonas rurais” não possui escolas suficientes para atender as demandas de matrículas (principalmente nas séries finais do ensino fundamental), forçando, assim, os alunos “rurais” (denominados de alunos da roça) a buscarem a continuidade dos seus estudos nas escolas da cidade, se quiserem aspirar níveis mais elevados de escolarização. Tais aspectos demonstram bem a forma como a diversidade cultural é ignorada pelas políticas educacionais totalitárias que negam o direito à alteridade.

O sistema em si, centralizado no poder de alguns e objetivando a manutenção de uma democracia fictícia, não permite que a escola exerça sua função, que é, por exemplo, “permitir que o aluno tenha visões diferenciadas de mundo e de vida, de trabalho e de produção, de novas interpretações da realidade, sem contudo, perder aquilo que lhe é próprio, aquilo que lhe é identificador” (LEITE, 2002, p. 99).

Partindo dessas considerações, a educação rural poderia de fato concretizar seu objetivo primordial, de proporcionar conhecimentos, cidadania e cultural; além de poder dar visibilidade ao patrimônio cultural rural, resgatando as experiências e valorizando os conhecimentos do homem, da mulher, do jovem, da criança e do idoso do campo.

A formação docente se constitui como um campo teórico de diálogo que permite a construção de saberes pedagógicos. A escola é o espaço dessa formação.

Para fazer essa pesquisa, busco apoio teórico de Marie-Josso (2006, p. 25-26), no ato de se autobiografar, ou seja, narrar sua história de formação, é preciso alguns questionamentos, como:

Sobre o que eu me apoio para pensar aquele ou aquela que penso ser e quero tornar-me? Como me configurei como sou? E como me transformei? Sobre o que baseio para pensar o que penso? De onde vêm as ideias que acredito serem minhas? Sobre o que o me apoio para fazer o que faço da maneira como faço e/ ou pretendo fazer? Com quem e como aprendi meu “saber-fazer” em suas dimensões técnicas, pragmáticas e relacionais?

As narrativas de formação ajudam a construir os nexos de sentido entre o patrimônio experiencial do sujeito e seu percurso como professor. As memórias que, muitas vezes, contam sobre a vida familiar e escolar, a entrada na profissão, as experiências profissionais, as leituras significativas, os pontos de tensão e ruptura – encontram sua extensão e relação (ou não) com o processo de organização da pesquisa a partir dos encontros, dificuldades, descobertas, autores de referências, organização de material, construção de instrumentos de produção dos dados para a pesquisa, escritura do texto, avanços e recuos, retomadas de direção e conflitos internos.

Conforme Souza (2006, p. 104), “ao narrar-se, a pessoa parte dos sentidos, significados e representações que são estabelecidas à experiência. A arte de narrar, como uma descrição de si, instaura-se num processo metanarrativo porque expressa o que ficou na sua memória”.

Para Galvão (2005, p. 330), a narrativa, como metodologia de investigação. “Não se trata de uma batalha pessoal, mas é um processo ontológico, porque nós somos, pelo menos parcialmente, constituídos pelas histórias que contamos aos outros e a nós mesmos acerca das experiências que vamos tendo.”

Assim, as histórias são uma importante forma de socialização, e contá-las é, para cada um de nós, uma forma de sobrevivência e aprendizagem com nossas experiências e com as experiências que vivemos socialmente (WORCMAN, 2007, p. 7). Desse modo, ouvir e biografizar narrativas de vida é também uma forma de escutar a si próprio e refletir sobre si. Como afirma Josso (1997, apud, JOSSO, 2007, p. 18), “a história de vida é assim uma mediação do conhecimento de si, que oferece à reflexão de seu autor oportunidades de tomada de consciência sobre os diferentes registros de expressão de si e das representações de si”. Segundo Hall (2002), o fato de nos projetarmos a nós próprios e nas identidades culturais, enquanto internalizamos significados e valores, tornando-os parte de nós, contribui para veicular nossos sentimentos aos lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

É dos saberes construídos e das experiências vividas e compartilhadas que somos formados. As relações familiares, na rua, na escola, na universidade, as amizades são entrelaçadas e demarcam traços no processo de construção identitária de professora, mulher, esposa, namorada, mãe, amiga e intelectual. É desse entrecruzamento entre a trajetória de vida pessoal com os percursos formativos profissionais que são tecidas as narrativas de si.

Assim, “a narrativa autobiográfica instala uma hermenêutica da história de vida” (DELORY-MOMBERGER, 2008, p. 56), propondo assim um sistema de interpretação e de construção de

pesquisa que “situa, une e faz significar os acontecimentos da vida como elementos organizados no interior de um todo” (p. 56).

Conforme Delory-Momberger(2008, p. 36), “quando queremos nos apropriar de nossa vida, nós narramos”. Nós apenas não nos narramos como nos reinventamos em nosso fazer, em nossas memórias, reflexões e aprendizagens e nos encontramos nas histórias que biografizamos. Nossos saberes se entrecruzam com outros saberes e rememoramos nossas aprendizagens construídas nos caminhos e descaminhos das experiências vividas.

As histórias de educação imbricadas em suas histórias de vida refletem na minha história de pesquisadora e professora. E me coloco na luta, na militância que deseja lugares para que os sujeitos das comunidades rurais saiam da condição de subalternos, de desumanizados para condição de sujeitos libertos e humanizados. Como diz Freire (1987, p. 35), “a libertação, por isto é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos”.

Desse modo, acredito que este projeto centra-se na possibilidade de refletir acerca das trajetórias do ser professor e sua inserção no processo de formação docente, enfatizando a história de vida de cada um e elementos que nos ajudassem a compreender o processo de construção do seu saber docente, as suas implicações na construção da identidade docente e na sua constituição profissional, isto é, como o sujeito se constitui professor.

Por fim, a profissão docente é impregnada de valores e de ideais muito exigentes do ponto de vista do empenhamento e da relação humana, é nesta perspectiva que se vem acreditando na importância que as histórias de vida vêm adquirindo nos estudos sobre a profissão docente por intermédio dos professores e dos seus mais diversos modos de pensar e fazer a educação acontecer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O QUE ESPERA-SE?

Desenvolver a pesquisa com êxito esse é o maior desejo do pesquisador, e em meio a esse anseio central está a responsabilidade de evidenciar os papéis representados pelas professoras e que foram apagados, assim como fazer ecoar suas vozes que estão silenciadas e à margem do esquecimento, visto que elas contribuíram significativamente para a formação de inúmeros cidadãos.

A pesquisa brevemente apresentada pode destacar como através das narrativas autobiográficas das professoras os impactos que elas causaram nas comunidades denunciando que é preciso se pensar na educação para sanar a crise que perpassa no processo de ensino aprendizagem. Pois as narrativas evidenciam como o falar de si é significativo e resignificativo, pois exige um

trabalho de reflexão sobre práticas experimentadas. Desse modo este estudo trará para o cenário papéis que muitas vezes são esquecidos e que as memórias despertam. Esse trabalho não se configura apenas como um exercício de relembrar por relembrar, ele será um exercício de reconstrução, reflexão e formação.

Assim sendo, espero alcançar com esta pesquisa um campo como observatório inicial de interpretação da memória de professoras da escola da roça, para assim encontrar caminhos mais precisos para promovermos um estudo teórico que minimize os conflitos curriculares e didáticos advindos da prática pedagógica desse profissional.

REFERÊNCIAS:

- BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora, 1994.
- DELORY-MOMBERGER, Christine. *Biografia e educação: figuras do indivíduo-projeto*. Trad. Maria da Conceição Passegi, João Gomes da Silva Neto e Luis Passegi. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GALVÃO, Cecília. *Narrativas em educação*. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 11, n. 2, p. 327-345, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- JOSSO, Marie-Christine. *Experiências de vida e formação*. Trad. José Claudino e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.
- JOSSO, Marie-Christine. Abordagem biográfica em situações educativas: formação de si. In: *Presente! Revista de educação*. Salvador: CEAP, a. 15, n. 57, 2007. p. 15-20.
- LEITE, Sergio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Fábio Josué Souza. *Por uma escola da roça. Educação e Contemporaneidade*. *Revista da FAEBA*, Salvador: UNEB, v. 12, jan./jun. 2003. p. 147-157.
- SANTOS, Fabio Josué Souza. *Nem “tabaréu/oa”, nem “doutor/a”: o/a aluno/a da roça na escola da cidade - Um estudo sobre identidade e escola*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação e Contemporaneidade: Salvador, 2005.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. Memória educativa: narrativas de formação – recortes de um eu em crescimento e partilha. In: *O conhecimento de si: estágio e narrativas de formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador, BA: UNEB, 2006.
- SOUZA, Elizeu Clementino; CORDEIRO, Verbena Maria Rocha. Por entre escritas, diários e registros de formação. In: *Presente! Revista de educação*. Salvador: CEAP, a. 15, n. 57, 2007. p. 45-49.
- WORCMAN, Karen. o. In: *Presente! Revista de educação*. Salvador: CEAP, a. 15, n. 57, 2007. p. 5-13.

A HISTÓRIA AFRICANA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE ALAGOINHAS-BA COM BASE NA LEI 10.639/2003

Edite Nascimento Lopes (PÓS-CRÍTICA - UNEB) ¹

Orientador: Prof. Dr. Carlos Magno Santos Gomes

Resumo: Através desta pesquisa, pretende-se refletir a partir dos relatos e das práticas pedagógicas dos professores, das escolas públicas de Alagoinhas Bahia, quais são os obstáculos que aparecem na hora de produzir conhecimento sobre a Cultura afro-brasileira e africana. Vale destacar que Alagoinhas é um município brasileiro e está localizado no leste da Bahia. Com a implantação da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história da África e da cultura afro-brasileira no ambiente escolar, percebem-se grandes dificuldades encontradas por partes dos professores na hora de aplicar os conteúdos em sala de aula. Muitos desses educadores, não possuem cursos de formação sobre a temática. Diante destes fatos, acabam reproduzindo em suas práticas pedagógicas imagens negativas do continente africano, levando para sala de aula, conteúdos eivados de preconceitos e a ideia de uma África homogênea, que em nada contribui para entender a cultura afro-brasileira. Em geral o continente é trazido como se fosse um país primitivo, selvagem onde prevalecem as doenças, as fomes e a ausência de valores culturais. Neste aspecto, é preciso desmistificar a ideia de África monolítica, enraizadas nas práticas pedagógicas, dos professores das escolas públicas do município Alagoinhas, para melhor trabalhar o ensino da cultura afro-brasileira na sala de aula.

Palavras Chave: África. Ensino. Lei 10.639/03. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

Para melhor entendimento deste trabalho, fazem-se necessários os seguintes questionamentos: qual África é ensinada aos estudantes do município de Alagoinhas? O que está sendo inserida na prática pedagógica dos professores que tiveram sua formação anterior a lei 10.639/2003? Por quais instituições foram formados? Tiveram acesso a livros específicos sobre o continente africano? Puderam enxergar além das concepções que os estimulam, ainda hoje, nos livros didáticos, sobre o continente africano? Como compreendem o conceito de cultura afro-brasileira no contexto atual?

Para além destes questionamentos, sabe-se que a história da África foi relegada ao esquecimento ou a subalternização da sua relevância no palco das ações humanas. Representações construídas, em geral, a partir da percepção exterior, assentadas em mitos e preconceitos diversos romperam a barreira do tempo, foram reformuladas, incorporaram novos esquemas e confluíram para o desenho da imagem da África que nos chegam até hoje pelos mais diversos mecanismos.

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, na Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, Campus II. Seminário Interlinhas II. E-MAIL: editylopes@hotmail.com.

Incluindo nesse rol, as práticas pedagógicas dos professores. Mesmo com a regulamentação do ensino da História da África a partir da promulgação da Lei 10.639/03, há onze anos, percebe-se que o não-cumprimento do dispositivo legal ou abordagens simplistas e deturpadas do tema ainda são eminentes em algumas escolas. Essa situação persiste, pois muitos professores ainda não foram instrumentalizados para responder a nova demanda que foi gerada a partir da promulgação da lei supracitada. Para se chegar a essas reflexões, foram realizadas entrevistas, com um grande número de docentes que compõem a rede pública de ensino, no referido município, além de observações das aulas, nas quais se abordava o ensino da cultura afro-brasileira e africana.

DESENVOLVIMENTO

Isso se justifica pela a “ausência” de textos escritos. Sabe-se, a partir dos diferentes volumes da coleção História Geral da África, que tal afirmação destoa do que é efetivamente verdadeiro. A África possui fontes escritas, apesar de estarem mal distribuídas no tempo e no espaço. Há, por exemplo, diversos documentos que foram escritos pelos árabes e que se remetem ao período compreendido entre os séculos X ao XV. Muitos educadores da contemporaneidade se apegam a essa lógica de África sem história, para reproduzir em suas práticas pedagógicas, saberes com base em valores eurocêntricos e etnocêntrico (AJAYI, 2010).

Em entrevistas realizadas com professores da rede municipal de ensino de Alagoinhas, identificou-se que cerca de 70% dos entrevistados não participaram de nenhuma formação específica para o Ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira. Em geral, o que lhes foi oferecido resumiu-se a uma palestra, oficina ou seminário, que, segundo eles, não lhes forneceu embasamento necessário para propor o ensino de História da África e da Cultura Afro-Brasileira a partir de uma ótica diferente das representações que construíram ao longo de suas vidas. Salienta-se que os estudos de outras culturas nos espaços escolares são extremamente relevantes para compreender o processo de formação da identidade brasileira:

Não podemos negar que a oficialização do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo da rede pública de ensino do país é um marco no sentido de introduzir na educação brasileira a valorização de nossa história e a participação de outras culturas, além da européia. Entretanto, a essa demanda acrescentada na LDB cumpre também a tarefa de fortalecer e promover a reconstrução das relações étnico-raciais no ambiente escolar em todo o país (SILVA, 2010, p. 7).

A falta de informação e formação que auxiliem o professor sobre determinadas questões envolvendo o ensino de história da África, corroboraram para que a implementação da Lei se tornasse ainda mais distante das salas de aula. Sendo assim, é necessário ressignificar os saberes

docentes no que tange a questão do ensino da história africana e da cultura afro-brasileira, os professores em análises, carecem repensar sua formação a partir de sua própria prática pedagógica:

Significação social da profissão; da revisão constante dos significados sociais da profissão; da revisão das tradições. Mas também da reafirmação das práticas consagradas culturalmente e que permanecem significativas. Práticas que resistem a inovações porque preches de saberes válidos às necessidades da realidade. Do confronto entre as teorias e as práticas, da análise sistemática das práticas à luz das teorias existentes, da construção de novas teorias (PIMENTA, 1999, p. 19).

No que tange a questão dos saberes docentes, remete-se ao processo ensino e aprendizagem e a relação teoria e prática. Acredita-se, que a escola, ocupa um espaço distinto para a construção do conhecimento e o professor se encarrega de aprimorar esses conhecimentos com o exercício de sua prática pedagógica:

Procurando identificar quais conhecimentos são desenvolvidos pelo professor ao atuar, no âmbito da cultura escolar e das condições mais adversas do seu trabalho. Também busca especificar e estudar as necessárias articulações desses conhecimentos do professor tanto com a prática, quanto com os conhecimentos teóricos acadêmicos da formação básica. Tais articulações possibilitam o desenvolvimento da capacidade reflexiva, que favorece o compromisso com o ensino de qualidade e a competência para atuar (GUARNIERI, 1997, p. 6).

Os problemas e desafios que aparecem na hora de produzir conhecimento na área de história da África e da cultura afro-brasileira, são decorrentes de representações construídas, em geral, a partir da percepção exterior, assentadas em mitos e preconceitos. As sociedades africanas, por exemplo, podem até ser vizinhas, mas possuem hábitos, costumes e práticas totalmente distintas. Não são, portanto, passíveis de serem homogeneizados sob a perspectiva dos negros, ou mesmo de africanos. A África não é o lugar da violência, guerras, fomes, doenças, desordem e ausência de civilização.

A recusa do passado científico e tecnológico dos povos africanos, por parte dos estudiosos do final do século XIX, deram a impressão ao restante do mundo de que os povos do continente africano não tiveram nenhuma contribuição para o conhecimento universal. Isso fica bem claro quando nos deparamos com representações eivadas de preconceitos, que colocam a África como um continente eternamente pré-histórico, bárbaro, cujos habitantes são desprovidos de sabedorias, incapazes de construir ou transmitir conhecimentos, lugar de Sol ardente, com paisagens sem belezas, onde se encontram vários animais selvagens.

Vista dessa forma, a África é o “não lugar”, e não oferece as mínimas condições para sobrevivência de seres humanos. Só os selvagens, acostumados com tal “lugar”, que conseguem viver em tais condições. Durante muito tempo o ocidente conseguiu transmitir a imagem de que o

desenvolvimento, o progresso, a civilização e, sobretudo, os valores culturais sempre fizeram parte de suas sociedades (BOAHEN, 2010).

Os povos ocidentais supervalorizam suas culturas e colocam o outro, notadamente a África, em condições de inferioridades. Representações construídas, em geral, a partir da percepção exterior, assentadas em mitos e preconceitos diversos romperam a barreira do tempo, foram reformuladas, incorporaram novos esquemas e confluíram para o desenho da imagem da África que nos chegam até hoje pelos mais diversos mecanismos. Incluindo nesse aspecto, as práticas pedagógicas dos professores, que enfrentam problemas para compreender a dinâmica da cultura afro-brasileira, enquanto formação da sociedade brasileira a partir da heterogeneidade cultural não considera que:

A diversidade cultural é a riqueza da humanidade. Para cumprir sua tarefa humanista, a escola precisa mostrar aos alunos que existem outras culturas além da sua. Por isso, a escola tem que ser local como ponto de partida, mas tem que ser internacional e intercultural como ponto de chegada. Escola autônoma significa escola curiosa, ousada, buscando dialogar com todas as culturas e concepções de mundo. Pluralismo não significa ecletismo, um conjunto amorfo de retalhos culturais. Significa, sobretudo diálogo com todas as culturas, a partir de uma cultura que se abre às demais (GADOTTI, 2001, p. 386).

É válido salientar que não se pode estudar o continente africano baseando-se nos valores ocidentais. Deve-se levar em consideração todo seu passado cultural e histórico, para que seja evitado o equívoco cometido por muitos estudiosos, que rejeitaram por muito tempo os milhares de anos de tradição dos povos africanos. O que se percebe é que a história desses diferentes povos ainda é desprezada por alguns estudiosos, uma vez que muitos deles privilegiam a historiografia vinda por parte do ocidente, alegando que o referido continente não dispõe de fontes para ser estudadas. Argumentos como esses, eivados de concepções eurocentristas, não dão conta de que as heranças culturais da África contribuíram de forma significativa para a formação de várias civilizações em outros continentes. Ademais, os vários registros culturais, que foram deixados aqui no Brasil por esses povos, que corroboraram de forma significativa para o alargamento da cultura afro-brasileira (TONIOSSO, 2011).

É nesse sentido, que as Leis de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, destacam que é imprescindível uma mudança de postura por parte dos educadores das escolas públicas. Carecem se preparar e se instrumentalizar para garantir a consolidação da temática nas salas de aulas.

Nas escolas públicas, onde foram realizadas a pesquisa, percebeu-se que os professores continuam enfrentando desafios na hora de aplicar conteúdos sobre a história da África e da cultura afro-brasileira:

O ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, a educação das relações étnico-raciais, se desenvolverão no cotidiano das escolas, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, como conteúdo de disciplinas particularmente Educação Artística, Literatura e História do Brasil, sem prejuízo das demais em atividades curriculares ou não, trabalhos em salas de aula, nos laboratórios de ciências e de informática, na utilização de sala de leitura, biblioteca, brinquedoteca, áreas de recreação, quadra de esportes e outros ambientes escolares (BRASIL, 2004, p. 21).

A grande maioria dos educadores, das escolas públicas de Alagoinhas, conforme observações feitas durante as aulas, faz questões de ressaltar as doenças, a miséria, as fomes, a escravidão e as guerras. Atitudes como essas, transmite para os alunos a ideia equivocada de que o continente africano é um grande país, e que nele só existem situações negativas, que em nada contribuem, para entender a cultura afro-brasileira e sua formação no contexto atual. É neste sentido que os professores carecem de uma formação, voltada diretamente para o ensino de história da África e cultura Afro-Brasileira, para que possam produzir conhecimento de forma eficaz.

CONCLUSÃO

Conclui-se que, para falar da história da África e da Cultura Afro-Brasileira, é necessário conhecer esses povos em suas dimensões históricas. As informações trazidas por alguns estudiosos sobre a realidade atual do continente africano não são suficientes para julgar toda sua trajetória. Deve ser levado em consideração também todo o conhecimento adquirido em seus primórdios, já que o presente por si só não responde certas inquietações advindas de um passado colonizador. Para além dos olhares negativos em relação à história da África, é preciso desconstruir em passo acelerado a “barragem de mitos” constituída sobre esta história. Com o apoio da Arqueologia, civilizações inteiras foram descobertas, pondo por terra as afirmações de que o continente africano é destituído de história.

E ainda hoje, muitos estudiosos insistem em afirmar que o continente não possui contribuições para a história do mundo. As “Ciências”, marcadas por diferentes preconceitos, produziram obras que difundiam absurdos de toda ordem sobre o continente africano. Para além desta afirmação, o estereótipo é um olhar e uma fala bem-sucedida, que possui uma dimensão sólida, ao constituir uma realidade em cima do objeto que está sendo estereotipado. Dessa forma, o continente africano vem sendo discriminado, marginalizado e estereotipado nas representações feitas por diferentes agentes da cultura ocidental. Estas imagens chegam até nós, e ao próprio continente africano, impregnados de valores eurocentristas. Quase sempre a África é colocada na condição de coitadinha, seja na mídia ou fora dela, os povos africanos são tratados de forma homogênea, como se fossem simplesmente negros, ou, africanos. Estes estereótipos e clichês

envolvem relações de interesses e poder que de certa forma contribuem para o discurso discriminatório.

Para além destas questões, o intuito é mostrar que é possível construir conhecimento na área da história africana e da cultura afro-brasileira, sem se remeter somente aos fatores negativos, as guerras, a escravidão, as doenças, as fomes e as catástrofes sociais. É preciso desmistificar a ideia de África homogênea que ainda é trazida pelo grande número de docentes das escolas públicas do município de Alagoinhas. Acredita-se que é possível produzir conhecimento nessa área com confiança, dinamismo, responsabilidade social e consciência histórica. Só assim, a escola será vista como um espaço sociocultural em que o fazer docente contribui de forma significativa para o processo ensino e aprendizagem. E o aluno poderá atuar como sujeito crítico e consciente de suas ações dentro do cenário brasileiro.

REFERÊNCIAS

AJAYI, J. F. Ade (Org.). *História Geral da África*, v. 6 - África do século XIX à década de 1880. Brasília, UNESCO/ MEC, 2010.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai. A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: DF, Outubro, 2004.

BOAHEN, Albert Adu (Org.). *História Geral da África*, vol. 7 - África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília, UNESCO/ MEC, 2010.

BRUNSWCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GADOTTI, Moacir. *Pensamento pedagógico brasileiro*. São Paulo: Ática, 2001.

GUARNIERI, M.R. O início na carreira docente: Pistas para o estudo do trabalho do professor. In: *Anais da Anped*, 1997.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula. Visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

M´BOKOLO, Elikia. *África negra. História e civilizações – tomo I (até o século XVIII)*. Salvador/ São Paulo: Editora da UFBA/Casa das Áfricas, 2009. Pag. 17. Os negritos são de minha autoria.

OLIVA, Anderson Ribeiro. *Lições sobre a África: Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da História da África no mundo atlântico (1990-2005)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

PIMENTA, S.G. Formação de professores: Identidade e saberes da docência. In: PIMENTA, S. G. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória d'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Priscila Kelly de Alencar. et all. *História e Cultura Afro-Brasileira: Caminhos Pedagógicos Abertos Pela Lei Federal Nº 10639/03 No Combate Ao Preconceito Racial*, 2010.

TONIOSSO, José P. *Ensino de história e cultura afro- brasileira: da legislação à prática docente*. Dissertação (Mestrado em Educação)- Centro Universitário Moura Lacerda. Ribeirão Preto, 2011.

PERMANÊNCIA DA CULTURA DE CANTAR VERSOS NA MEMÓRIA DE UM GRUPO DE TRABALHADORES DO POVOADO MONTE ALEGRE EM RIO REAL/BA NA CONTEMPORANEIDADE

Eliane Bispo de Almeida Souza (PÓS-CRÍTICA - UNEB)¹

Orientadora: Prof. Dra. Edil Silva Costa

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu após observar que meus filhos chegavam em casa cantando músicas que eu não conheci na minha infância e que também não são comuns na infância deles. Eles aprendiam com a avó materna. Achei que se tratava de um caso isolado, que minha sogra inventava aquelas músicas para distrair meus filhos enquanto eu precisava trabalhar. Essa cantoria passou a me instigar ainda mais quando trabalhei o projeto “A cultura dos povoados em turmas da EJA”, na rede municipal de Rio Real. No momento da culminância, vários grupos apresentaram uma manifestação cultural marcante de cada povoado. Pude, então, perceber que os versos que meus filhos repetiam em casa eram lembranças de uma cantoria que insiste em ficar na memória da minha sogra e de tantos outros moradores do Povoado Monte Alegre que tiveram sua infância e adolescência animadas pelas cantigas de roda.

Pretendo pesquisar a cultura oral de cantar versos de um grupo de moradores de uma comunidade do campo. Embora essa atividade cultural não continue sendo realizada na contemporaneidade da mesma maneira, uma vez que o contexto é outro, ela permanece na memória das pessoas que cantavam versos. Esse fato despertou-me o interesse em pesquisar o sentido que tinha a realização dessa atividade para as pessoas da comunidade e o sentido que elas têm hoje na contemporaneidade, uma vez que as manifestações culturais acompanham os processos históricos.

Era comum no Povoado Monte Alegre, na cidade de Rio Real-BA, como forma de distração, os trabalhadores braçais executarem suas tarefas agrícolas diárias cantando, principalmente trovas e versos improvisados. Essas canções eram no estilo de cantigas de roda. Havia o refrão que era cantado por todos e os versos que eram declamados por cada um deles. Cada um dava continuidade ao verso do outro, formando um rico painel de cultura e sabedoria. As ideias surgiam na hora, por meio da improvisação, o que acabava provocando risos e descontração. Dessa forma, o trabalho ficava animado e menos cansativo, pois não sentiam o tempo passar enquanto estavam cantando,

¹ Mestranda em Crítica Cultural - UNEB/Campus II, e-mail: elianebasouza@hotmail.com.

rindo e se descontraíndo da dura jornada de trabalho braçal, que ia desde o preparo do solo, na maioria das vezes em matas nativas, à colheita realizada em mutirões. Durante as apresentações, seus atores incorporavam os personagens por eles imaginados e manifestavam uma performance cheia de humor e criatividade e deixavam-se levar pelo encanto das canções.

Com o processo de mecanização de certas atividades agrícolas, o trabalho, antes desempenhado por homens e mulheres de forma manual, passou a ser feito por máquinas, os chamados tratores. Assim, não havia mais o encontro, a reunião de pessoas que precisavam trabalhar e gostavam de cantar enquanto desempenhavam suas tarefas. Embora o trabalho fosse pesado, hoje eles se lembram com saudade daquele tempo em que se divertiam com as canções, as quais também eram socializadas nas “famosas rodas dos jovens”, momentos de encontros dos familiares, o que acontecia constantemente, como forma de atualização das informações que eram notícias nos rádios, na cidade e no próprio povoado, e para as conquistas dos namorados e namoradas. Isso longe dos olhos dos responsáveis, uma vez que este tipo de diversão era o único permitido pela maioria dos pais naquela comunidade.

A relevância dessa pesquisa está no fato de tentar compreender o sentido que tinha essa atividade cultural para a comunidade no período em que esses versos eram cantados e investigar se ela ainda tem sentido na contemporaneidade, e se não tem mais, quais seriam as razões para tal mudança. Essa pesquisa situa-se na Linha 1: Literatura, produção cultural e modos de vida do Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural.

Buscando compreender o sentido dessa manifestação cultural de cantar versos, essa pesquisa terá uma abordagem qualitativa. Por meio de entrevistas, pretendo ter uma compreensão melhor do significado da atividade cultural pesquisada.

Para desenvolver essa linha de estudo, será utilizada a história oral como metodologia. Por meio dela, será feita uma pesquisa de campo, buscando perceber o valor cultural que tinham essas cantigas. Para melhor compreender essa cultura de cantar versos enquanto trabalhavam, será feita uma entrevista semiestruturada com alguns desses trabalhadores, hoje já aposentados, para coletar o maior número de informações possíveis sobre essa tradição.

O projeto será apresentado à comunidade na reunião da associação dos pequenos agricultores do povoado Monte Alegre. Nesse momento, explicarei a relevância da pesquisa e seus objetivos. Com isso, buscarei sensibilizar associados a indicarem pessoas que terão informações mais precisas sobre a arte de cantar versos.

Após a indicação dessas pessoas a serem entrevistadas, combinarei com elas uma simulação da atividade que elas realizavam para que eu possa entender melhor o processo de cantar versos. Com isso, observarei, entre outros fatores, como se dava a performance durante a produção oral, mesmo tendo em vista que será uma situação artificial.

Com esse procedimento metodológico, busco pesquisar sobre a cultura oral desses trabalhadores em fazer versos, na tentativa de investigar, em algumas canções, marcas da identidade Cultural do Povoado Monte Alegre em Rio Real/BA.

Segundo Delgado (2010, p. 18), essa metodologia “objetiva a construção de fontes ou documentos que subsidiam pesquisas [...] não é a História em si mesma, mas um dos possíveis registros sobre o que passou e sobre o que ficou como herança ou como memória”. Desse modo, com este projeto, pretendo discutir sobre a relevância das produções orais como representativas da cultura de um povo, buscando entender os sentidos atribuídos a elas quando eram apresentadas e o sentido que elas têm na contemporaneidade. Para isso, procurarei respaldar minhas ideias nos seguintes autores: Paul Zumthor, Jerusa Ferreira Pires, Nestor Garcia Canclini, Stuart Hall, Fausto Colombo, Edil Silva Costa, Deleuze & Guattari, Silvano Santiago, Gaston Bachelard, Jacques Derridá, Michel Foucault, Carlo Ginszburgo, dentre outros.

A ARTE DE CANTAR VERSOS

A poesia oral é um dos meios de produção cultural de uma comunidade. Através dessa produção, a comunidade pode disseminar sua cultura, enquanto modo de vida, valores morais, normas sócias, etc. É por meio da voz que a cultura é, inicialmente, manifestada e reproduzida. Na comunidade abordada neste projeto, o gênero utilizado era a poesia, mais precisamente, a cantiga de roda. Seus versos carregam conhecimentos advindos da visão de mundo e da cultura em que estão inseridos. A literatura oral refere-se a um conjunto de textos transmitidos por via oral, normalmente, procedentes de fontes anônimas. E, por se expressar pela oralidade, muitos desses textos acabam não ficando na memória, o que resulta no seu esquecimento. No momento em que a produção oral é efetivada, ela passa a ser a expressão da memória da comunidade.

Vale ressaltar que o artista da voz precisa da performance para dar vida ao seu texto, uma vez que não existe produção oral sem a performance. Para Jerusa Ferreira (2003, p. 14), a performance é vista como “a leitura em presença, a oralidade, fisicalidade, corpo, jogo se colocam como centro do processo comunicativo”. Dentre essas tentativas de definição, é preciso compreender que não existe produção oral sem a performance.

Zumthor (1997, p. 31) ressalta que a oralidade não se reduz à ação da voz, são necessários certos elementos como gestos, olhar, tom de voz, a recepção do público, entre outros, para a efetivação do texto oral. Para ele, “A performance é a ação complexa pela qual uma mensagem é simultaneamente, aqui e agora, transmitida e percebida”. A cada vez que o texto oral é apresentado, ocorre uma performance diferente.

No momento em que estavam reunidos, esses intérpretes acabavam expressando suas ideias, emoções, medos, sonhos, por meio dos versos cantados. Durante o ato de criação, eles eram, ao mesmo tempo, autores e atores da atividade artística que realizavam, embora não tivessem consciência disso. E, nesse momento, as cantigas eram incrementadas e se tornavam verdadeiros textos orais vivos. Por meio da performance, a cada encontro em que os versos eram cantados, essas produções orais tornavam-se únicas.

Durante a atividade cultural que realizavam, cada uma dessas pessoas expressava, por meio dos versos criados, uma história de mundo. Dessa forma, a diversidade de saberes contribuiu para formar uma cultura que marcou o povoado onde eles moravam. Mas o que vem a ser cultura? Lotman (1979, p. 31) a define como “conjunto de informações não hereditárias que as diversas coletividades da sociedade humana acumulam, conservam e transmitem”. A cultura vista como informação permite examinar não apenas etapas isoladas da cultura como todo o conjunto de fatos histórico-culturais.

Todas as produções literárias dentro de um contexto discursivo determinado são complementares umas das outras, pois é no conjunto de diversos textos que se chega à compreensão da cultura como um todo. É essa diversidade que contribui para a riqueza de saberes presentes nos versos produzidos, os quais, no seu conjunto, representam a cultura de uma determinada comunidade. No entanto, é importante lembrar que, segundo Stuart Hall (2003, p. 261), as formas culturais populares não têm “um significado ou valor fixo inalterável”. Nesse sentido, ele enfatiza que os símbolos mudam de significados mediante contextos em que são vivenciados.

A “transformação cultural” é um eufemismo para o processo pelo qual algumas formas e práticas culturais são expulsas do centro da vida popular e ativamente marginalizadas. Em vez de simplesmente “caírem em desuso” através da Longa Marcha para a modernização, as coisas foram ativamente descartadas, para que outras pudessem tomar seus lugares (HALL, 2003, p. 248).

Se a cultura de cantar versos não é mais atuante, não convém aqui apontar as causas da mudança, embora tenhamos consciência de que o desaparecimento dessa tradição é uma consequência da mudança cultural, uma vez que se a sociedade muda, a cultura também muda, como comentado por Canclini (1997):

Mas o que já não se pode dizer é que a tendência da modernização não é simplesmente provocar o desaparecimento das culturas tradicionais. O problema não se reduz, então, a conservar e resgatar tradições supostamente inalteradas. Trata-se de perguntar como estão se transformando, como interagem com as forças da modernidade (CANCLINI, 1997, p. 218).

Não espero, nem pretendo que a geração atual tenha os mesmos hábitos de seus pais ou avós. No mundo contemporâneo, essa tendência não seria uma manifestação natural. Stuart Hall (2011) faz um comentário sobre essa fantasiosa ideia de estagnação de uma identidade cultural. Para ele:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar, ao menos temporariamente (HALL, 2011, p. 13).

Stuart Hall salienta que devemos pensar as manifestações culturais como dispositivos discursivos que representam a diferença como unidade ou identidade. Embora elas sejam marcadas por diferenças, é durante o exercício de diferentes formas de poder cultural que elas acabam sendo “unificadas”. E, é nessa coletividade que a oralidade se faz presente.

REMINISCÊNCIAS DE UMA CANTORIA

Assim como “não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz”, o mesmo ocorre com as lembranças das canções guardadas na memória dos colaboradores da pesquisa. Ao serem instigados a relembrem aquele período da vida animado pelas cantigas, as memórias surgem como flashes, as quais várias vezes são interrompidas pelo esquecimento. Dessa forma, podemos considerar essas reminiscências como rizomáticas. Elas não têm início, nem fim. Ao virem à tona, elas possibilitam uma multiplicação de recordações, em algumas vezes repetitivas ou sobrepostas, que fazem parte de uma memória curta, a qual recebe a seguinte denominação por Deleuze & Guattari (1997):

A memória curta não é de forma alguma submetida a uma lei de contigüidade ou de imediatidade em relação a seu objeto; ela pode acontecer à distância, vir ou voltar muito tempo depois, mas sempre em condições de descontinuidade, de ruptura e de multiplicidade. [...] a memória curta compreende o esquecimento como processo; ela não se confunde com o instante, mas com o rizoma coletivo, temporal e nervoso (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 11).

Ao reconstruírem suas histórias, os colaboradores da pesquisa são constantemente interrompidos pelo esquecimento, marca de uma memória curta, a qual pode ser definida como um rizoma, uma antimemória. Isso porque “o rizoma é um sistema a-centrado, não hierárquico e não significativo, sem memória organizadora ou autômato central, unicamente definido por uma

circulação de estados” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 15). O esquecimento pode apagar da memória uma manifestação cultural, por mais que se queira lembrar.

Com o passar do tempo, as coisas mudam e nossas ideias também. A proposta não é reviver uma tradição que não faz mais sentido hoje, mas sim lembrar que ela existiu. “O ato de lembrar nem sempre está relacionando ao ato de reviver, mas é preciso relembrar para repensar, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje, ressignificando as experiências do passado.” (PEREIRA, 2013, p. 22-23). Assim, ao analisar esses textos de cultura (cantigas e narrativas), pretendo interpretar as interpretações das cantigas e das memórias narradas pelos colaboradores. Vale salientar que, segundo Foucault, citado por Silvano Santiago, a interpretação “é uma tarefa infinita porque nunca se pode completar”, (SANTIAGO, 2000, p. 215) uma vez que a interpretação se volta para si mesma.

Interpretar esses textos de cultura (cantigas e narrativas) não será uma tarefa fácil, mas cabe ao pesquisador ter espírito científico, o qual “proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza” (BACHELARD, 1996, p. 18). Buscarei com essa pesquisa, investigar o sentido da permanência da arte de cantar versos na memória dos moradores mais velhos da comunidade Monte Alegre.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As máquinas podem até ter calado os moradores mais velhos do Povoado Monte Alegre, mas não apagaram da memória essa cultura oral que tanto marcou a vida deles. Eles resgatam na memória uma tradição de muito valor cultural. A recordação desse passado envolve o tempo do trabalho em um encantamento.

Dotados de um conhecimento ímpar, esses artistas da voz nem sequer sabiam ler e escrever. Esse detalhe acarreta num preconceito com a produção oral, visto que seus produtores têm uma situação social desprivilegiada. No entanto, por meio de suas canções, eles tinham muito a ensinar, dominavam muito bem a arte de fazer versos. Vale ressaltar que, a cada vez que eles tinham oportunidade de se reunir e cantar, cada versão, embora fosse reproduzida, tornavam-se criações no momento da apresentação. Com essa atividade, eles contribuíam para a perpetuação da literatura oral.

Hoje, essa cultura oral permanece apenas na lembrança, uma vez que, devido a diversos fatores já relatados, inclusive à mudança cultural, não é cabível dar continuidade a uma cultura do passado. Ela deve ser encarada como um código organizado que tem sentido e, se não existe mais, é

porque já não tem mais sentido para a geração atual. Ela permanece na lembrança dos moradores mais velhos da comunidade.

REFERÊNCIAS:

BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Trad. Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BACHELARD, Gaston. *A epistemologia*. Trad. Fátima Lourenço Godinho e Mário Carmino Oliveira. Lisboa. Portugal: Edições 70, 2006.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COSTA, Edil Silva. Narrativa, testemunhos e modos de vida. In: Lima, Ari. *Estudos de Crítica Cultural*. Salvador: Quarteto, 2010.

DELEUZE, Gilles & Guattari, Félix. *Mil Platôs*. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles. *O quê é a filosofia?*. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (2010). *História oral – memória, tempo, identidades*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São ISSN 1983-828X | Revista Encontros de Vista - quinta edição Página 20 Paulo: Perspectiva, 2002.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: uma impressão freudiana*. Trad. Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.

FERREIRA, Jerusa Pires. Leituras de presença e ausência: textos noturnos e diurnos. In: EWALD, Felipe Grüne et ali. *Cartografias da voz: poesia oral e sonora: tradição e vanguarda*. São Paulo: Letras e Voz; Curitiba: Fundação Araucária, 2011.

FERREIRA, Jerusa Pires. O esquecimento, o pivô narrativo. In: *Armadilhas da memória e outros ensaios*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

GOODY, Jack. Da oralidade à escrita. Reflexões antropológicas sobre o ato de narrar. In: MORETTI, Franco (Org.). *A cultura do romance*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

GINZBURG, C. Sinais – raízes de um paradigma indiciário. In: Ginzburg, C. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 143-179, 260-275.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid: Siglo XXI de España, 2001.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Trad. Mara Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002 [1980].

MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

MIGNOLO, W. *Desobediência epistémica: retórica de lamodernidad, lógica de lacolonialidad y gramática de ladescolonialidad*. Buenos Aires: Del Signo, 2010.

PELEN, Jean-Noël. Memória da literatura oral. A dinâmica discursiva da literatura oral: reflexões sobre a noção de etnotexto. Trad. Maria T. Sampaio. *Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História (PUC-SP)*, v. 22, p. 49-77, 2001. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10730/7962>. Acesso em 6 mar. 2015.

PEREIRA, Áurea da Silva. Vozes em evidência: as histórias silenciadas. In: *Narrativas de vida de idosos: memória, tradição oral e letramento*. Salvador: EDUNEB, 2013.

PORTELLI, Alessandro. *A entrevista de história oral e suas representações literárias*. Ensaio de história oral. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PROPP, Vladimir. O específico do folclore. In: *Édipo à luz do folclore; quatro estudos de etnografia histórico-cultural*. Lisboa: Vega, 1946.

SANTIAGO, Silviano. Análise e interpretação. In: *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 200-217.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado – Cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. Trad. Jerusa Pires Ferreira e Maria Lúcia Diniz. São Paulo: Hucitec, 1997.

ZUMTHOR, Paul. Os intérpretes. In: *A letra e a voz: a “literatura” medieval*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

PONTO DO BEIJU: UMA ENCRUZILHADA ESTÉTICO-POLÍTICA

Érico da Silva França (Pós-Crítica/UNEB)

Prof. Dr. Osmar Moreira dos Santos (Orientador/ Pós-Crítica/UNEB)

Resumo: O Ponto do Beiju é uma comunidade alagoinhense, localizada às margens da Rodovia Alagoinhas-Salvador, BR 110. Notabilizada pelos aromas, sabores e formas do beiju (de coco, maracujá, goiaba e molhado), a comunidade pontobeijuzense, promove prazer e felicidade a quem dela consome em Alagoinhas, Araçás, Feira de Santana, Dias D'Ávila e Salvador. A apreciação visual-auditiva-tato-olfativa-gustativa da iguaria pontobeijuzense proporciona o contato do degustador com as linguagens socioculturais da comunidade, uma vez que essa arte culinária manifesta seu modo de vida. Um "ritual antropofágico" também é estabelecido entre o apreciador do beiju e o artífice beijuzeiro. Este transfere – de maneira metafísica – a sua vida (sangue, suor, lágrimas, alegria, satisfação, angústia, medo...) no seu ritual produtivo, enquanto aquele a devora. Nesse sentido, produzir uma documentação memorialística dos saberes e fazeres do beiju, amparada na construção do conhecimento histórico e crítico-cultural, bem como nos métodos da pesquisa documental impressa e da pesquisa-ação, pode possibilitar o entendimento dos aspectos simbólicos e estéticos responsáveis pela formação e manutenção, permanências e ressignificações da cultura e linguagem da comunidade pontobeijuzense.

Palavras-chave: Aromas Sabores e formas. Beiju e beijuzeiros. Cultura. Linguagens e símbolos.

INTRODUÇÃO

Os modos de produção e a comercialização dos beijus, subprodutos da mandioca, fazem do Ponto do Beiju, a cerca de setenta anos, um considerável ícone cultural-gastronômico da cidade de Alagoinhas e de outras praças baianas, como Araçás, Dias D'Ávila, Feira de Santana e Salvador. Graças a homens e mulheres, artífices beijuzeiros, a comunidade pontobeijuzense formou-se e, ao longo dos anos, reinventou-se para continuar existindo como uma localidade beijuzeira.

Diante reinvenções e criações e das leituras e interpretações a respeito da comunidade alagoinhense, pergunta-se: quais foram os fatores culturais, sociais, políticos e econômicos responsáveis pelas transformações no modo de produção do beiju e do comércio na comunidade? Como reagiram/reagem os antigos e novos beijuzeiros diante das novas demandas produtivas e comerciais da comunidade? Houve/há políticas públicas responsáveis por orientar "criativamente" os beijuzeiros e comerciantes pontobeijuzenses? A comunidade pode ser inserida num contexto de entre-lugar, em que valores "externos-globais" são absorvidos e adaptados a realidade local?

Diante das questões supracitadas, produzir uma documentação de caráter memorialístico e crítico-cultural do Ponto do Beiju, tradicional comunidade de Alagoinhas-Bahia, destacando os modos de produção do beiju e, a partir dessa iguaria, considerada o sustentáculo pontobeijuzense, identificar os aspectos estéticos, simbólicos e linguísticos responsáveis pela formação e manutenção, permanências e ressignificações da comunidade alagoinhense é singularmente relevante.

POR QUE ESTUDAR O PONTO DO BEIJU?

Em novembro/dezembro de 2006, tecia o primeiro semestre de Licenciatura Plena em História, na Universidade do Estado da Bahia (Campus II), quando no componente curricular de Antropologia fora solicitado um trabalho de observação e descrição de espaços e/ou regiões considerados importantes no município de Alagoinhas-Bahia. O local escolhido foi a comunidade do beiju. Realizado o que fora solicitado na disciplina, prometi a alguns moradores retornar a comunidade e realizar um estudo ainda mais significativo, do que apenas observar e descrever o espaço e seus saberes e fazeres.

Durante o cursar da disciplina Estudos do Brasil Colônia: Poder, Economia e Sociedade, no segundo semestre da graduação, recordo-me de ter lido o texto Leituras Históricas dos 500 anos de José Oscar Beozzo. Nele, o autor estabelece uma leitura do Brasil, rompendo com a barreira dos quinhentos anos e recuperando a “memória” de mais de quarenta mil anos de história, abrangendo os povos indígenas que povoaram a terra – hoje – brasileira, domesticando plantas e animais, forjando uma grande diversidade de línguas e culturas.

Para Beozzo, três elementos traçaram o destino do Brasil: a terra, o trabalho e a mulher. Sobre o pilar mulher, a pesquisa foi idealizada, pois, apesar da herança materna (língua, cultura e religião) mostrar-se ameaçada, em virtude do projeto colonizador, mostrou-se tenaz e dura de ser removida. Isso se deu graças à cozinha, uma vez que “na cozinha e na parte traseira das casas, domínio das mulheres e crianças, continuavam reinando a língua tupi, a alimentação e os costumes indígenas” (BEOZZO, 1999, p. 147).

A leitura desse trecho provocou algumas indagações. Por que na cozinha continuavam reinando a língua e os costumes indígenas? A cozinha é um espaço de transmissão cultural? A culinária é um agente formador e perpetuador de cultura?. Também surgiu um enorme desejo de produzir uma documentação que tratasse do assunto relacionado à culinária ou cozinha como agente formador, transmissor e perpetuador de cultura.

Em 2008, houve uma seleção para Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e, o projeto que era apenas um sonho possível, mas bastante distante, nasceu e recebeu um nome: O Ponto do beiju: trabalho, cultura e memória da culinária em Alagoinhas. Ao invés de tratar apenas da cozinha ou culinária e cultura, recebeu novos componentes como trabalho e memória, além de um objetivo: produzir documentação memorialística dos saberes e fazeres relacionados à produção do beiju, considerada iguaria que sustenta a comunidade do tradicional e conhecido Ponto

do Beiju, situado nos arredores da cidade de Alagoinhas, através da história oral, enfatizando experiências culturais e de trabalho.

Nos dois anos seguintes, o trabalho sobre/na comunidade do beiju continuou a todo vapor. Em 2009, o projeto fora renovado, sob o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e não mais do Programa de Iniciação Científica - PICIN/UNEB. Finalmente, em 2010, apresentei como resultado da pesquisa pontobeijuzense o meu estudo de caráter monográfico, concluindo o curso de Licenciatura Plena em História, de uma maneira impar e deliciosa.

No segundo semestre de 2014, candidatei-me (e passei na seleção) a uma vaga na Linha 1, Literatura, produção cultural e modos de vida no Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), uma vez que sua área de concentração estabelece como ponto focal as pesquisas sobre língua, literatura e cultura, oral e escrita, transitáveis e configuráveis dentro de uma perspectiva interdisciplinar. Também problematiza as relações entre local e global, além de investigar os modos de vida como práticas sociais e estéticas contra-hegemônicas.

O PONTO DO BEIJU NUM CENÁRIO CRÍTICO-CULTURAL

Os Estudos Culturais ganharam grande notoriedade com Stuart Hall, que, por sua vez, possibilitou a construção de múltiplos discursos e numerosas histórias distintas, além de abranger um conjunto de formações e diferentes conjunturas, construídas por métodos e posicionamentos teóricos diferenciados, sempre acompanhados do que denomina-se de “ruído teórico”, como uma gama de “sentimentos negativos, discussões, ansiedades instáveis, e silêncios irados” (Hall, 2013, p. 221).

Embora possibilite o diálogo e o entrecruzamento com/de diferentes áreas do conhecimento, com suas teorias e métodos, os Estudos Culturais não podem ser reduzidos a um pluralismo desprovido de critérios. Nesse sentido, pode-se afirmar que os estudos de “estilo” cultural demonstram o desejo de conexão, ao mesmo tempo em que registram uma “tensão entre a recusa de se fechar o campo, de policiá-lo e, ao mesmo tempo, uma determinação de se definirem posicionamentos a favor de certos interesses e de defendê-los”. (HALL, 2013, p. 222).

Apesar de suas implicações, os Estudos Culturais, representam a possibilidade de diálogo – na leitura e interpretação referentes a comunidade pontobeijuzense – de áreas científica e métodos distintos. A pesquisa sobre a comunidade do beiju em Alagoinhas-Bahia amparara-se na construção do conhecimento histórico e crítico-cultura na área de Letras e, nos métodos da pesquisa documental impressa e da pesquisa-ação. Sobre o método de pesquisa documental escrita, é preciso

dizer que consiste no mapeamento, levantamento de fontes bibliográficas, documentais e iconográficas que teórico-metodologicamente confluem com temática estudada.

A Pesquisa-Ação, por sua vez, surge como um apoio essencial nesse processo construtivo, pois, possui como finalidade estabelecer mudanças, além de pressupor uma conscientização dos “investigados” como dos “investigadores”. Kurt Lewin, precursor da Pesquisa-Ação, baseava-se nos princípios da pesquisa de caráter experimental, embasada na intervenção terapêutica inspirada na psiquiatria, nos conceitos de globalidade e na relação dinâmica gestáltica, em que um artefato deve “ser apreendido na relação que mantém com outros objetos circunstantes, tendo como ideia-matriz a transformação do objeto estudado mediante a produção de um conhecimento (pesquisa) que regule o que fazer (ação)”.

De acordo com Barbier (2004), na realização da pesquisa-ação ou pesquisa-ação existencial, o trabalho confeccionado pelo pesquisador não é sobre os outros, mas com os outros. Para ele, os resultados apresentados a laboratórios ou órgãos públicos devem – a priori – ser discutidos com o grupo de pesquisa de campo e, se possível confeccionados coletivamente. “O trabalho de implicação do pesquisador em ação o conduz [...] a reconhecer sua parte fundamental na vida afetiva e imaginária de cada um na sociedade”. (BARBIER, 2007, p. 15).

Entretanto, ajuizar sobre a comunidade como uma região em Alagoinhas-Bahia, com elementos culturais pudicos, inalterados, sacros e genuínos, em que indivíduos – “tolos culturais” – organizam-se em suas roças, casas de farinha, fazem beijus e outros derivados da mandioca para o próprio consumo e/ou para o comércio na margem da rodovia Alagoinhas/Salvador, bem como para exportação de caráter intermunicipal é lidar com análises apenas superficiais e/ou até mesmo desprovidas de críticas.

Amparado nos estudos de Deleuze (1991), pode-se afirmar que o Ponto do Beiju assemelha-se a uma matéria, cuja textura constitui-se infinitamente porosa, esponjosa ou cavernosa, “sem vazio” e, sempre uma “caverna na caverna”. Nesse sentido, considera-se que cada elemento corpóreo – ainda que muito, muito, muito pequeno – possui suas especificidades e complexidades, sem que haja uma separabilidade.

Considera-se também que a comunidade alagoinhense remete-se a um rizoma, uma vez que a sua existência evoca sentidos como deslocamento, evasão e ruptura. Nesse sentido, a leitura e as interpretações referentes a comunidade alagoinhense relacionam-se não com o fixo e imutável, mas as conexões de “cadeias semióticas, organizações de poder, ocorrências que remetem às artes, às ciências, às lutas de classes” (DELEUZE; GUTTARI, 1995, p. 5).

Um dos fatores responsáveis pelas transformações no processo produtivo do beiju, na comunidade alagoanhense, refere-se intimamente a uma ordem social e cultural em torno do capital, em que o conceito de “transformação cultural” está intimamente relacionado às “formas e práticas culturais [que] são expulsas do centro da vida popular e [são] ativamente marginalizadas”. (HALL, 2013, p. 274). Assim sendo, a reforma capital-modernizante estabelece o descarte ou ressignificação de práticas culturais e as transformações do povo, para o “seu próprio bem, é lógico”.

Entretanto, as modificações realizadas no âmbito da cultura popular, que por vezes estão atreladas aos valores e regras exógenas e capitalistas, não são – necessariamente – impostas, uma vez que os “populares” não são “tolos culturais”, ao contrário, são conscientes e notadamente capazes de verificar como as realidades são reorganizadas, reconstruídas e remodeladas pela maneira como são representadas.

A interpretação da cultura e dos modos de produção do beiju no Ponto do Beiju notabilizam-se pelas tensões e oposições entre o que pertence e o que não pertence ao domínio da cultura dominante e da cultura local. Por exemplo, o quitute confeccionado da massa de mandioca (beiju), considerado a maior expressão identitária da comunidade alagoanhense, fora inserido numa dinâmica do capital, uma vez que para continuar existindo os saberes e fazeres relacionados a sua confecção foram recriados várias vezes.

É preciso destacar que o capitalismo é um modo de produção baseado no individualismo, na propriedade privada, na exploração da mão-de-obra e na competição, em que os que satisfazem os consumidores são os vencedores, enquanto os que não conseguem suprir os desejos “materiais e espirituais” da sua clientela estão fadados ao alijamento ou desaparecimento dentro da “seleção natural capitalista”. Muitos artífices do beiju que não se adequaram/adequam as inovações e técnicas criativas baseadas nos modos de produção capitalista tiveram/tem suas produções reduzidas ou deixaram/deixam de produzir a iguaria da mandioca.

Segundo Hall (2013), as alterações culturais propostas pela cultura dominante não agem sobre o povo como se o mesmo fosse uma tela em branco. Porém,

[...] “elas invadem e retrabalham as contradições internas dos sentimentos e percepções das classes dominadas; elas, sim, encontram ou abrem um espaço de reconhecimento naqueles que a elas respondem. A dominação cultural tem efeitos concretos – mesmo que estes não sejam todo-poderosos ou todo-abrangentes”. (Idem, p. 282).

A análise da comunidade pontobeijuzense, de acordo com os métodos estabelecidos pelas ciências naturais, onde os fatos são reduzidos a “pura essência” de caráter quantitativo e tratados com “certezas” pré-formuladas em “laboratórios científicos” é, no mínimo, negligenciar as

transformações histórico-culturais experimentadas pela comunidade, aceitando-se sem crítica a sua essência, sua estrutura e suas leis. É necessário “deletar” o caráter imutável dos fatos, submetendo-os a um tratamento histórico-dialético, em que a interpretação dos mesmos evade da superfície e da existência real em direção ao núcleo interior e essencial (LUKÁCS, 2003).

As multiplicidades pontobeijuzenses não se reportam a dicotomia presente na relação existente entre sujeito e objeto, mas com determinações, grandezas e dimensões que alteraram/alteram/alterarão as estruturas de modos de produção e funcionamento da comunidade do beiju. Assim sendo, pode-se afirmar que “as multiplicidades [no Ponto do Beiju] se definem pelo fora: pela linha abstrata, linha de fuga ou de desterritorialização segundo a qual elas mudam de natureza ao se conectarem às outras” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 6).

Dessa maneira, a comunidade alagoinhense, lida e interpretada por meio de um rizoma, pode compreender linhas de segmentaridade ou desterritorialização. Dessa maneira, pode ser estratificada, territorializada, organizada, mas também pode sofrer rupturas e, a partir disso, traçar linhas de fuga, confeccionar novas possibilidades, que o dualismo e/ou a dicotomia, por sua vez, não dariam conta.

É preciso ressaltar que os termos “leitura” e “interpretação” empregados nessa excitante e deliciosa escrita, corroboram também com a visão e sentido utilizados por Derrida. Para ele, leitura é responsável por desvendar as mensagens contidas no texto, vislumbrando o que oculto está. Já a interpretação refere-se a confecção de um tecido a partir dos fios retirados de outros “tecidos-textos” (SANTIAGO, 1976, p. 51-54).

A pesquisa na comunidade pontobeijuzense, numa perspectiva da Crítica Cultural precisa e deve retirar da comunidade os fios responsáveis dos aspectos culturais e os modos de produção do beiju para produzir a *différance*, ou seja, um “feixe de diferentes linhas de significados ou de forças, podendo sempre aliciar outras, constituindo uma rede cuja tessitura será impossível interromper ou nela traçar uma margem”. (Idem, p. 22).

CONCLUSÕES

O estudo a respeito da comunidade alagoinhense do Ponto do Beiju justifica-se porque projeta algumas possibilidades de problemáticas a serem desbravadas, lidas e interpretadas nos campos da historiografia e da crítica cultural a respeito dos modos de produção local, dada a importância do tema para os Estudos Culturais de comunidades suplantadas pela história e cultura hegemônicas,

compondo, assim, um potencial para aprofundar a história das minorias e das comunidades periféricas, através dos modos de produção, da estética, dos símbolos e das linguagens.

É preciso destacar que a comunidade alagoinhense é notadamente marcada por especificidades e complexidades. Configura-se num entrelugar, local marcado por realinhamentos e agitações ideológicas, onde o global e o regional se conectam e divergem, proporcionando as “misturas culturais”, ao mesmo tempo, em que os conceitos de unidade, pureza e autenticidade são questionados, eclodindo um “terceiro tipo de construção identitária”, assinalada por tensões, novos sentidos e “novas e vivas identidades” e, onde o “mundo moderno, homogêneo e coerente vai ceder lugar a um universo pós-moderno, fragmentado, heterogêneo e imprevisível”. (HAUCIAU, p. 6, 2005).

REFERÊNCIAS

- BARBIER, René. *A Pesquisa-Ação*. Trad. Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2007.
- BEOZZO, José Oscar. *Leituras Históricas dos 500 anos*. Margem/Faculdade de Ciências da PUC-SP/FAPESP. n. 10. (dez. 1999). São Paulo: EDUC, 1999.
- DELEUZE, Gilles. *A dobra: Leibniz e o barroco*. Trad. Luiz B. L. Orlandi. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *Mil Platôs – capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- FRANÇA, Érico da Silva. *O Ponto do Beiju: trabalho, cultura e memória da culinária em Alagoinhas*. Alagoinhas-Bahia: Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2010.
- HAUCIAU, Nubia Jacques. O entre-lugar. In: Figueiredo, E. *Conceitos de literatura e cultura*. Juiz de Fora: Editora UFJF/Niterói: EdUFF, 2005.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HALL, Stuart. Estudos culturais e seu legado teórico. In: HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- LUKÁCS, Georg. O que é marxismo ortodoxo?, In: *História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SANTIAGO, Silvano. *Glossário de Derrida*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- SITES <http://www.poscritica.uneb.br/?page_id=34>

DOCUMENTÁRIO INDÍGENA: VOZ, AUTORREPRESENTAÇÃO E OUTROS TENSIONAMENTOS

Francisco Gabriel Rêgo (UNEB) ¹

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Félix

Resumo: A voz é um objeto de experiência, e situa-se no centro de um poder que representa o conjunto de valores responsáveis pela fundação das culturas. Além de ser criadora de inúmeras formas de arte, possui um valor simbólico, abstrato e alcança uma dimensão material. É um modo vivo de comunicação poética que vai se firmando ao longo dos séculos, uma herança cultural que é transmitida pela linguagem e outros códigos, por meio dos quais os grupos humanos constroem suas significações e se reelaboram cotidianamente. A imagem da voz emerge nas profundezas do vivido e foge a qualquer tipo de amarra ou fórmulas conceituais, daí aquilo que se destaca como dimensão material está expressa na existência humana, e suas complexas formulações que ultrapassam todas as suas manifestações particulares. Em outras palavras, na sua evocação, a voz “faz vibrar em nós, a nos dizer que realmente não estamos sozinhos”. A partir disso, urge que se sejam breves reflexões acerca da voz dentro da cultura guarani. Este artigo pretende analisar a voz, enquanto objeto de experiência, e a auto-representação, como elemento de legitimação de uma alteridade indígena. Para tanto, utilizaremos como corpus o documentário Mokoí Tekoá Petei Jeguatá: Duas aldeias, uma caminhada. O texto é dividido em 2 momentos: 1) breves considerações acerca do conceito de voz, em que enfocaremos a voz guarani 2) A dimensão oral da representação indígena: o caso do cinema, em que analisaremos de que forma o indígena se auto representa a partir do documentário.

Palavras-chave: Auto representação. Documentário. Mbya-Guarani. Voz

APRESENTAÇÃO

Das manifestações humanas, a voz é um objeto de experiência, é o querer dizer e a vontade de existência. Situa-se no centro de um poder que representa o conjunto de valores responsáveis pela fundação das culturas, além de ser criadora de inúmeras formas de arte; possui um valor simbólico, abstrato e alcança uma dimensão material. É um modo vivo de comunicação poética que vai se firmando ao longo dos séculos, uma herança cultural que é transmitida pela linguagem e outros códigos, por meio dos quais os grupos humanos constroem suas significações e se reelaboram cotidianamente. A imagem da voz emerge nas profundezas do vivido e foge a qualquer tipo de amarra ou fórmulas conceituais, daí aquilo que se destaca como dimensão material está expressa na existência humana, e suas complexas formulações que ultrapassam todas as suas manifestações particulares. Em outras palavras, na sua evocação, a voz “faz vibrar em nós, a nos dizer que realmente não estamos sozinhos” (ZUMTHOR, 2010). A partir disso, urge que se sejam breves reflexões acerca da voz dentro da cultura guarani.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, UNEB, / CAMPUS II. Bolsista FAPESB. Orientado pelo professor José Carlos Félix. E-mail: francisco1gabriel@gmail.com.

Na cultura guarani, destaca-se, em especial, as peculiaridades inerentes a voz, atentando para o papel da oralidade nas manifestações indígenas. Nesses espaços, voz e memória aprofundam-se de modo quase que indistinto. A memória cumpre a tarefa de profetizar as marcas do que havia se perdido e que irremediavelmente influi na linguagem e no tempo². Falar e transmitir a memória possibilitam compreender a voz como um produto complexo, resultado de interações biológicas, intelectuais, emocionais, sociais e espirituais, já que é o instrumento de trabalho e de comunicação mais difundido (Franco, 2008). Diante da complexidade ontológica da voz, entra-se no campo da poesia oral, já que esta circunscreve-se em um vasto e distinto conjunto de caracteres. Sua formulação ocorreria de forma rigorosa, promovendo indícios estruturais que se evidenciam em forte sentido de alteridade.

A voz não se esgota naquilo que ela transmite e a oralidade põe em funcionamento tudo que em nós se destina ao encontro do outro. Isso porque, nas poéticas orais é que se instauram as formas de sobrevivência, (re)emergência de um antes, de um ontem, pois muitas práticas da vida social são explicadas através dela. Percebe-se suas peculiaridades e influências dentro do cotidiano de toda e qualquer sociedade. Expressa crenças, valores, presentifica e reatualiza saberes.

A partir do descrito, e da busca pelo sentido de alteridade, pretendemos observar a representação indígena no cinema, em especial no documentário *Mokoi Tekoá Petei Jeguatá – Duas aldeias, uma caminhada (2008)*³. Nosso intuito é o de apreender o papel da voz e, por conseguinte, das expressões tradicionais evidenciadas pela dimensão oral, como forma de se perceber o diálogo estabelecido entre os próprios índios e as expressões diferentes a ela.

Pretende-se apontar esse conceito como um campo complexo e que, no caso dos indígenas, envolve um forte sentido de alteridade, expressada pela forma como eles se utilizam do recurso audiovisual, ao abordar suas narrativas tradicionais - nesse caso, a Lenda da Cobra Grande - desenvolvendo uma expressão de voz síntese da historicidade dos Mbya-Guarani. Outro ponto também importante é o sentido do termo representação, que é utilizado aqui próximo da ideia de suporte utilizado para veicular o representativo. Nesse caso, voz e a imagem assumiriam uma clara função comparativa, ao relacionarem-se no produto audiovisual, possibilitando a construção representacional.

² Memória, aqui, nos interessa quando relacionada ao conceito de voz, como lembrança, recordação e, por isso, não nos deteremos numa análise mais profunda do conceito.

³ Dirigido por Germano Beñites, Ariel Duarte Ortega, Jorge Ramos Morinico, membros das duas comunidades Mbya-Guarani: “Aldeia verdadeira”, em Porto Alegre (RS), e “Aldeia Alvorecer”, no município de São Miguel das Missões (RS).

Assim, falar dos produtos audiovisuais que possibilitam uma construção representacional, nos remete ao projeto *Vídeo nas Aldeias*⁴, do qual o documentário aqui analisado é resultado. Esta produção constitui-se enquanto um espaço de observação do fenômeno da auto representação, sobretudo diante de novos incrementos tecnológicos, como a presença dos recursos visuais e a possibilidade de observarmos como esses recursos são incorporados por essas comunidades. Além disso, o documentário evidencia as formas de inserção dos produtos culturais pelos índios, dentro de contexto ligado à comunicação de massa e das mobilizações coletivas responsáveis por constituir novas formas de representação. Como a maioria dos produtos culturais contemporâneos, o filme instaura um espaço de tensão tanto interna quanto externa, resultante da relação desse produto com seu público, e, também, do sistema que o abarca, seja por meio da distribuição ou da crítica – fundamentais para construção dos valores que legitimarão seu status como expressão cultural.

Poder-se-ia situar a voz no documentário tendo em vista a potencialidade que o recurso audiovisual oferece aos realizadores. Tal como um elemento base para a constituição do produto documental, a voz apresenta-se como um elemento de construção de auto representação, na medida em que estaria em consonância, de um modo geral, com o falar guarani. Construir uma auto representação aproxima-se, fundamentalmente, do falar de si para o outro, apresentando, para o espaço onde o filme se expressa, a cultura de massa, os sujeitos portadores de um discurso inerente a histórias dos Mbya-Guarani. Aponta-se, dessa forma, para a relação entre voz e o documentário como uma ação comparativa que une sujeitos opostos; mas, ainda assim, ligados dentro do processo de construção subjetiva e dialógica, definida no espaço da cultura de massa.

O documentário *Mokoi Tekoá Petei Jeguatá – Duas aldeias, uma caminhada* começa com uma apresentação dos aspectos que marcam a ideia de auto representação. Para compreender este conceito, nos apoiamos nas contribuições de Gonçalves e Head que afirmam a ideia de que tal noção surge “ como um modo legítimo de apresentar uma autoimagem sobre si mesmo e sobre o mundo que evidencia um ponto de vista particular, aquele do objeto clássico da Antropologia que agora se vê na condição de sujeito produtor de um discurso sobre si próprio” (ALMEIDA, 2013, p.32). Constrói-se, dessa maneira, uma busca pelo papel determinante dos índios Mbya-Guarani, como construtores e defensores de suas narrativas.

Nesse aspecto, a imagem do jovem que detém a câmara e a desloca na comunidade, como um personagem da tribo, é fundamental. Os planos são construídos, em sua maioria, como recurso da

⁴ Criado em 1986, *Vídeo nas Aldeias* (VNA) é um projeto precursor na área de produção audiovisual indígena no Brasil. O objetivo do projeto foi, desde o início, apoiar as lutas dos povos indígenas para fortalecer suas identidades e seus patrimônios territoriais e culturais, por meio de recursos audiovisuais e de uma produção compartilhada com os povos indígenas com os quais o VNA trabalha.

câmera na mão. Os movimentos orgânicos da câmera parecem ressaltar o caráter representativo, ao reforçar a extensão do local e do espaço como interação de quem filma, reveladora dos aspectos característicos da tribo, que ganha força, tendo por base os atributos do povo em consonância com o seu espaço.

Narrado pelos índios guaranis, em sua própria língua, a construção do discurso fílmico tem, nesse aspecto, um ponto marcante ao evidenciar um caráter representativo da própria linguagem. Utilizando-se de recursos como entrevistas, que na sua maioria ocorrem de forma espontânea, enquanto os índios estão no seu ofício e trabalho, a captação do áudio obedece a lógica do processo de obtenção das imagens utilizadas pela direção, em constante diálogo com as características espaciais das comunidades representadas. Esse aspecto é importante por ser um dos pontos objetivados pelo documentário na construção de um discurso e posicionamento frente ao processo histórico que situou os indígenas em uma condição de marginalidade espacial, social e econômica.

Aponta-se, nesse caso, o uso recorrente de contra-plogé⁵, evidenciando uma forma própria de ocupar e relacionar-se com o espaço. O enquadramento do filme, desta forma, parece seguir a regra de melhor explorar o objeto, ou seja, as duas aldeias, tendo como recursos principais o uso do plano médio e da câmera na mão. Chama atenção o uso do ZOOM⁶ como uma forma que diferenciaria o filme de outras produções assentadas em protocolos vigentes. O papel do ZOOM é interessante pois reforçaria o caráter de auto representação, que entra no filme como um elemento fundamental para a construção e legitimação da imagem documental. Outro ponto interessante, ainda no posicionamento de câmera, é o papel que a câmera ocupa ao ser posicionada quase sempre, na mesma posição do olho de quem filma. Esse posicionamento também é importante, pois denota o papel do documentário ao representar um olhar, desenvolvida de uma forma de estar na comunidade. Tal posicionamento é reforçado pelo franco diálogo que se estabelece com quem está sendo filmado e quem filma, denominado por alguns da comunidade simplesmente pela alcunha de “câmera”.

A construção da imagem ocorre diante daquilo que F. P. Ramos (2001) chamou de “transfiguração do real”, em uma imagem possuidora de um traço específico, reveladora do gênero documental, em detrimento ao ficcional. A forma como o real é transfigurado para a imagem

⁵ Posição da câmera que resulta na construção de um plano de baixo para cima em direção ao objeto filmado. Pode ser percebida no filme, pelo posicionamento da câmera no chão, o que resulta em uma relação desigual ao objeto filmado. No filme, tal posicionamento também resultou em uma maior profundidade de campo, que é explorado como forma de evidenciar constantemente o que está sendo filmado e o que não é filmado.

⁶ Alteração na distância focal da lente durante uma tomada, o que dá ao espectador a impressão de aproximação ou afastamento do objeto filmado, dentro de um mesmo plano.

mediada pela câmera produz o efeito de uma imagem com caráter de testemunho em relação aos aspectos típicos dos índios Mbya-Guarani. Por meio da imagem, seria possível perceber a forma como a câmera desenvolve-se num espaço e no tempo, ao representar a realidade, na construção da imagem mediada pela câmera. A imagem documental, por conseguinte, seria reveladora de uma forma específica de mediarmos a realidade, e da “circunstância de tomada” da câmera⁷ ao captar, registrar e de “estar” no mundo, marcas e traços do sujeito portador da câmera, mediação capaz de construir uma presença e ausência.

À vista disso, a tônica do documentário estará expressa em um dos registros de vídeo: “Para falar por nós próprios”, o que evidencia na reprodução documental a possibilidade de construção de uma enunciação por parte dos Mbya-Guaranis. Nas duas localidades o papel das narrativas tradicionais Guaranis são elementos substanciais na construção do realismo no filme. As narrativas de origem cosmogônicas narradas são apresentadas pelas vozes testemunhadas pelo olhar mediado pela câmera, apresentado aos demais da aldeia, relatado pelos índios mais velhos. O papel dessas narrativas desenvolve-se tendo por base o sentido do espaço, sobretudo, pela propriedade que a natureza adquire na sua relação com o humano. Na maioria das representações indígenas, de forma abundante e orgânica, a natureza é trabalhada no documentário pela sua forma mais precária, resultado do processo de desfazimento do índio, pela desqualificação e empobrecimento do seu espaço. É diante da dificuldade do trato com a terra que o índio passa a se relacionar com o espaço urbano, com a finalidade de vender utensílios e produtos decorativos como, cestos, animais em madeira, arcos e flechas, objetos que aproximam e separam aldeia da cidade, os índios

A DINÂMICA NARRATIVA E POÉTICA NO DOCUMENTÁRIO

Nessa perspectiva, faz-se necessário evidenciar a potencialidade da oralidade no documentário, como uma forma de se observar o papel da voz tradicional, presente no narrador que conta a *Lenda da Cobra Grande*⁸. Na medida em que desenvolve sua narrativa faz uso de uma série

⁷ Como afirma Ramos (2001), “A circunstância de tomada, para sermos mais específicos, é algo que conforma a imagem-câmera de um modo singular no universo das imagens. Por circunstância da tomada entendemos o conjunto de ações ou situações que cercam e dão forma ao momento que a câmera capta o que lhe é exterior, ou, em outras palavras, que o mundo deixa sua marca, seu índice de, no suporte de câmera ajustada para tal”.

⁸ “A Lenda da Cobra Grande, surgiu com o término das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul. Atravessou o tempo na boca do povo dizendo que na guerra contra os invasores, os índios, comandados pôr um grande guerreiro Sepé Tiaraju, lutaram bravamente mas acabaram sendo vencidos. A maior parte deles foi dizimada ou feita prisioneira. Na Missão de São Miguel ficaram apenas os velhos, mulheres e crianças, que tão logo tivessem alguma serventia eram levados pôr estrangeiros como escravos. Pôr consequência, o mato foi crescendo e avançando, invadindo a Missão. Com o mato veio a Cobra Grande, que subiu as

de mecanismos e técnicas que são apreendidos e incorporados ao longo de sua vida. Saberes ancestrais passados de geração a geração. A tradição oral perpetua uma organização textual dinâmica, interativa, que implica num jogo de transformações, que se dá entre o discurso anunciado e enunciação; o entrecruzamento do tempo e do espaço e suas infinitas possibilidades performativas. A narrativa possui implicações e nelas há tendências que se incorporam a esse novo suporte de circulação presente no documentário. No entanto, é preciso frisar o tributo à transmissão oral dos conhecimentos armazenados na memória humana, e a utilização desta, de forma revigorada no documentário, já que o passado se rerepresentaria nela através dos processos de criação, adaptação e circulação.

Sendo assim, o narrador assume um tom político e questionador ao relatar com maestria a lenda. Ele se coloca como porta-voz do seu povo, definindo-se como autor e protagonista da sua história. Fala dos seus antepassados, porém incluindo sua descendência, ao mesmo tempo em que narra, revive sua memória, atualizando-a quando diz: *Eles nos levavam, quando não nos matavam faziam a gente trabalhar sem comer. Se a gente adoecia, eles matavam, e nem enterravam. Ao mesmo tempo em que conta ele invoca as vozes silenciadas e dizimadas de seu povo, os Mbya-Guaranis, fazendo ressurgir, desta maneira, uma outra história, que questiona um lugar de fala, usurpado dentro da conjunta social dominante. Ou seja, por meio da lenda ele desconstrói discursos hegemônicos e assim, como pela sedução das palavras, faz fluir os sons encantatórios carregados de poética e modos de vida que corroboram suas tradições e as legitimam: *Mas uma pessoa escapou, e eles não conseguiram pegar. Quando não se ouvia mais nada por aqui, ele voltou pra cá. E ficou sentado no pátio com algumas crianças.* Por esta perspectiva, se a história oficial tenta apagar as vozes dos índios, deixando-as à margem, é por meio da lenda, pelo contar que o povo Guarani reinventa seu papel no contemporâneo, ao remontar a tradição, buscando trazer para o centro os dilemas presentes em sua história.*

Pode-se dizer que o enfoque documental da lenda, carrega a vocalidade, como afirma Zumthor (1993)⁹, porque em suas origens há uma criação coletiva e oral das vozes do passado, vozes estas que são trazidas para a contemporaneidade. As mediações que circulam os dias atuais são carregadas de novos artifícios, modernidades, adaptações, contudo, a força das histórias contadas se sustenta na memória vocalizada, traço este que não se perde mesmo ao longo dos séculos. Tal fato compõe um

escadas do templo e se alojou na torre da igreja. Quando sentia fome, enroscada nas cordas que pendiam do alto, atirava-se a badalar...badalar"... Carlos Carvalho (in: <http://cbitij.org.br/mboiguacu-lenda-da-cobra-grande/>).

⁹ Zumthor (1993) descreve vocalidade como a historicidade de uma voz: seu uso. Uma longa tradição de pensamento, é verdade, considera e valoriza a voz como portadora da linguagem, já que na voz e pela voz se articulam as sonoridades significantes (p. 21).

processo germinal muito grande: esse movimento de transferência e complementação, oferecido ao público atual, através da captação audiovisual num compasso entre oralidade viva para a oralidade mediatizada, e é esse movimento que dá vida à obra.

O documentário, ao abordar a lenda, volta-se para a potencialidade da voz Mbya-Guarani. Para isso, enquanto é feito o relato as cenas são rerepresentadas em desenhos fotografados. O próprio narrador testemunha a sua narrativa e faz referência a esse mecanismo imagético incorporando-o a sua versão: *Estava tudo tomado de mato, como na foto lá do museu.*¹⁰ Aqui, a produção audiovisual se deixa conduzir pelo ato narrativo. A análise da lenda aliado ao mecanismo tecnológico promove um diálogo que confirma a hipótese de um entrelaçamento que contempla formas de expressão distintas. Ainda sobre a representação documental da narrativa é possível escutar uma voz que se manifesta em *performance* graças a riqueza da tradição que se deixa transmutar em outros meios, nesse caso pela realidade transfigurada em imagem documental.

Para que uma produção cultural permaneça segura em si, muitas vezes, ela pode absorver elementos do domínio da cultura de massa o que potencializa suas produções, devido a sua hibridiz característica. Em algumas culturas essas incorporações são associadas às tradições e dessa forma, contribuem para sua permanência e realizações. Zumthor (2010) explica que uma narrativa deverá ser examinada sobre suas constantes e mutáveis relações, das quais resultam o encadeamento de seus elementos e a produção de infundáveis sentidos. Destaca-se “pela ausência de artifícios refreando as reações afetivas; a predominância da palavra em ato sobre a descrição; os jogos de eco e de repetição; o imediatismo das narrações, cujas formas complexas se constituem por acumulação; a impessoalidade, a intemporalidade”. Essas são características que se apresentam na Lenda *da Grande Cobra* e que nos faz percebê-la como um texto oral que veicula grande carga expressiva, pois evidencia identidades culturais, discursivas e políticas.

Dessa forma, o texto oral focaliza-se em performance: “A arte poética consiste em assumir esta instantaneidade, em integrá-la na forma de seu discurso. Daí a necessidade de uma eloquência particular, de uma facilidade dicção e de frase, de um poder de sugestão: de uma predominância geral dos ritmos” (Zumthor, 2010, p.139). O ouvinte/espectador segue este encaminhamento ao assistir o vídeo documentado, nesta condição, não há possibilidade de retorno, desistência. A mensagem em performance atinge seu objetivo e o efeito desejado do imediato.

Tomando como referência o estudo desenvolvido pelo teórico Frederico Fernandes (2007) em seu livro intitulado “A voz e o sentido, poesia oral em sincronia”, aponta dois conceitos que podem

¹⁰ Idem.

ser analisados e incorporados para efetivo desenvolvimento de nossa análise: 1) Relato- “que constitui um feixe de histórias a que se somam acidentes, decepções, aventuras, esperanças, saudades, engendra-se pelo exercício do olhar”. Neste caso, o espectador guia-se pelo olhar do narrador, que vislumbra os acontecimentos e os readapta por meio da oralidade no documentário. Os relatos são documentos que reapresentam o passado, porém como uma possibilidade de se compreender o viver no presente; 2) Narrativa- “sendo constituída com base num passado próximo, o exercício mnemônico que a viabiliza não pressupõe a descrição do convencional, isto é, daquilo que já se apresenta assimilado no mundo percebido de quem articula”. Relocando o conceito de narrativa desenvolvida pelo autor acima citado como um deslocamento espacial e temporal que se insere na descoberta pelo que é “o novo”, o “desconhecido”, é possível analisar a lenda por esta perspectiva, por meio do “novo” e do “desconhecido” que se instauram em meio às diversas reinterpretações do espectador/ouvinte, que também compartilham desta curiosidade pelo inusitado que se revela na narração.

Por conseguinte, a lenda é marcada por pensamentos inconclusos, mas não menos significantes. No vídeo é possível perceber a presença marcante dos gestos que assinalam uma comunicação presentificada e pela ausência de divagações psicológicas, além claro, da audiência dos seus pares que observam, atentos, o desenrolar narrativo. O fator marcante da poesia oral é o tempo e espaço em que ela é comunicada. O autor explica que a comunicação não está no vazio do tempo, mas encontra-se em um presente que sofre interferência de um passado para dessa forma projetar o futuro. É um encontro cíclico que nunca finda. Ele ainda discute sobre a principal diferença entre a comunicação espacial aquela movida pelo delimitar de um lugar, objeto, códigos, canais e pessoas, da qual engendra a poesia oral, esta se apresenta pelo contato direto com o receptor e o retorno a memória oral, possibilitando que se estabeleça um evento comunicacional entre os pares que se fazem presentes em performance.

Outro fator preponderante que se deixa sobressair na lenda é o aspecto religioso, bem demarcado em seu espaço cultural, do qual podemos extrair elementos que se encaixam perfeitamente ao mundo mítico das tradições indígenas. *Mas quando Nosso Deus Tupã vê algo errado acontecendo, Ele se transforma em tempestade. Então um raio explodiu o sino, e fez a cobra cair.* Assim, o autor materializa, por intercâmbio do visual, um mundo imaginário coberto de costumes, magia, fé. Ele se apropria de inúmeras combinações e alcança desta forma, “um suporte cultural preexiste” (FERNANDES, 2007).

Interessante perceber que o narrador percorre sua própria cultura para “desenhar” a lenda e reapresentá-la perante a câmera. Traça em sua composição um movimento de ir e vir que evidencia

um repertório composto por pontos de vista e ideologias. Nesse sentido, o documentário está a serviço de comunicar e registrar as realidades vividas pelos membros da comunidade, mas também por outras pessoas, seja no presente ou de outrora. Assim, a lenda ganha notoriedade e se faz presente não apenas em seu contexto de produção, mas de toda uma população que possa ter acesso ao vídeo, hoje disponível em canais de youtube e/ou distribuída em DVDs.

A todo instante da narrativa, o realizador indígena está presente, mediando a relação de sua cultura com o exterior. Como alguém que constitui um elo entre dois mundos, os Mbya-Guaranis trazem para o plano da representação documental, aspectos de sua cultura, manipulando as ferramentas audiovisuais com o intuito de inserir-se nos espaços da comunicação de massa. No gesto de reafirmação de sua natureza, ao dialogar com o campo e antecampo, estaria subjacente um certo caráter afirmativo do poder dos índios como porta-vozes de um processo de esquecimento vivido na história, reposicionando-os frente a cultura de massa. É diante do processo de constituir vozes esquecidas, que o filme desenvolve seu processo de filmagem. Dessa forma, as lendas e o falares dos índios estão completamente ligados ao processo de feitura do filme. Interessante notar como as vozes tem um papel preponderante ao revelar os conjuntos das narrativas próprias da tradição em contato com às reivindicações Mbya-Guarani.

Nos dizeres do índio acerca da lenda estaria implícita uma outra forma de observar o surgimento das ruínas. A lenda da cobra grande, como uma explicação das origens históricas dos guaranis, recoloca as ruínas como um espaço próprio para a resistência dos Mbya-Guarani. A lenda surge como uma reafirmação perante ao mundo já recontado pelas narrativas vigentes; tendo, agora, nas vozes dos indígenas, uma explicação que trouxesse a marca da exclusão e do empobrecimento das fontes naturais da vida dos índios. Nesse sentido, narrativa e história se aproximam como forma de apontar o papel prevalente do extracampo no documentário, ao potencializar as narrativas como reafirmação dos atributos dos Mbya-Guaranis, reposicionando suas vozes não somente para o cinema, mas para as lutas e a perpetuação dos seus modos de vida.

REFERÊNCIAS

MOKOI TEKOÁ PETEI JEGUATÁ. *Documentário, drama*. Direção: Germano Beñites, Ariel Duarte Ortega, Jorge Ramos Morinico. Tecnologia digital. Colorido, estéreo. 63 min. Brasil, 2008.

ADORNO, T. W. *A indústria cultural (reconsiderada)*. In: Theodor W. Adorno. Cohn, G. (Org.). São Paulo: Editora Ática, 1994.

BRASIL, André, *Mise-en-abyme da cultura: a exposição do “antecampo” em Pi’õnhitsi e Mokoi Tekoá Petei Jeguatá*. *Revista Significações*. São Paulo. n. 40. 2013. p. 245-267.

RAMOS, F. P. *O que é documentário?* In: Ramos, Fernão Pessoa e Catani, Afrânio (Org.). Estudos de Cinema SOCINE 2000, Porto Alegre, Editora sulina, 2001, p. 192-207.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. São Paulo: Papiros editoras, 2005.

PENAFRIA, MANUELA. *Análise de Filmes - conceitos e metodologia (s)*. In: VI Congresso SOPCOM, abril de 2009.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução à poesia oral*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ZUMTHOR, Paul. *A letra e a voz*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. Primeira Reimpressão, 2001.

ASSOCIAÇÃO DE TROVADORES E VIOLEIROS DA REGIÃO DO SISAL DA BAHIA E OS VESTÍGIOS DA CULTURA POPULAR

Hadson Bertoldo Sales Lima (PÓS-CRÍTICA - UNEB)¹

Resumo: Em um cenário onde culturas nacionais e locais são aplanadas a partir de padrões mundiais de comportamento, o presente trabalho traz uma discussão acerca de representações das identidades dos cantadores no contexto atual através do recorte de um grupo de violeiros, a ASTROVERES- Associação dos Trovadores e Violeiros da Região do Sisal, que realiza desde 1986 um encontro, com o intuito de resgatar os festivais e “preservar” as manifestações culturais da região. Assim, o debate acerca do que consiste a cantoria e cultura popular em tempos de globalização bem como a busca de um método de abordagem nos estudos culturais.

Palavras-chave: Cantoria. Identidade. Globalização. Método.

INTRODUÇÃO

O processo de globalização econômico e cultural, acelerado pelas transformações técnico-científicas, vem tentando homogeneizar o mundo e a sociedade contemporânea como forma de permitir a expansão do sistema capitalista na sua fase atual.

Vivemos em um mundo quase sem fronteiras financeiras como também culturais, surgindo alguns questionamentos diante tal fato: em que medida o mundo dito globalizado reflete nas manifestações culturais? Esse processo leva ao desmanche ou formação de novos modos de produção das manifestações?

O debate sobre globalização e a formação de uma sociedade de consumo, na qual identidades e culturas locais são aplanadas a partir de padrões mundiais, um grupo de violeiros do território do sisal da Bahia cria um encontro realizado desde 1982, através de uma Organização Não-Governamental, a ASTROVERES- Associação dos Trovadores e Violeiros da Região do Sisal, cujo objetivo é de produzir o esboço de uma representação cultural tão importante do território do sisal como, também, resgatar os festivais de violeiros e cantadores.

Assim, o presente “paper” propõe buscar traçar um paralelo do que seria a cantoria em tempos da ação voraz da globalização, bem como a busca por um pressuposto metodológico de abordagem crítica.

¹ Mestrando em Crítica Cultural - UNEB/Campus II, e-mail: hadsonbertoldo@hotmail.com.

CANTORIA: EXPRESSÃO DA ARTE POPULAR

A cantoria está, hoje, umbilicalmente ligada à região Nordeste. Datam da segunda metade do século XIX os primeiros registros dos poemas narrativos e dos desafios cantados nessa região.

No início, os estudos relacionados à cantoria não esteve identificado como manifestação resultante da cultura local, mas sim como permanência de uma tradição cultural europeia, o que causou a negligenciação das dimensões de tal manifestação. Assim, para alguns pesquisadores, nossa poesia popular floresce através dos trovadores europeus do século XI, que buscavam através de seus versos, levar alegria aos senhores feudais entediados em seus imensos castelos sombrios.

No Brasil, o que vem a ser conhecido como cantoria se dá da fusão entre a poesia dos trovadores de Provença- França-, com a linguagem da poesia portuguesa, cabendo ao baiano Gregório de Matos- poeta, escritor conhecido como o Boca do Inferno- a incumbência de fazer versos de protestos improvisados ao som da viola.

Cascudo (1970), elenca em suas produções e publicações elementos que revelam os principais acontecimentos culturais e literários que agitaram o cenário cultural da região Nordeste na década de 20: o modernismo e o regionalismo. Sobre o segundo, o autor, através de um levantamento de atividades e produções buscou estabelecer os elementos iniciais para a construção da identidade e da tradição literária local. Câmara vem definir cantoria sertaneja como “o conjunto de regras, de estilos e de tradições que regem a profissão do cantador” (p. 128), Travassos (1997) complementa “em termos simples, a cantoria é a arte de cantar versos improvisados, por dois repentistas que se acompanham à viola, em estilos alternados” (p. 537).

O lirismo e aproximação como campo é algo incomum à expressão cultural oriunda do velho continente. Chegando aqui, a cantoria ganha traços próprios se consolidando como uma vertente da poesia popular oral. A expressão cantoria é a junção que surge dos versos feitos na hora, repentinos, “de repente” e, com o repentino cantar de tais versos, estes já são acompanhados ao som inconfundível das violas de bocas- instrumentos intrínsecos aos cantadores repentistas.

Quem faz poema é poeta. O repentista seria um poeta cartógrafo, pois é capaz de acompanhar o movimento entre a tradição e as transformações do contemporâneo, fazendo, ao mesmo tempo, de forma cantada e musicada- por meio da sua viola - a bela junção entre a música e a palavra, dando origem aos seus poemas/repentes que encantam plateias.

Há na arte da cantoria de viola gêneros e regras para a sua fiel execução, a enunciação dos versos seguem um estilo de estrutura métrica bastante utilizado: a sextilha. Para Ramalho (2001) a sextilha consiste no estilo de fazer versos seguindo uma lógica, a lógica seriam três versos contendo

duas frases, a autora ainda aponta que essa lógica fez com que se tornasse o estilo mais popular entre os catadores, por possibilitar uma variedade de toadas e se adaptar aos mais variados conteúdos temáticos dos debates.

Quanto aos debates, esses são desenvolvidos entre as duplas de cantadores que são desafiados, no momento, a abordarem sobre temas que vão de conteúdos críticos da atualidade a temas de amor e descrição de suas vidas cotidianas.

Outra característica que nos chama atenção na cantoria é a enunciação: as vozes dos cantadores. O exagero, a espetacular teatralidade e o timbre fogem ao estilo suave que costumamos ouvir em músicas que não são de cantorias de repente, mas são essas as armas da expressão do ser cantador. Ainda Ramalho (2001) chama a atenção para a análise de questões relativas ao volume, ao tempo, a dinâmica e timbre de como serão proferidos os versos, pois esses irão demonstrar o grau de desenvoltura e experiência do cantador.

Diante todas as características, a cantoria expressa, assim, traços de um eu marcado pela identidade coerente ao que podemos chamar de popular, o que se origina do povo, é feito pelo e para o povo. Então, busquemos chegar a um método capaz de investigar os sinais de reconfigurações e deslocamento dessa expressão cultural.

TECENDO UM MÉTODO DE ABORDAGEM

Ao pensarmos a sociedade e os reflexos de sua formação, nos damos conta de como o capitalismo tardio trouxe consigo poderosas forças estratégicas que deságuam nas projeções das experiências vagas, vazias e pobres do homem moderno, o que nos leva à uma busca incansável por um método de observação nas ciências humanas.

Em *Infância e História: ensaio sobre a destruição da experiência*, Agamben (2005) traz o argumento de que desde a Antiguidade houve uma junção de dois sujeitos anteriormente separados: o sujeito empírico e o sujeito transcendental ou cognitivo. Desse movimento de junção surge a ciência moderna e o “eu penso” cartesiano, expulsando, assim, a experiência para fora do homem e substituindo-a pela experimentação trazida pelos instrumentos e números, baseando-se sempre no controle e na previsão.

É em Husserl que o autor chega à consideração do que seria experiência “muda”, conceito que chegou a aproximação da ideia de uma experiência pura e anterior tanto à subjetividade quanto a uma suposta realidade psicológica, levando a alguns questionamentos: existe uma experiência muda? E, se existe, qual a relação com a linguagem?

Partindo dos questionamentos, propõe-se procurar um novo lugar para as experiências, encontrado no que o autor vai chamar de “infância”. Lugar de primeiras concepções, de ingresso e contato com o novo sem conceitos ou preconceitos, lugar que separa o humano e a linguagem, sendo essa última o que caracteriza e diferencia o ser humano.

Sobre o desagradável e constante dilema enfrentado pelas ciências humanas por volta do final do século XIX no tocante ao modelo epistemológico, Ginzburg (1990), traz “sinais” ou sintomas como método de abordagem além do emprego da matemática- método experimental que implicou somente na quantificação e rentabilidade dos fenômenos. O dilema consiste em admitir um estatuto científico forte para chegar a resultados de pouca relevância ou assumir um estatuto científico frágil para chegar a resultados relevantes.

É dessa dificuldade e das incertezas dos métodos utilizados pela medicina que os nós epistemológicos das ciências humanas foram formulados, pois *uma coisa é analisar pegadas, astros, fezes (animais ou humanas), catarros, córneas, pulsações, campos de neve ou cinzas de cigarro; outra é analisar escritas, pinturas e discursos* (GINZBURG, p. 171). Assim, ao percebermos a cantoria como expressão singular da cultura popular, deve-se, através dos sinais a nós mostrados, mergulhar nas luzes que nos capturam na perspectiva de que sua conjuntura de formação se dá a partir da singular relação com o tempo e espaço: ontem aclamada pelos nobres do velho mundo, hoje proferida por sujeitos que transitam entre as fronteiras do processo de globalização.

O autor vem dirigir a linguística como a unidade teórica e prática que consegue manter uma conexão sólida, ancorada em pressupostos e princípios capazes de identificar “zonas privilegiadas” e decifrar sinais desprezados e despercebidos pelo método adotado pelas ciências naturais.

Os estudos culturais, segundo Hall (2003) além de abarcarem histórias distintas, discursos múltiplos, conjunturas diferentes, esses resultados só foram possíveis graças a um leque de possibilidade metodológica e posicionamentos. teóricos diferentes. Nesse movimento é notória a “abertura” em que os trabalhos culturais propõem àquele que dele se empoderará, tomando o cuidado para não chegar ao pluralismo simplista de ter como resultado uma grande narrativa ou um meta-discurso de qualquer espécie.

É na superação desses ranços que o autor estabelece que se busque pensar as questões culturais sobre o olhar da linguagem e contextualidade. Que o pesquisador saiba se deleitar sobre as possibilidades que lhes são dadas através do reconhecimento da heterogeneidade e multiplicidade dos significados e simbologias presentes na análise do discurso observado, sendo o discurso a contextualização do local de fala dos observados. Os cantadores podem ser considerados efeito de

um processo resultante da homogeneização das culturas levando ao distanciamento relativo da cultura local, surgindo, assim, novas posições de identidades ou mesmo apontar para o processo de resistência, o que pode fortalecer e reafirmar as identidades fragmentadas. A análise dos discursos proferidos por esses possibilitará identificar qual processo vem ocorrendo na associação

Na tentativa de desatar os nós que são impostos pela dinâmica do processo de homogeneização das culturas, forças ou mesmo dispositivos, o poder de se impor entre o dito e o interdito, o EU entra em um novo estranhamento. Entre o constante diálogo das linhas de articulação e fuga, Guatarri e Deleuze (1995) propõem a análise epistemológica de sistemas através de um conceito relacionado à botânica: o rizoma.

Reconhecendo o caos implantado no mundo, os autores trazem à tona um modelo próprio de anunciação da pós-modernidade: rizoma. Este vai dispor do reconhecimento da multiplicidade, uma vez que, diferente das duas outras estruturas, apresentadas, o rizoma conecta-se de um ponto qualquer a outro qualquer. Sua constituição caracteriza-se da ausência de constituição, da não constituição de unidades.

Assim, devemos pensar os sistemas à maneira bioestrutural do rizoma: linhas de continuidade e fuga; livre de modelos, moldes, mas como ramificação num fluxo constante de desterritorialização e reterritorialização do ser ou mesmo das abordagens de observação. O rizoma assinala um método com ângulos de observações que possibilitara uma relação de troca entre teoria e prática, tentando, assim, sair com um modelo novo de entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, um novo sinal, uma experiência nova, não prevista anteriormente.

CONSIDERAÇÕES

A globalização como processo produto do sistema capitalista, faz acreditar que os sujeitos vivem numa aldeia global levando a sua transformação, através da aniquilação de sua identidade, individualidade e aplanamento de suas manifestações.

De um lado a existência, na própria sociedade, da perpetuação das lutas de classes, fundamenta o existir da diferenciação das culturas popular e da elite e a busca incessante da aproximação da primeira aos “padrões” impostos pela segunda, para, assim, ter seu merecido reconhecimento.

A cantoria, a arte com características marcantes e de representantes da cultura popular brasileira, entra nos centros urbanos e consegue conquistar seu espaço, ainda que de forma marginal, no mundo do rádio, da televisão e do disco. Rendendo-se, ao mercado capitalista e à

ideologia da indústria cultural-expressão usada para indicar uma cultura baseada na ideia e na prática do consumo.

A mídia tem um importante papel na busca por esse “prestígio”, devido ao maior consumo de música popular urbano comercial por todas as camadas sociais em todas as regiões. São representantes da cultura popular e não se enquadra – por ser original- em pastiche e nem como erudita, mas que também não se engessa como cultura de massa por não seguir a lógica do capitalismo tardio.

Em meio a tal dúvida verifica-se, de forma tímida, a busca por parte de um pequeno grupo de Trovadores, Violeiros e Cantadores por condições de permanência de identidade frente a todo esse processo. Sem ter discernido se o que buscam é ser aclamados pelas plateias midiáticas ou a conservação daquilo que para muitos é mais que uma forma de expressão, é um estado de espírito do ser cantador.

Assim, a busca por um método de abordagem com chaves que possam abrir as portas das categorias de pensamento e que desvelem a lógica das marcas da matriz colonial, como o da experiência proposto por Agamben (2009) que diz que ao ficarmos no escuro desenvolvermos outro(s) sentido(s), desenvolvermos outra visão. Podemos relacionar à uma ruptura de paradigmas, sair da escuridão e partir para a luz, sair do paradigma imposto pelo presente e ir além, sair da estaticidade e mergulhar em lugares que ainda não foram exploradas, criando um mapa rizomático.

Esse mapa ligará conexões com as diversas áreas do saber o que irá abrir, assim, uma maior potencialidade de debate e possibilidades de observação. Ele deve ser desmontável e remontável, estando sempre em mutação sem se deixar engessar em padrões ou modelos epistêmicos; deve trazer o desbloqueio dos corpos- tanto do que observa quanto do que está sendo observado- porque corpos com marcas perdem sua potência em viver, em ter desenvoltura e poder caminhar e assim expressar experiências, vivências.

A discussão acerca de representações das identidades no contexto de produção da manifestação popular reconhece a possibilidade de um método com base crítica em conexão com uma análise por um viés que se desloca do ranço do modelo etnocêntrico marxista e se aproximando da abordagem de coisas sobre a natureza da cultura na formação das identidades.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, 2009.

- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da. Cantoria. In: *Vaqueiros e Cantadores*. Porto Alegre: Ed. de Ouro, 1970.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e Democracia*. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, Emblemas e Sinais*. 1990.
- RAMALHO, Elba B. Poética e Música na Cantoria. In: *Cantoria Nordestina: Proposta Novo Enredo Para Metro Cantado*. Tese de Professor Titular, Universidade do Ceara, 2001.
- TRAVASSOS, Elizabeth. Notas sobre a Cantoria, (Brasil). In: *Portugal e o Mudo: O encontro de Culturas na Música*. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

A PESQUISA EM LETRAS E SUAS REPERCUSSÕES: UM ESTUDO PAUTADO EM PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DESENVOLVIDOS NO DEDC II – UNEB

Jussara Keila Nascimento de Souza (PÓS-CRÍTICA - UNEB)¹

Orientadora: Prof. Dra. Elisangela Santana dos Santos

Resumo: Partindo do pressuposto de que fazer pesquisa é de fundamental importância para formação do graduando em Letras e um estímulo para aqueles que desejam dar prosseguimento à carreira acadêmica, propõe-se investigar como os subprojetos de Iniciação Científica (IC) desenvolvidos no âmbito dos cursos de Letras do DEDC – II, UNEB, nos últimos anos, concebem pesquisa; em que medida os estudos de IC realizados por egressos contribuíram para a sua formação e quais os possíveis impactos de suas pesquisas no campo linguístico-literário. Como fundamentação teórica, buscar-se-á fazer uma revisão bibliográfica com base em teóricos das áreas de Ciências Humanas e Sociais, da Crítica Cultural e de Letras. Para análise, far-se-á o levantamento de projetos de IC concluídos, na área de Letras, a partir do que está documentado pelo NUPE do DEDC II e pela PPG-UNEB, com o objetivo de averiguar os temas abordados, as áreas escolhidas, os modelos teóricos adotados, as metodologias empregadas, os resultados alcançados e a repercussão desses estudos na atuação acadêmica e/ou profissional dos estudantes pesquisadores egressos, ex-bolsistas de IC, considerando as informações contidas nos seus currículos lattes. Almeja-se verificar a relevância de tais pesquisas para a licenciatura em Letras e a sua congruência com o campo linguístico-literário.

Palavras-Chave: Iniciação Científica. Letras. Pesquisa. Projetos. UNEB.

INTRODUÇÃO

A origem da palavra **pesquisa** vem do Latim *perquirere*, “buscar com afinco”, de *per-*, intensificativo, mais *quaerere*, “indagar”, de *quaestio*, “busca, procura, problema”. O particípio desse verbo *perquisitum*, na passagem do latim para o espanhol, originou a palavra pesquisa, segundo o site origemdapalavra.com.br/site/pergunta/pesquisa-72. Uma pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem como metas principais gerar novos conhecimentos e/ou corroborar ou refutar algum conhecimento pré-existente. Pesquisa é um conjunto de atividades que têm por finalidade a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico, literário, artístico etc.

Partindo do pressuposto de que a pesquisa deve ser também um dos pilares nos currículos dos cursos de licenciatura em Letras, entende-se que a sua presença é de fundamental importância para formação dos graduandos que serão futuros professores que atuarão nesta área.

Segundo Roza (2007) e Almeida Neto (2008), associar ensino e pesquisa é ensinar investigando, investigar ensinando e ensinar a investigar. Professor e estudante assumem nova postura no espaço pedagógico, o da interatividade: da passividade à atividade, da submissão à autonomia, do ensino por memorização à aprendizagem por descobertas significativas, através da atitude curiosa e inquietante,

¹ E-mail: ju_keylla@hotmail.com.

mas, ao mesmo tempo, fascinante - a pesquisa - e do cultivo do pensamento convergente ao cultivo do pensamento divergente, capaz de gerar discussões, reflexões e argumentações que conduzam a construção do conhecimento.

Ao que parece é essa a finalidade do programa de Iniciação Científica da Uneb, uma vez que permite, por meio da execução de subprojetos de pesquisa, orientados por professores da referida instituição, a introdução dos estudantes de graduação e, mas especificamente de Licenciatura em Letras, potencialmente mais promissores na pesquisa científica, possibilitando um contato direto desde cedo com a atividade científica.

A IC é primordial para a nossa prática como professores e pesquisadores e, principalmente, para formação de docentes da área de Letras, fundamentada em diversas teorias críticas. O estudante deve definir uma área de estudo de seu interesse e procurar um orientador que possa guiá-lo na elaboração e desenvolvimento de um projeto de pesquisa. Uma das vantagens da iniciação científica é permitir a troca de experiências do aluno com o professor-orientador que vai além da sala de aula.

Em Letras, os campos de pesquisa podem se dividir entre as construções teóricas dos campos literário e linguístico, sempre há a possibilidade de interação entre tais campos, como as diferentes literaturas, fonética, fonologia, variação linguística, semântica e pragmática, texto e discurso, além de áreas relacionadas, como psicolinguística e tradução.

E aqui chegamos ao paradoxo enfrentado pelo ensino da produção acadêmica: uma sociedade que nomeou a agilidade como seu atributo, escrever demanda tempo, enraizamento, reflexão, revisão, parada, suspensões.

A iniciação científica é uma modalidade de pesquisa acadêmica desenvolvida por estudantes de graduação que se dedicam a esta atividade, mas que possuem pouca ou nenhuma experiência em trabalhos ligados à pesquisa científica e representam o seu primeiro contato com tal prática. Os alunos têm o desenvolvimento de seus estudos acompanhados por um professor orientador da sua Instituição de Ensino.

PROBLEMA DE PESQUISA

Partindo do pressuposto de que não é possível ser um bom professor sem fazer pesquisa, entendemos que a IC é de fundamental importância para a formação de estudantes dos cursos de Licenciaturas, especificamente, de licenciados em Letras e, por conseguinte, de professores de Línguas e Literaturas, questiona-se: Será que os subprojetos de Iniciação Científica, desenvolvidos no

DEDC-II, UNEB na área de Letras concebem pesquisa de modo a contribuir para o campo linguístico-literário e para a formação acadêmica e/ou profissional desses graduandos ao concluírem o curso?

OBJETIVOS DA PESQUISA

Pretende-se investigar como a pesquisa vem sendo concebida na Iniciação Científica desenvolvida no curso de licenciatura em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas no Campus II da Uneb e quais as suas contribuições para o campo linguístico-literário, levando em consideração as temáticas abordadas, os pressupostos teóricos adotados, as metodologias empregadas e as áreas de investigação escolhidas. Ao fazer uma revisão bibliográfica sobre a concepção de pesquisa apresentada nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa e Teorias da Crítica Cultural, realizar-se-á um levantamento das pesquisas realizadas neste curso, no âmbito da Iniciação Científica, a partir de dados documentados pelo NUPE, identificando como a pesquisa é concebida nesses estudos, quais impactos trazem para a formação de futuros educadores que atuarão na área de Letras e quais repercussões acarretam para essa Instituição de Ensino Superior, investigando se os egressos estão atendendo aos princípios básicos como professores pesquisadores, apropriando-se da pesquisa ao terem uma postura ativa na produção do conhecimento científico através da observação dos seus currículos na Plataforma Lattes, por serem informações verídicas.

JUSTIFICATIVA

O trabalho se justifica pela importância da pesquisa na formação dos graduandos em Letras e pelo fato de a Iniciação Científica constituir-se num grande e profícuo estímulo para o desenvolvimento do espírito crítico nos estudantes do curso de Letras e para a investigação de temas relativos não só à língua e às literaturas, mas à cultura e às políticas voltadas para o campo linguístico-literário e para a educação. As comunicações por meio de trabalhos que estão além do estudo das Línguas e das Literaturas mas principalmente como crítica da cultura e da política, são de extrema relevância e estimulam outros estudantes participem da iniciação científica.

O site da PPG esclarece que o Programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia faz parte da Gerência de Pesquisa, que tem como objetivo principal prover aos discentes a oportunidade de orientação de qualidade em projetos de iniciação científica, despertando vocações e contribuindo para a formação de recursos humanos para a pesquisa, estimulando e consolidando o desenvolvimento e a criatividade, decorrentes das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa. O Programa de Iniciação Científica da UNEB tem como finalidade permitir a

introdução dos estudantes de graduação, potencialmente mais promissores, na pesquisa científica, possibilitando um contato direto desde cedo com a atividade científica e engajá-lo na pesquisa. Nesta perspectiva, a iniciação científica caracteriza-se como instrumento de apoio teórico e metodológico à realização de um projeto de pesquisa e constitui um canal adequado de auxílio para a formação de uma nova mentalidade no aluno.

Novos desafios são postos à educação. Contudo, o primeiro passo sempre é o mais difícil. Não raro faltam informações necessárias e orientações básicas. Busca-se articular conceitos teóricos sobre práticas pedagógicas e didáticas com base nos professores e alunos e sua formação para a pesquisa.

Diante disso, faz-se oportuno saber o que os cursos de Letras das universidades brasileiras propõem como objetos de pesquisa nesta área específica. Na formação universitária brasileira nos deparamos com cursos de graduação que focam apenas o ensino e outras, sobretudo nas instituições públicas, entendem que o ensino não pode e não deve dissociar-se principalmente da pesquisa.

No artigo “E tem pesquisa em letras?!” da revista *Conhecimento Prático Língua Portuguesa* traz a estudantes, o exato conhecimento de que há pesquisa em Letras e que a tipificação das pesquisas dependerá do objeto a ser investigado que podem e devem trazer características inovadoras. A pesquisa pode ser desenvolvida com diferentes tipos no que se refere a ensino, pesquisa e extensão, dando foco ao que propõem os cursos de Letras. Na área de Letras, manter-se atualizado envolve participar de congressos, de grupos de estudos ou mesmo fazer pesquisas.

Este artigo enfoca especialmente as práticas de pesquisa e reflexões intelectuais realizadas na área de Letras, tem como objetivo apontar estratégias de ciências enquanto ação direta, pois não adianta escrever textos acadêmicos bem e até mesmo publicá-los em revistas importantes, se não se sabe representá-los adequadamente em relação a ocupação dos espaços epistemológicos, abrindo novos campos de trabalho e trabalhos de campo.

Traz sugestões técnicas de como tornar o trabalho mais objetivo, diferencial e rizomático, permitindo tanto conhecer os conteúdos quanto a qualidade do texto, é destinado aos estudantes, professores e profissionais que trabalham com linguagens em geral e que precisam ler a metodologia da pesquisa enquanto técnica de arrobamento ao escrever e apresentar trabalhos científicos em congressos do mundo acadêmico diante do imperialismo cultural decadente.

RESULTADOS ESPERADOS

Sabe-se que a pesquisa científica tem grande importância em qualquer área de estudo, uma vez que possibilita ao pesquisador examinar um determinado objeto de investigação e dele extrair conhecimento. Com base nesse entendimento, espera-se que os resultados a serem alcançados com essa pesquisa confirmem a hipótese que se aventou de que o aprofundamento dos estudos na área de Letras, por meio de pesquisas de iniciação científica, é de extrema relevância para o enriquecimento intelectual dos estudantes egressos dos cursos de Letras do DEDC II e, por conseguinte, para as suas carreiras acadêmico-científico e profissional.

Acredita-se que o aprofundamento dos estudos nessa área se faz necessário para o enriquecimento intelectual, no que diz respeito a elevação do conhecimento, é possível adentrar no pensamento crítico da produção acadêmica a partir de pressupostos teóricos. O trabalho com textos acadêmicos e a exploração da investigação científica são parceiras inseparáveis para a realização de um trabalho de qualidade já que não podemos separar um do outro, pois a textualidade se manifesta de maneira específica e, obviamente se materializa em textos diversos.

A disciplina de Metodologia da Pesquisa expôs algumas propostas de reflexões teóricas para os educadores ampliarem suas ações no processo de ensino-aprendizagem, ao direcionar nossos estudos para a conquista de um espaço que valorize o processo de interlocução, privilegiando o enfoque da concepção de pesquisa apresentada por estudantes pesquisadores por meio de estudos, discussões e interpretações sobre a real possibilidade de unir teoria e prática.

Investiremos, aqui, em uma tentativa de refletir sobre como os trabalhos da Iniciação Científica estão além dos estudos da Língua e da Literatura, mas principalmente como crítica da cultura e da política propiciando uma apreciação sobre a disciplina Teorias da Crítica Cultural e o perfil do profissional de Letras na contemporaneidade e sobre suas diferentes posturas ao contribuir para a sua compreensão sobre a concepção de pesquisa, articulando-a a outras áreas da cultura.

Argumenta-se que a UNEB em Alagoinhas é um lugar privilegiado de produção de conhecimento que tem como finalidade realizar um trabalho que desenvolva o pensamento, amplie horizontes e estabeleça intertextualidade e autonomia intelectual.

CONCLUSÕES PROVISÓRIAS

Ao compartilhar histórias pessoais numa sala de aula de uma Instituição Particular, estudantes que provavelmente em um futuro próximo passariam a ser educadores, durante as aulas de Estágio Supervisionado ilustraram a principal pedra no caminho do Centro de Ensino Superior, suas

concepções de pesquisa, o estranhamento da ideia de seguir carreira na pesquisa científica da linguagem dentre os próprios estudantes da licenciatura em Letras, que não sabiam que havia pesquisa nesta área, pensavam ser algo dos cursos das ciências exatas produzir ciência, certamente é a pedra no meio do caminho dos pesquisadores além do descrédito dos outros campos do conhecimento. Argumenta-se que diferentemente das Instituições privadas que não incentivam a pesquisa, a UNEB em Alagoinhas-BA é um lugar privilegiado de produção de conhecimento que tem como finalidade realizar um trabalho que desenvolva o pensamento, amplie horizontes e estabeleça intertextualidade e autonomia intelectual.

Este projeto constitui uma oportunidade para refletir sobre as relações entre o arcabouço teórico próprio do curso de Letras e sua relação com a prática pedagógica no âmbito das pesquisas pela investigação científica.

Ao longo do projeto, almeja-se demonstrar que o curso de Letras teria a meta de se firmar promovendo e ampliando gradualmente e ininterruptamente a apropriação de saberes sobre as práticas sociais e a construção de conhecimentos básicos do trabalho com as pesquisas, de textos acadêmicos na sala de aula.

Sabemos como é importante a pesquisa e a investigação científica dentro do nosso campo de estudo, e ao perscrutarmos os diferentes olhares sobre suas façanhas nos provoca uma curiosidade maior, e interessante é saber que a mesma não nos conduz a penas a comparação propriamente dita entre pesquisas, mas nos possibilita ainda, interpretar, conhecer, examinar a cultura e o contexto histórico e social de determinado texto e de seu escritor além de adentrar por caminhos diversos procurando entender o pensamento humano, extraindo um pouco de cada um.

No livro *Formação de Professores – Pensar e fazer*, a questão colocada por Nilda Alves (1992), para o sistema capitalista é: Como habilitar um pouquinho mais sem adicionar a categoria de conscientização das minorias?

A hipótese apresentada aqui é que uma vez que o sistema capitalista não pode deixar de habilitar um pouquinho mais, o capital vai querer controlar um pouquinho mais a universidade e o estágio curricular para diminuir os subsídios para discussão, de forma a garantir a veiculação de seu projeto político na universidade, que é fonte de produção de conhecimento novo, de tecnologia e de cultura.

Entre as agências de ensino superior, deve-se distinguir as instituições privadas da universidade enquanto centro de ciência, cuja difusão deve ser feita através de atividades de ensino, pesquisa e extensão. As funções da universidade devem ser repensadas e trabalhadas levando-se em

conta as exigências da realidade concreta da sociedade em um mundo em constante metamorfose e caos.

Esta colocação evidencia, de modo mais crítico os postulados da universidade no mundo contemporâneo. Todo o resto decorrerá daí, se compreendermos a universidade como uma instituição que deve ser capaz de produzir um estilo diferenciado de saber produzido por sujeitos situados e datados historicamente, de refletir e que poderá formar uma instituição realmente aberta a cultura, na medida em que o avanço de uma sociedade passa precisamente pela formação de cidadãos.

Uma das maneiras da universidade desenvolver melhor o ensino, a pesquisa e a extensão é através da formação de homens aptos a desempenharem funções especializadas em todas as áreas do conhecimento. E essa formação de homens deve caracterizar-se como a preparação de cidadãos pensadores, que procuram constantemente novos rumos.

Por consequência a universidade pública, além de ser uma instituição que produz conhecimento, cultura e tecnologia, é a instância onde se devem formar pessoas, cidadãos. Mais que habilitar discentes para atuar como profissionais no mercado de trabalho, ela deve formá-los para influir sobre a realidade onde vão atuar, numa perspectiva de mudança, a partir de um olhar crítico da atualidade.

Nesse processo é primordial a transmissão do espírito de pesquisador, os questionamentos dos que buscam ideias inovadoras, onde são possibilitadas condições para que esses indivíduos consigam uma formação correspondente a seus interesses, às suas finalidades e também de seu papel social, num processo de transmitir o fundamental do patrimônio cultural e científico da humanidade ao longo da história.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 188p.

ALMEIDA NETO, Honor de. *Construção do Conhecimento científico*. - Canoas: Universidade Luterana do Brasil, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Pró-reitoria de Ensino a distância, 2008.

ALVES, Nilda (Org.). *Formação de Professores – Pensar e fazer*. 11 ed. Editora Cortez, 1992. Questões da Nossa época. v. 30, Educação.

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

ANDRÉ, Marli (Org.). *O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores*. 12 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012. (Série Prática Pedagógica)

- BACHELARD, Gastón. *O novo espírito científico*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- BORTONI-Ricardo, Stella Maris. *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia)* Trad. Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Editora 34, 1995.
- DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 3 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1998.
- DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Trad. Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- JUNKES, Márcia Maria. *Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa*. Centro Universitário Leonardo da Vinci – Indaial: Grupo Uniasselvi, 2009. 78p.
- NUNES, Claudio Pinto. *Ciências da Educação e prática pedagógica: sentidos atribuídos por estudantes de pedagogia* - Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. 224p.
- NUNES, Claudio Pinto (Org.). *Didática e formação de professores* - Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. 208p.
- PEREIRA, Áurea da Silva. *Práticas de pesquisa autobiográfica: letramentos, memórias e narrativas*. Curitiba, PR: CRV, 2015. 122p.
- ROZA, Jacira Pinto da. *Organização do trabalho pedagógico*. Canoas: Universidade Luterana do Brasil, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, Pró-reitoria de Ensino a distância, 2007.
- SANTIAGO, Salviano (supervisão geral). *Glossário de Derrida*. Trabalho realizado pelo Departamento de Letras da PUC/RJ, Rio de Janeiro, F. Alves, 1976. 104 p.
- SILVA, Salvelina da. *Metodologia de Ensino de Literatura*. Centro Universitário Leonardo da Vinci – Indaial: Grupo Uniasselvi, 2009. 96p.
- XAVIER, Antônio Carlos. *Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos*. - Recife: Editora Rêspel, 2014. 177p.
- <http://linguaportuguesa.uol.com.br/linguaportuguesa/gramatica-ortografia/27/artigo206870-1.asp>
- <http://www.ppg.uneb.br/ic/programa/>

A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA NACIONAL E A INDÚSTRIA CULTURAL DOMINANTE

Marcela Ferreira Lopes (PÓS-CRÍTICA - UNEB)¹

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Felix²

Resumo: Neste projeto de pesquisa buscamos compreender o cinema nacional e sua relação com a indústria cinematográfica dominante a partir dos seguintes questionamentos norteadores: Em que medida os cinemas nacionais se constituem em potências contestadoras do sistema capitalista e da indústria cultural dominante? Quais motivos inviabilizam a circulação da produção audiovisual brasileira? Até que ponto esse tipo de cinema representa formas narrativas genuinamente locais ao mesmo tempo em que pretende alcançar um público internacional? Embora saibamos que os cinemas nacionais estão, em alguma medida, diretamente envolvidos com o cinema comercial de *Hollywood*, espera-se que a pesquisa evidencie os modos pelos quais essas produções conseguem/podem sair da condição de objeto de exploração e se constituem em sujeitos de emancipação, de produção de conhecimento e, conseqüentemente, de produção de riquezas culturais e materiais.

Palavras-chave: Cinema nacional. Conteúdos audiovisuais. Indústria cultural.

Os conteúdos audiovisuais são produzidos pela indústria do entretenimento com objetivos que estão para além da diversão despretensiosa. Eles condicionam o espectador a ver o mundo sob suas lentes, exercendo influência em suas atividades cotidianas. Se ainda retirássemos seu poder de controle, somente as questões econômico-financeiras envolvidas já seriam suficientes para nos convencer de que não se trata apenas de diversão pela diversão. Filmes são produzidos com objetivos específicos. Uma rápida observação em sua temática já comprova tal afirmação: há filmes sobre guerras, romances, biografias, dramas, filmes voltados para crianças etc. Atualmente, há uma quantidade expressiva de produções que exploram guerras. Vemos constantemente nas telas gente matando seus inimigos. E quando já não é suficiente matar pessoas, matam-se máquinas ou extraterrestres, por exemplo. Como não poderia ser diferente, muitos desses filmes são patrocinados pela indústria bélica e isso nos dá uma ideia dos interesses envolvidos, uma vez que é o setor mais rentável da economia norte-americana, seguido da indústria do entretenimento. A parceria entre ambas amplia exponencialmente seu poder de atuação, colocando os Estados Unidos na dianteira do mercado economicamente produtivo. O que torna a indústria cultural tão poderosa é a habilidade em unir cultura e entretenimento para atingir seus objetivos: controlar as sociedades e obter lucro:

A fusão atual da cultura e do entretenimento não se realiza apenas como depravação da cultura, mas igualmente como espiritualização forçada da diversão. [...] A diversão se alinha ela própria entre os ideais, ela toma o lugar dos bens superiores, que ela expulsa inteiramente das massas [...]. Quanto mais firmes se

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural / UNEB. E-mail: mfl.marcela@gmail.com.

² Doutor em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Pesquisador pelo grupo Pós-Teoria, UNEB/PÓS-CRÍTICA. E-mail: jcfelixjuranda@yahoo.com.br.

tornam as posições da indústria cultural, mais sumariamente ela pode proceder com as necessidades dos consumidores, produzindo-as, dirigindo-as, disciplinando-as [...] (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 118-119).

Diante desse cenário, é importante conhecer como os cinemas nacionais – notadamente o brasileiro – estão organizados, quais suas ambições, a quais propósitos atende. Um primeiro questionamento levantado quando se fala em cinema nacional diz respeito exatamente ao que seja nacional. Atualmente, a ideia de que o nacional é construído a partir da junção de elementos diversos e, por esse motivo, o termo precisa ser relativizado, já é uma realidade, como pode ser observado em Mascarello (2008, p. 47):

Adotando-se esse relativismo epistemológico, quero crer, já não seria tão relevante buscar definições precisas do que é ou não um filme ou um cinema “nacional” – operação que se torna crescentemente difícil no cenário da globalização. O que importaria, então, seria neles identificar as marcas ou a presença do nacional – mesmo que coabitando com as do sub e do supranacional [...].

As marcas do subnacional estão relacionadas aos elementos selecionados para compor a identidade nacional dentro de seu próprio território, como a língua que, acredita-se, unifica o país por ser a mesma falada em qualquer região, a despeito das singularidades existentes; ou a música – cada lugar tem preferência por um estilo e, por essa razão, todos à sua maneira representam o país, embora um deles seja eleito como comum a todos: o samba, para o caso brasileiro. O mesmo procedimento de seleção e exclusão aplica-se a outros elementos como hábitos alimentares, estilo de vida e assim por diante. O supranacional refere-se às relações estabelecidas entre os países. O conceito de nacional passa a ser visto a partir do contato com realidades que excedem os limites internos do país através da aproximação e do distanciamento de diversos fatores. Assim, o vínculo que une os países latino-americanos pode ser mais visível se comparado com países europeus ou asiáticos. No caso do conceito de nacional empregado para tratar das cinematografias de um conjunto de países com características afins, como os latino-americanos, Getino (2007, p. 25) enfatiza que é necessário tratar o termo de forma plural, uma vez que, mesmo havendo traços em comum, há diferenças significativas a serem respeitadas:

No caso das cinematografias de origem latino-americanas, as afinidades são muito maiores, porque representam aquelas originadas em culturas e línguas muito semelhantes entre si, articuladas por uma história mais ou menos compartilhada e por projetos nacionais, apesar de tudo, comuns. Ainda assim, considerando as defasagens existentes na questão do desenvolvimento industrial, capacidades produtivas, mercados locais e internacionais, políticas e legislações de incentivo e contextos econômicos e socioculturais, seria mais adequado referir-se ao conceito de cinematografias latino-americanas, pois o uso do plural expressa com maior exatidão a multiplicidade de situações em que se encontra o cinema na América Latina.

É importante ressaltar que o conceito de cinema nacional é cooptado tanto para atender aos interesses dos grupos dominantes como para subverter as relações de poder existentes. A diferença reside no uso: os detentores do poder veem no cinema nacional um mecanismo de controle, já que a unificação fragiliza as diferenças. Em um país, como o Brasil, o discurso de nacionalidade influencia sobremaneira a produção cinematográfica local. Sobre o assunto, Bernard Attal, diretor de *A coleção invisível* (2012), reconhece a dificuldade em produzir determinados conteúdos audiovisuais em função dessa hegemonia. Em entrevista ao site *Adorocinema*, o diretor afirmou ser “difícil encontrar espaço para o cinema nacional que não seja uma comédia”. A dificuldade a que Attal se refere diz respeito ao fato de que a maioria dos filmes nacionais mais populares tem um viés cômico, ou seja, mesmo uma cinematografia nacional possui os seus cânones. Os opositores ao pensamento canônico apropriam-se do termo como ferramenta de embate político. A partir de um lugar de fala marginal (ou vários), eles movimentam o cinema nacional do lugar fixado pelo centro e o redistribui para outros territórios de sentidos não institucionalizados, abrindo espaço para a revisão crítica do conceito e a experimentação de diferentes práticas fílmicas de forma não reducionista, entre outros benefícios. Para Mascarello, a mudança de posicionamento deve ser acompanhada da reinvenção teórica da categoria do nacional que dê conta dos desafios e vícios historicamente associados. Argumenta o autor:

A reinvenção ou reconfiguração do conceito de cinema nacional é o requisito para, percebida a necessidade de sua manutenção teórica, recuperar-lhe o potencial explicativo, sanando seus diversos problemas. Isto é: habilitando-o a dar conta, por um lado, de seus desafios contemporâneos – o assédio pelo incremento da convergência audiovisual, da transnacionalização e do revigoramento do local –, mas, por outro, também de seus vícios e insuficiências históricas – o privilégio à textualidade fílmica, em detrimento da presença pública dos filmes, a canonização de vertentes às custas da exclusão de outras, o fechamento à cultura do vídeo e da televisão. (MASCARELLO, 2008, p. 40)

Outros questionamentos também podem ser levantados quando se trata do cinema nacional, a exemplo dos financiamentos e dos interesses dos financiadores; das temáticas mais recorrentes, a exemplo das provenientes de adaptações; bem como das coproduções mais bem-sucedidas.

A coletânea “Cinema no mundo” (2007), organizada por Alessandra Meleiro, trata dessas questões em cinco volumes. Cada um deles explora o cenário cinematográfico de uma região ou continente. O volume II, por exemplo, é dedicado à América Latina. Entre as observações mais recorrentes, os autores constatam que a indústria cinematográfica local é praticamente inexistente: “Não estamos falando sequer da existência de indústrias cinematográficas, mas simplesmente de tipos de atividade produtiva em matéria de cinema” (GETINO, 2007, p. 26). Em alguns países, o

cinema local sobrevive à base de documentários, propagandas e outras produções consideradas menores.

Antes de qualquer coisa, é preciso ter em mente que a realidade apresentada na coletânea é baseada em fatos que mostram o quanto os cinemas nacionais ainda precisam amadurecer para se consolidarem como um segmento capaz de medir forças com o cinema hegemônico. Mas não apenas isso, a força do cinema nacional depende também dos estudos feitos sobre ele, pois as análises feitas tanto podem contribuir para validá-lo como para reforçar os conceitos estabelecidos, principalmente os que inferiorizam a filmografia local quando comparada com a de países mais desenvolvidos. Nesse sentido, estudar um tipo de manifestação artística, como o cinema, que está inteiramente integrado ao seu tempo e ao cotidiano das sociedades, a exemplo da brasileira, é um caminho válido para compreender os sujeitos e os modos de vida contemporâneos, na medida em que os filmes são elaborados segundo determinadas condições de produção. Já na década de 1970, Jean-Claude Bernardet chamava atenção para a importância de se estudar o “contexto social, cultural e cinematográfico que gerou o filme”. Para ele, como os críticos analisam mais filmes estrangeiros que nacionais, as produções são analisadas abstratamente em virtude do distanciamento existente entre o crítico e as condições de produção do filme. Atualmente, com o advento das tecnologias de comunicação e informação é mais fácil conhecer os bastidores dos filmes. No entanto, ainda permanece o hábito de valorizar mais as filmografias estrangeiras em detrimento das nacionais. Isso porque, entre outros fatores, adotam-se os mesmos parâmetros de análise para cinemas diversos, descontextualizados de aspectos importantes à composição das obras, como seu contexto social.

Diante do pequeno quadro apresentado, acreditamos que *A coleção invisível* (2012), de Bernard Attal – principal produção escolhida como objeto de estudo – fornecerá elementos que nos permitam compreender sua inserção em um cenário no qual os filmes brasileiros podem fortalecer uma vertente do cinema que margeia a produção cinematográfica hegemônica, ao mesmo tempo em que traduz em imagens o dinamismo das relações sociais do povo que afirma representar. Em linhas gerais, o filme conta a história de Beto, filho de um comerciante de antiguidades, que sai de casa à procura de uma rara coleção de gravuras vendida pela família há bastante tempo a um morador da cidade baiana de Itajuípe. A jornada enfrentada pelo personagem com a intenção de tirar a família da falência se constitui na diegese da narrativa.

Através do estudo do filme e da bibliografia selecionada, pretendemos, num primeiro momento, investigar em que medida *A coleção invisível* representa o cinema mundial/intercultural sendo uma produção circunscrita em um ambiente tão culturalmente territorializado como a Bahia. Como desdobramento dessa investigação, apontaremos as idiosincrasias e modos de produção do

filme associados aos princípios estéticos e narrativos e à organização da linguagem cinematográfica. Além disso, averiguar de que forma o filme se constitui em lugar de emancipação do cinema brasileiro é uma tarefa pertinente ao desenvolvimento deste trabalho.

O desenvolvimento da pesquisa envolve, assim, um trabalho investigativo que permita conhecer os modos de produção do cinema global/mundial/intercultural, suas idiossincrasias e princípios estéticos e narrativos. O trabalho será descritivo-interpretativo, pois envolve a análise documental (filmes) associada à bibliografia selecionada e à interpretação dos dados analisados de acordo com os objetivos propostos. Espera-se que a pesquisa contribua para o exercício da crítica cultural, interessada em movimentar os sentidos estabelecidos do pensamento hegemônico, para instaurar rotas alternativas capazes de construir um sistema comprometido com a diferença. O cumprimento dos objetivos propostos também é uma meta a ser alcançada, na medida em que os objetivos devem proporcionar uma compreensão mais significativa sobre o sujeito e os modos de vida contemporâneos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: ADORNO, Theodor W. HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p. 99-138.

BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema brasileiro: propostas para uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

GETINO, Octavio. As cinematografias da América Latina e do Caribe: indústria, produção e mercados. In: MELEIRO, Alessandra (Org.). *Cinema no mundo: indústria, política e mercado: América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2007, p. 23-64.

MASCARELLO, Fernando. Introdução – Reinventando o conceito de cinema nacional. In: BAPTISTA, Mauro. MASCARELLO, Fernando (Org.). *Cinema mundial contemporâneo*. Campinas, SP: Papyrus, 2008, p. 25-54.

MELEIRO, Alessandra (Org.). *Cinema no mundo: indústria, política e mercado: América Latina*. São Paulo: Escrituras Editora, 2007.

<http://www.adorocinema.com/noticias/filmes/noticia-103953/> Acessado em 20 de dez. 2015.

LIMA BARRETO: CONTOS E CRÔNICAS, UMA POTÊNCIA POÉTICA NESSE CONTEXTO DA LEI

10.639/03

Maria Aparecida Santos de Souza (PÓS-CRÍTICA - UNEB)¹

Orientadora: Prof. Dra. Maria Anória J. Oliveira

INTRODUÇÃO

Tendo em vista que a questão racial ainda provoca um forte incômodo pessoal e social, torna-se relevante fazer uma investigação dentro da crítica cultural acerca dos aspectos raciais abordados em algumas obras do escritor brasileiro Afonso Henrique de Lima Barreto, visto que sua literatura, além de fazer abordagens étnicorraciais, contemplava os grupos minoritários e denunciava as desigualdades sociais. Nossa hipótese é que esse aspecto pode contribuir para implementação da Lei Federal 10.639/03, ao que se refere à temática das relações étnicorraciais no campo da literatura, no âmbito do ensino fundamental que engloba as séries do 6º ao 9º ano. Através da disseminação desse estudo, espera-se poder aplicar de maneira efetiva a Lei que garante o estudo e a valorização da cultura e história afro-brasileira e africana nas instituições de ensino, em uma perspectiva de esvaziar a norma, para ajudar a repensar e questionar o Estado, transformando as metáforas conceptualizadas na escrita barretianas como práticas sociais conscientes, fazendo com que as questões afro-descendentes deixem de ser vistas apenas como uma representação literária e passem a ser considerada como uma metáfora da vida cotidiana brasileira². Dessa forma, a pesquisa possibilitará, através dos escritos barretianos, novas formas de agir, deslocando os significantes que de forma rizomática³ reconstróem novas rotas de fugas e ressignifiquem a ideologia africana que nos foi imposta de maneira pejorativa por longos séculos.

É importante ressaltar que as ideias de Lima Barreto desenvolvidas nas obras operam na multiplicidade de sentidos, contrapondo-se, portanto, à ideia de sistema estrutural fechado, no qual se tem um ponto de partida original e hegemônico. Trata-se de uma estrutura aberta no que tange a possibilidade de o leitor preencher os vazios com interpretações mais concreta, e estimuladora no que se referem às características, as quais não tem forma fixa, podendo migrar de um texto para outro. Nessa perspectiva, a obra barretiana pode ser trabalhada como uma potência na sala de aula do Ensino Fundamental II, com a intenção de desmontar as estruturas sociais e raciais

¹ cidasouza83@yahoo.com.br.

² Considera-se aqui as metáforas com figura do pensamento, como pensou Lagoff e Johnson (2002), na obra *Metáforas da vida cotidiana*.

³ Toma-se como referência os pressupostos teóricos desenvolvidos por Deleuze.

determinantes, reconstruindo, assim, uma outra subjetividade de combate à imagem pejorativa atribuída ao negro. Esse processo nos instiga a questionar como os contos e as crônicas de Lima Barreto podem suscitar reflexões atinentes à lei 10.639/03 no ensino fundamental contribuindo-se, assim, para a afirmação identitária negra?

DIÁLOGOS TEÓRICOS E A POTÊNCIA BARRETIANA

Durante alguns séculos, a literatura brasileira e, por consequente, o sistema educacional obedeciam aos paradigmas europeus, tanto na forma de escrita quanto no conteúdo. Dessa forma, os grupos dominantes não só manipulavam, mas também propagavam as ideias dominantes para se perpetuarem no poder. Em se tratando da questão racial, esse agravante de exclusão aparece mais frequente, pois o negro era categorizado por um viés de “estado de exceção”, no qual seus aspectos culturais, por força das práticas e das questões simbólicas, permaneciam invisibilizados. A estrutura de governo negava aos negros direitos iguais aos brancos, respaldando-se em um discurso de negatividade e inferioridade das relações raciais, estabelecendo assim o que Agamben (2008) aborda como um “estado de exceção”, apresentando de forma legal aquilo que, perante as normas humanitárias, é considerado ilegal. As injustiças cometidas ao negro são justificadas pela necessidade de manter a ordem e a dominação, isolando as questões humanas, quebrando, assim, a autonomia dos direitos humanos e igualitários. Lima Barreto fez o oposto, pois usava a literatura para quebrar a estrutura fixada, numa perspectiva de construir outra estrutura que categorizasse, de maneira positiva, as questões raciais.

Os questionamentos acerca da imposição da hierarquia racial, através das ações de protagonistas negros nas obras barretianas, podem gerenciar um sistema aberto, que permite desconstruir e esvaziar o sentido de interpretação, a qual “sempre se volta para si mesma, criando este movimento de circularidade que será então definidor do movimento do conhecimento humano.” (SANTIAGO, 2000, p. 215). Lima Barreto revela essa interpretação infinita, numa construção contínua de conhecimentos, visto que o autor visibilizou a desmistificação de estereótipos raciais, revelando os agravantes que contribuíam para a subalternidade do negro e para o embranquecimento cultural, pois não comungava com o modo hegemônico de literatura, uma vez que esses reproduziam em suas obras valores racistas.

Para entender a questão racial em nossa literatura e transportá-la como método de valorização da negritude, é necessário antes compreender algumas abordagens históricas e culturais feitas por alguns estudiosos dessa problemática. O termo negritude apontado aqui é, segundo

Munanga (1983), referência a afirmação do negro pela valorização de sua cultura, de seu fenótipo, dialogando, assim, com as ideias embutidas no texto de Zila Bernd “O que é Negritude”, uma vez que ambos abordam em suas entrelinhas que ela (negritude) traz a essência da valorização do negro, bem como seu autorreconhecimento pelas marcas visíveis nos sujeitos (conscientização racial), num propósito de destruir os estereótipos que nos foram empregados durante séculos. Ou seja, acabar com as rotulações pejorativas que causam ideia de inferioridade, de negatividade e que são reproduzidas, involuntariamente, no processo educacional, quando omitimos ou excluímos a figura do negro nas abordagens de ensino. Assim, propagamos, mesmo que involuntariamente, a ideologia pejorativa imposta pela construção do estereótipo, a qual Bhabha (2005) afirma que é uma pré-construção moldada, uma maneira de reproduzir as diferenças culturais, por meio de uma imagem única que inferioriza uma das duas partes.

É perceptível que nossa representação social circula como reflexo do embranquecimento cultural propagado e fixado como superior. Abdias do Nascimento (2002) aborda esse embranquecimento da cultura brasileira como uma estratégia de genocídio, ou seja, como uma tentativa de destruição total ou parcial da herança negra em território brasileiro, para isso o autor exemplifica como essa herança é idealizada na Bahia, funcionando como aliada na continuidade da negação africana e na reprodução de estereótipos:

Até mesmo aqui (Bahia), onde a cultura africana deitou raízes seculares, um descendente africano, para ter acesso em qualquer degrau de escala social, é porque já não é mais um negro: trata-se de um assimilado que deu as costas às suas origens, ou seja, “um negro de alma branca.” (NASCIMENTO, 2002, p. 146).

É notório que Nascimento (2002) mostra, de fato, como a maioria das pessoas enxerga um afro-descendente que ocupa um lugar de destaque na sociedade brasileira, é como se ele não mais pertencesse ao seu grupo racial de origem, é como se a melhoria da posição social o embranquecesse e o fizesse esquecer seu passado de exclusão. No entanto, deve-se ter consciência que a superação da situação subalterna imposta funcione como meio de autofirmação da identidade racial e, assim, desconstruir a ideologia da hierarquização de raças que muitos acreditam existir. Isso nos remete a construção do ato de conhecer, o qual, segundo Bachelard (1996), se dá no retorno ao erro do passado para destruí-lo e superar o obstáculo epistemológico, ou seja, é através da ruptura dos entraves vistos como conhecimentos não questionados que desbloqueamos o processo de construção de novos saberes. Trazendo para as discussões raciais, a assimilação do embranquecimento seria esse obstáculo epistemológico e a visibilidade do negro nos escritos barretianos seria o ato de conhecer, a quebra da cultura do branqueamento para recriar o saber, a valorização da nossa ancestralidade africana.

Lima Barreto demonstra como a realidade racial se apresenta (obstáculo científico) em um dos seus contos, “Um Especialista”, onde a personagem principal da narrativa de 3ª pessoa é uma jovem mulata que, desde que sua mãe morreu, enfrenta as dificuldades da vida de uma mulher negra e pobre, restando-lhe a suposta prostituição como meio de sobrevivência. É nessa situação que a jovem conhece o comendador português, seu suposto pai.

Fiquei órfã aos dezoito. Durante esses oito anos tenho rolado por esse mundo de Cristo e comido o pão que o diabo amassou. Passando de mão em mão, ora nesta, ora naquela, a minha vida tem sido um tormento. Até hoje só tenho conhecido três homens que me dessem alguma coisa; os outros Deus me livre deles! - só querem meu corpo e o meu trabalho. Nada me davam, espancavam-me, maltratavam-me. Uma vez, quando vivia com um sargento do Regimento de Polícia, ele chegou em casa embriagado, tendo jogado e perdido tudo, queria obrigar-me a lhe dar trinta mil-réis, fosse como fosse. Quando lhe disse que não tinha e o dinheiro das roupas que eu lavava, só chegava naquele mês para pagar a casa, ele fez um escarcéu. Descompôs-me. Ofendeu-me. Por fim, cheio de fúria agarrou-me pelo pescoço, esbofeteou-me, deitou-me em terra, deixando-me sem fala e a tratar-me no hospital. Um outro - um malvado em cujas mãos não sei como fui cair - certa vez, altercamos, e deu-me uma facada do lado esquerdo, da qual ainda tenho sinal.! Tem sido um tormento... Bem me dizia minha mãe: toma cuidado, minha filha, toma cuidado. Esses homens só querem nosso corpo por segundos, depois vão-se e nos deixam um filho nos quartos, quando não nos roubam como fez teu pai comigo. (BARRETO, 2004, p. 79 e 80)

Há na escrita barretina uma apropriação do espírito científico (potência de criar) para questionar e esvaziar os sentidos. Tal fato é perceptível no trecho acima, pois apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela protagonista negra, ela ainda demonstra dignidade, vaidade e orgulho próprio em sua fala. O personagem da obra de Lima Barreto tem traços e ações diferentes dos personagens da literatura clássica, pois mesmo demonstrando fragilidade, esse protagonista ainda permanece grandioso e o fato visto como perverso funciona como uma denúncia das mazelas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, reconhecemos que, mesmo com alguns estudos e explicações acerca da problematização racial no espaço escolar, ainda é necessária uma discussão mais abrangente em relação às formas como essa questão vem sendo abordada no ensino fundamental. A construção de um método que possibilite o ensino efetivo da história e cultura afro-brasileira na educação fundamental, através de sucessivas rupturas do obstáculo epistemológico, pode mobilizar o conhecimento da cultura e história afro-brasileira de maneira reflexiva. Isso porque esse método viabilizará a problematização e esvaziamento, a partir da obra de Lima Barreto em diálogo com a Lei 10639/03, os paradigmas raciais impostos como verdades, fazendo valer a crítica cultural no âmbito da educação básica. Através da disseminação desse estudo, espera-se atestar a relevância social da

obra de Lima Barreto, evidenciando a sua atualização e, por conseguinte, a sua contribuição para a valorização da história e cultura afro-brasileira (Lei 10.639/03).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O estado de exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. *Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARRETO, Lima. Um Especialista. In: *O Homem que sabia javanês e outros contos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004.
- BERD, Zilá. *O que é negritude*. Editora brasiliense, 1988.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.
- BRASIL. *Plano Nacional de Implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana*. Secretaria especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Subsecretaria de políticas de Ações afirmativas. Brasília: MEC, 2009.
- CUTI, Luis Silva. *Lima Barreto*. São Paulo: Selo Negro, 2012.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 7-37
- DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o Estruturalismo? [1972] In: CHÂTELET, François (Org.). *História da filosofia – ideias, doutrinas*. v. 8. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Democracia racial*. Artigo s.d. 22f. Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo.
- LAKOFF, George. *Metáfora da vida cotidiana*. Trad. Mara Sophia Zanotto. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- MOORE, Carlos. *Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- MUNANGA, Kabengele. *Superando o Racismo na escola*. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro*. Salvador: CEAO, 2012.
- SANTIAGO, Silviano. *Uma Literatura nos Trópicos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- TELLES, Edward Eric. *Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociolinguística*. Rio de Janeiro: Fundação Ford, 2003.
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Lei 10639/03. Acessado em 20/11/15.

DA REPRESENTAÇÃO DA CIDADE ÀS CONSTRUÇÕES DE BAIANIDADES EM *OS PASTORES DA NOITE*

Marilene Lima dos Santos (POS-CRITICA/UNEB - FAPESB)

Orientador: Prof. Dr. Washington Luís Lima Drummond

Resumo: Trata-se de um estudo das formas de representação da baianidade na obra literária de Jorge Amado, *Os pastores da noite* (1964), e na sua adaptação para televisão de Maurício Faria e Sérgio Machado (2002). Partindo da problemática que a cidade de Salvador, os aspectos significantes sobre o negro e suas práticas culturais que são metaforizadas nas obras e que deslocaram-se para os espaços midiáticos, transformando a estética urbana ficcional da cidade numa invenção e máquina de circulação de uma baianidade, sobretudo em espetáculo cultural para atender as exigências mercantis, busca-se fazer um estudo da presença da cidade nas obras em questão, identificando as formas de deslocamento dessa identidade para os espaços midiáticos. Trata-se de um estudo crítico qualitativo dos modos de produção, circulação dos aspectos significantes das duas obras, confrontando sob o viés da crítica cultural com novos conceitos oriundos da teoria pós-estruturalista. Dessa forma, busca-se uma nova leitura da obra de Jorge Amado qualificado por meio da temática cidade, além de contribuir no campo da crítica cultural com a produção de novos sentidos e representatividade para a baianidade.

Palavras-chave: Baianidade. Cidade. Crítica cultural. Jorge Amado.

INTRODUÇÃO

Este ensaio é resultado das primeiras discussões relacionadas ao projeto de pesquisa aprovado em 2015, no programa de Pós-graduação em Crítica Cultural pela UNEB, campus II, cujo título era “As marcas da cidade em *os pastores da noite*: afirmação das afro-brasilidades.” A proposta inicial de trabalho surgiu a partir do meu envolvimento com a pesquisa sobre os aspectos significantes da cultura afro-baiana na obra de Jorge Amado durante a graduação, período em que fui bolsista de Iniciação Científica.

O projeto inicial passou por algumas alterações após as leituras realizadas e as sugestões dos colegas e professores durante o curso da disciplina “Metodologia da pesquisa em Crítica Cultural”, isso, na tentativa de inserir a pesquisa na proposta do programa de pós-graduação. Hoje, o projeto encontra-se em fase de revisão e está sujeito a alterações. A pesquisa em andamento tem como objetivo principal apresentar um estudo sobre a presença da cidade do Salvador na obra literária de Jorge Amado *Os pastores da noite* (1964) e na sua adaptação para televisão de autoria de Claudio Paiva com direção de Maurício Faria e Sérgio Machado (2002), levando em consideração os deslocamentos dessa identidade para o espaço midiático e para políticas atuais de turismo.

O trabalho busca ainda compreender o contexto de produção do romance *Os pastores da noite* na perspectiva estética literária do Modernismo, verificando como se deu o Modernismo na Bahia e as implicações das vanguardas europeias, o Surrealismo, na temática cidade na literatura de Jorge Amado; abordar a relação presente entre o espaço urbano da cidade do Salvador e a

identidade afro-brasileira, o deslocamento de suas simbologias para o espaço midiático e por fim verificar o trânsito da linguagem literária para a linguagem midiática da televisão, tendo em vista o potencial das duas formas de linguagens para a construção/desconstrução da identidade afro-brasileira.

Trata-se de um estudo dos modos de produção das duas obras ficcionais em questão, com foco nos aspectos significantes da cidade de Salvador relacionados ao espaço urbano, que foram imaginadas ou reinventadas por Jorge Amado através da arte literária e que anos depois foram adaptados para a televisão em forma de uma série exibida no horário das vinte e três horas, pela Rede Globo de televisão, com direção de Claudio Paiva com direção de Maurício Faria e Sérgio Machado no ano de 2002.

A CIDADE DE SALVADOR E SUA RELAÇÃO COM A BAIANIDADE

A escrita de Jorge Amado aproxima ficção e realidade, sua literatura busca valorizar o local, o regional, seus personagens são retirados das ruas em sua grande maioria, homens, mulheres e crianças negras, prostitutas, jagunços e coronéis dentre outros, contrariando o gosto da crítica tradicional. Drummond (2009), afirma na tese *Pierre Verger: Retratos da Bahia e centro histórico de Salvador (1946 a 1952)- uma cidade surrealista nos trópicos*, que Jorge Amado, Carybé e Caymmi trazem a cidade para o centro de suas obras, assim como os surrealistas, explorando o traçado urbano, a arquitetura colonial e cultura negra contrariando por sua vez, o gosto oficial.

Para Benedito Veiga Amado, em seus livros, ele traz como exemplo o livro *Dona Flor e seus dois maridos*, “atendendo a solicitação da cultura, esquece os rigores das fronteiras e faz a fusão da literatura com outras áreas, como a cozinha, numa nova investida.” Sua escrita quando pensada pelo viés da cultura baiana, torna-se palco para a presença da baianidade, a baianidade nesse sentido é pensada pela presença marcante do hibridismo cultural, mistura étnica e cultural, da cultura afro-baiana a qual é marcada pela presença do negro, da culinária e da cultura local. “Na literatura amadiana, em sua parte centrada na Cidade da Bahia, toda uma inferência contextual cidadina mostra seus traços, suas cores, seus cheiros e seus sabores, que irão, própria ou imprópriamente, definir certo clima de localidade.” (VEIGA, 2008).

Ler a obra de Jorge Amado é também uma forma de fazer um passeio pelas ruas, ladeiras, becos e bairros do Centro Histórico da cidade do Salvador. Trata-se de narrativas de uma cidade negra, na qual é representada a vida simples nas ruas, a luta pela sobrevivência, as manifestações culturais locais ou regionais, os aspectos relacionados à cultura de matriz africana e o sincretismo

religioso criando ou reinventando dessa maneira, um conceito de baianidade. De acordo com Luiz Nova/Taiane Fernandes (2009).

Expressão freqüentemente usada para definir características do “modus vivendi” dos baianos, mais especificamente, dos que nascem em Salvador e no Recôncavo da Bahia. Inserido no contexto da construção de tradições (HOBBSAWN e RANGER, 1984) e de discursos identitários, como forma de produzir coesão e consenso sociais, o conceito de baianidade representa uma imagem da Bahia, dos baianos e suas especificidades, adequando a busca da modernização capitalista, que, neste verbete, se refere à industrialização ocorrida a partir da segunda metade do século XX. (NOVA, Luiz/ FERNANDES, Taiane, 2009).

Essa definição da baianidade, do ser baiano muitas vezes floclorizada na visão de Nova/Fernandes (2009) é conveniente quando é deslocada e apropriada pela hipermídia, pela industrial cultural e de turismo do Estado, tornando uma das principais fontes econômica do estado. O Centro Histórico de Salvador, a hospitalidade do povo da Bahia, as raízes históricas culturais, a afro descendência atualmente tem sido pensada e oferecida como atrativo turístico. Cunha (2004) destaca ainda que:

O estímulo globalizado à valorização do local e da diferença cultural que atinge todas as camadas sociais, dada a eficácia da mídia e da indústria cultural, fazem a Bahia assimilar, no sentido positivo, a explosão criativa dos negros, sobretudo a dança e a música, como ‘retrato da baianidade’, como marco identificador da sociedade. (CUNHA, 2004)

A figura do negro que vive no Pelourinho atualmente tornou-se objeto de desejo do turista, assim as tradições culturais de matriz africana, a capoeira, o culto aos ancestrais, as danças, os batuques, as comidas, cores e sabores da culinária afro-baiana. Porém as imagens divulgadas, vendidas de uma cidade moderna, pelo governo e pelo empresariado do turismo da Bahia, desde a gestão de Antônio Carlos Magalhães, pautadas em obras do grupo de artistas baianos (Amado, Verger, Caribé e Caymmi), que assim como os Surrealistas franceses, produzem suas obras dando ênfase aos aspectos citadinos, a arquitetura urbana do Centro Histórico.

Entretanto, as imagens e discursos ficcionais da cidade moderna, já não encontram respaldo na realidade local, transformaram-se em imagens sem referência, o que Drummond (2005) considera como *fantasmagoria*, a baianidade transformou-se em um mito, trata-se de uma identidade em ruínas.

A reinvenção modernista da cidade, pelos artistas citados, já nesse momento torna-se *fantasmagoria*. Assume proposição inversa daquela a qual se destinava ao compor com as novas formas de reprodutibilidade midiática o ruinoso campo identitário. Forjou-se uma identidade cultural de matriz “negro-mestiça” em que provincianismo e pureza aliam-se para gerar o paradisíaco berço do Brasil: onde personagens de canções e romances desfilam pelo Pelourinho e cercanias, e dóceis, deixam-se amavelmente fotografar, acarinhar, vender. O mito da Baianidade é a elevação da estética modernista aos meios reprodutíveis: a

identidade já nasce como uma artificialização técnica. Esse idílio picaresco entretanto durou muito pouco. Uma morte que não mais aponta para um fim, mas para um interminável arrastar-se no limbo...decorrente de uma indústria turística ainda incipiente, o sonho foi implodido. A atual midiática agressiva do nosso último surto modernizante, o pesadelo, popularizou uma outra cena identitária(e pós-baianidade): a cidade violenta em que reina um bruto sistema.(DRUMMOND, 2005, p. 6)

Com isso, percebe-se que a baianidade forjada a partir dos elementos da cultura negra, da hospitalidade do povo baiano, da arquitetura local, mesmo já em fase de desaparecimento tornou-se objeto de idealização pelo Estado, assim como para o empresariado do turismo da Bahia. Essas imagens que são metaforizadas deslocou-se para o espaço midiático, transformando a estética urbana ficcional da cidade numa invenção e máquina de circulação de uma identidade afro-baiana, sobretudo em espetáculo cultural para atender as exigências mercantis.

O cenário de Salvador ou cenário da Bahia, como era comumente chamado por Jorge Amado, descrito no romance *os pastores da noite* ganha uma nova projeção quando recriado por Maurício Faria e Sergio Machado, em forma de série televisiva, para a Rede Globo de televisão em 2002. O trabalho com a série televisiva proposto no projeto de pesquisa busca verificar os modos de produção da série, relacionados ao espaço da cidade de Salvador, à arquitetura local baseados na geografia física e cultural que foram descritos por Amado na ficção e que atualmente passaram por grandes modificações, mas que são recriados de maneira privilegie os aspectos relacionados à identidade da cidade da Bahia inventado por Jorge Amado.

EM BUSCA DE UM MÉTODO

Para a execução da pesquisa em andamento, tornou-se necessário pensar um método de estudo no campo linguístico literário, através do fazer crítico cultural, que possibilite colocar em evidência os sentidos atribuídos às formas de representação da cidade de Salvador e de uma baianidade. Trata-se de evidenciar possibilidades de leituras para as duas formas de texto, porém de forma aberta, deixando a possibilidade para outros críticos culturais de experimentar ou criar outras teorias metodológicas.

Considerando a dificuldade das ciências humanas em criar um método próprio para aplicabilidade nos mais diversos meios pelos quais o conhecimento é construído através da relação do simbólico com a linguagem, Ginzburg (1978), em “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” aponta para um novo modelo epistemológico, ou um novo paradigma em termos de método. Essa perspectiva apontada por Ginzburg pode contribuir também para pensar em um método de estudo para a crítica cultural.

Trata-se do empréstimo dos princípios do método utilizado pela psicologia moderna, o qual consiste em desmontar as cenas de um crime para encontrar os sinais, as pistas. Caberia ao crítico cultural fazer o trabalho de detetive, acentuar a investigação não sinais aparentes, mas examinar os pormenores, mais negligenciáveis, nos indícios imperceptíveis para a maioria. Para tanto, o crítico estabeleceria o novo, buscaria através dos rastros, desestabilizar os pensamentos instituídos, questionar os sentidos fixados para que apareça o terceiro olhar. Não se trata de criar tese e antítese, mas de uma nova conjectura, uma potência para fazer as desconstruções, para fazer os deslocamentos através da mediação entre o simbólico e a linguagem. Assim o estudo do texto seria realizado a partir das linhas de fugas, dos discursos silenciados, dos espaços vazios.

CONCLUSÃO

Por tratar de uma pesquisa em andamento as conclusões são em parte provisórias. As discussões realizadas no ensaio sobre a ficção amadiana e a produção midiática possibilita entender os processos de significação, o processo de desterritorialização e reterritorialização dos significados linguísticos, o potencial do discurso literário enquanto ferramenta que pretende desconstruir ou ressignificar as imagens e discursos sobre os aspectos culturais ligados à cidade de Salvador que representam a baianidade e que são atualmente alvo de propagandas do governo do Estado e das agências de turismo da Bahia.

As discussões realizadas nesse artigo, em torno da produção literária de Jorge Amado e da possibilidade de método crítico cultural para desenvolvimento do projeto de pesquisa em andamento, são de fundamental importância, uma vez que me fez refletir sobre a necessidade de questionar os discursos instituídos, levando à reflexão sobre as relações de poder e sobre a necessidade de pensar a identidade cultural enquanto algo construído, múltiplo, móvel através da mediação pela linguagem do real e do simbólico.

Pensar em um método a partir da experimentação do rizoma para o trabalho com o texto literário e midiático é abrir possibilidade para fazer deslocamentos, colocar os sentidos em movimento, questionar os sistemas hegemônicos. A realização de estudos como esse, torna-se importante na medida em que contribui para o entendimento dos modos de produção da literatura de Jorge Amado e com produção, circulação de novos discursos e sentidos relacionados à baianidade criada ou reinventada através da ficção, pautada na relação da cultura negra baiana e dos espaços urbanos da cidade de Salvador.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. *Os pastores da noite*. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

CUNHA, Eneida L; BACELAR, Jéferson; ALVES, Lizir A. Bahia: colonization and cultures. In: VALDEZ, M. e KADIR, D. *Bahia: colonização e culturas*. New York: Oxford Univ. Press, 2004. p. 551-565. v. 2 (versão em português fornecida pelos autores).

Drummond, W. 2009. *Pierre Verger: Retratos da Bahia e Centro Histórico de Salvador (1946 a 1952) – uma cidade surrealista nos trópicos*. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Drummond, W. 2012. *Ruínas identitárias: fantasmagorias e Centro Histórico*. URBICENTROS#3 – III Seminário Internacional Morte e Vida dos Centros Urbanos, Salvador [Online]. Disponível em: <http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST170.pdf> [Acessado em: Novembro 2015].

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989. p. 143-179.

NOVA, Luiz; FERNANDES, Taiane. Baianidade. In: *Mais definições em transito* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: www.cult.ufba.br [Acessado em 4 de janeiro de 2016].

PINHEIRO, DJF. SILVA, MA. (Orgs.). *Visões imaginárias da cidade da Bahia: diálogos entre a geografia e a literatura* [online]. Salvador: EDUFBA, 2004. Disponível em: <http://books.scielo.org> [acessado em 20 de dezembro de 2015].

VEIGA, Benedito. Jorge Amado e a Cidade da Bahia. In: *Léguas & meia: revista de literatura e diversidade cultural*, v. 6, n. 4, 2008.

O PÉ FIRME DA PISADINHA

Olandiara de Aragão dos Santos^{1*}

Orientadora: Profa. Dra. Maria Nazaré Mota de Lima²

Resumo: Esse texto traz a proposta da pesquisa a ser desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural, a qual se propõe analisar práticas e eventos de letramentos no/do grupo de Samba de Roda *Pisadinha do Pé Firme*, do município de Irará-BA, no intuito de compreender como se relacionam à construção identitária dos sujeitos sambadores e os sentidos dessas representações de linguagens para esses sujeitos. A metodologia investigativa seguirá uma orientação qualitativa de pesquisa, numa abordagem etnográfica. Assim, busca-se um posicionamento crítico para compreender a importância dessas práticas e eventos de letramentos para a vida dos participantes, de forma a identificar e analisar a dinâmica da reexistência desses sujeitos sambadores nesse espaço de letramento social e cultural.

Palavras-chave: Pisadinha do Pé Firme. Práticas de letramento. Crítica Cultural.

INTRODUÇÃO

Cultura popular é um dos conceitos que mais causam controvérsias. Há o uso desses conceitos com objetivos e em contextos muito variados, quase sempre envolvidos com juízos de valor, idealizações, homogeneizações e disputas teóricas e políticas. Com o avanço da globalização, alguns consideram que a definição está em crise, tanto em termos de seus limites para expressar uma dada realidade cultural, como em termos práticos. Por outro lado, se cultura popular é algo que vem do povo, ninguém sabe defini-lo exatamente. No sentido mais comum, pode ser usado, quantitativamente, em termos positivos e negativos, dependendo do grupo e do lugar que a “cultura popular” é criada.

O município de Irará, pertencente à região de Feira de Santana, considerando a regionalização agreste, é dividida em campo e centro urbano, sendo que o maior número de habitantes está no campo. A pecuária e a agricultura, responsável pela maior economia do município e as manifestações culturais de Irará refletem bastante essas características rurais.

O grupo *Pisadinha do Pé Firme* foi assim nomeado numa reunião informal entre os participantes, na Boca de Várzea, povoado situado no campo em Irará. Com mais de 15 anos de história, o grupo conta com mais de 30 participantes entre sambadores e sambadoras.

¹ Mestranda no Programa de Pós- Graduação em Crítica Cultural - UNEB - Campus II. (landyliterata@hotmail.com).

² Professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural (Pós-Crítica).

A proposta do estudo é analisar práticas e eventos de letramentos no/do grupo de Samba de Roda *Pisadinha do Pé Firme*, do município de Irará-BA, no intuito de compreender como se relacionam, à construção identitária dos sujeitos sambadores, os sentidos e representações de linguagens para esses sujeitos. Nessa perspectiva, discutiremos a cultura popular do samba de roda na abordagem do método em Crítica Cultural.

As produções culturais estão totalmente ligadas às histórias de vida dos sujeitos que as produzem, bem como os sentidos atribuídos a essas. As muitas práticas de letramento refletem o contexto em que são produzidas e por quem são produzidas. Partindo desse pressuposto, questiona-se: Quais as práticas de letramento(s) construídas no grupo de samba de roda, *Pisadinha do Pé Firme*? Como essas práticas e eventos de letramento(s) influenciam na concepção identitária dos sujeitos? Quais os sentidos e significados dessas práticas e eventos de letramento para a vida dos sujeitos sambadores?

OS MOTIVOS

O interesse em pesquisar tal assunto se deu ainda na graduação, quando pouco se discutiu sobre letramento e sempre numa esfera escolar e burocrática. Deparando-nos com o grupo de samba de roda *Pisadinha do Pé Firme*, percebemos a riqueza de práticas de leitura e escrita que o grupo de samba de roda produz, ancorado na “palavra viva”. Acreditamos que essa pesquisa contribuirá bastante para as discussões dos grupos minoritários, provocando uma discussão que possibilite outros olhares sobre a leitura e escrita, bem como ouvir essas outras vozes de resistência a uma cultura dominante, onde o livro é sinônimo de guardião do saber. Nessa perspectiva, seguiremos a investigação abrangendo as discussões na perspectiva dos letramento(s), sobretudo como uma prática social de leitura, escrita e representação sociocultural

NOS CAMINHOS DA PISADINHA

Do ponto de vista metodológico, este estudo elegerá como trilha a pesquisa qualitativa, de inspiração etnográfica. Isso porque estaremos nos espaços em que o samba de roda estiver, fazendo observações dos modos de produção e sobrevivência do grupo.

Já que a pesquisa qualitativa é entendida aqui como um movimento reconstruidor, que vê as relações internas de um processo como elemento que repercute no todo e tem reflexos desse todo conduzindo ao estudo dos fenômenos humanos e sociais. Sendo assim, a pesquisa buscará analisar

os dados seguindo as seguintes ações: descrever, compreender e explicar as práticas de letramento usadas no grupo para produzir as manifestações culturais.

Os instrumentos de análise que serão utilizados, recomendados pela pesquisa investigativa serão: leitura das obras eleitas dentro do referencial ou quaisquer que possam ser sugeridas; escolha e análise de conceitos acerca do tema; análise interpretativa da fundamentação e das observações e a nossa postura ética. Em seguida, serão realizadas entrevistas abertas aos membros do grupo e registros das composições. Após essa etapa de coleta e análise dessas informações, faremos uma releitura tecendo reflexões entre sujeitos e cânones.

PISANDO FIRME

Na visão de que a cultura é um território de potência política, podemos então identificar séries que classificam a cultura. E quando falamos em “séries” estamos propondo uma argumentação de todo o conjunto, questionando quem faz; por que faz; como faz. Logo, a intenção é romper séries antes classificadas de forma a propor uma reconstrução a partir de outros posicionamentos, procurando um distanciamento para conhecer quais são os outros e o que pensam esses.

Nessa discussão, podemos destacar que o papel do crítico cultural é tornar-se o sujeito que assume uma postura intelectual embasado em inquietações e ações políticas, sendo contrário à ideia de cultura homogênea, a qual qualifica os sujeitos de forma excludente. Assim, a investigação crítica entra em cena para ir de encontro aos discursos que pretendem anular as histórias e os sujeitos culturais.

Numa proposta de embate, contestação, percebemos que o crítico/a cultural é levado a pensar sobre o que está pensado, refletir e compreender que os espaços e as pessoas compõem um conjunto de diversidades, num movimento de ser ou tornar-se.

Já que a nossa reflexão é baseada na teoria crítica, a nossa intenção aqui é mostrar como a língua e a linguagem podem ser desmontadas e conseqüentemente remontadas a partir de outros olhares e espaços em que se configuram.

O Grupo *Pisadinha do Pé Firme*, do município de Irará, expressa a arte de viver através das várias manifestações de linguagem. A produção de seus cantos, suas performances, seus CDs e DVDs são exemplos de como a linguagem é presente, e de forma plural, no grupo.

Então, percebendo essas múltiplas linguagens criadas e recriadas pelos participantes desse samba de roda, podemos situar esses modos de produção no campo dos letramentos múltiplos.

A escolha em situar esse estudo no campo dos letramentos múltiplos, justifica-se por ser esse um campo que não apaga as culturas locais, ao contrário, possibilitam que os sujeitos participem de práticas de leituras e escritas diferentes. Já que essa discussão será tratada numa esfera cultural, destacando a tradição oral que carrega o sentido da “palavra viva” (AMPATÉ BÂ, 1982). Para os estudos dos letramentos múltiplos, a priori, tomaremos como referência o trabalho de Street (2007) Roxane Rojo (2009), uma vez que temos no cotidiano uma diversidade de práticas culturais e sociais de leitura e escrita.

São muitas as esferas nas quais os seres humanos podem presenciar e participar do letramento, a saber: esfera científica, jornalística, cotidiana, política, artística. São exemplos de locais que oportunizam múltiplas linguagens, nas quais estão inseridas a leitura e a escrita, de uma ou de outra forma.

Os eventos e as práticas de letramento do grupo não são estanques, eles reinventaram as práticas de acordo com a realidade atual, utilizando meios digitais, para isso, criaram/gravaram um DVD amador contando a história do grupo. O DVD contém as narrativas que traz os significados do grupo, partindo do coletivo para o individual, os cantos, as danças, o figurino e as expressões que recriam a todo o momento a cultura iraraense.

Através do olhar da crítica cultural, os significados podem ser esvaziados. Sendo preenchidos com a vontade de potência das minorias que descobrem o seu lugar e fazem ecoar as suas vozes antes silenciadas.

Remontar o termo e o conceito de letramento é praticar o esvaziamento da cultura que põe a escrita em supremacia da oralidade. Dessa forma, a multiplicidade que encontramos nos letramentos múltiplos atende a grupos que traduzem a sua cultura na voz e no corpo. Corpos que ainda estão lutando contra um sistema capitalistas, machista, eurocêntrica, racista.

A crítica cultural se mostrará sempre que lembrarmos que a cultura é um espaço de desterritorialização e reterritorialização, é o espaço do pensamento politizado e democrático que não tem pretensão alguma de instituir verdades, mas, tem toda a pretensão em questioná-las aplicando o seu método crítico cultural de ler o mundo.

Sendo assim, a pesquisa proposta, trará estudo do letramento de forma crítica e transgressora. Continuaremos a desmontar a ideia que põe o letramento apenas como sinônimo do processo de alfabetização. Nesse contexto, levantaremos questões e reflexões acerca dos letramentos múltiplos, uma vez que a multiplicidade tem grande relevância para a crítica cultural.

PRIMEIRAS (IN)CONCLUSÕES

A história oral se constitui em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos de uma maioria desconhecida do povo. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Aos menos privilegiados, ajuda a conquistar, com resistência, a dignidade, autoconfiança e a sua reexistência (SOUZA, 2011). Propicia o contato e a compreensão entre classes sociais e entre gerações.

O fato de serem pessoas não alfabetizadas, que passaram longe dos bancos escolares, torna o grupo ainda mais rico, pois em seu conhecimento de mundo, no reavivamento de suas memórias, constroem e reconstroem práticas de letramento para promoverem o grupo. Sem precisar “obedecer” ou estar preso à prática de letramento escolar, o grupo está na sociedade afirmando seu lugar sustentado em sua memória e narrado em suas vozes. Com as práticas sociais de leitura e escrita que os participantes do grupo produzem, eles leem o mundo e recriam as suas identidades, reescrevendo assim uma história com o formato de cada um, fazendo do samba de roda uma manifestação ritualística que reexiste através da tradição oral e se recria nas palavras mais importantes: a palavra viva.

REFERÊNCIAS:

- BÁ, Amadou Hampaté. Tradição Viva. In: *História Geral da África: metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática/ Paris, Unesco, 1982.
- CASTILLO, Lisa Earl. *Entre a oralidade e a escrita. A etnografia nos candomblé da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 23-99.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 50 ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- KLEIMAN, Ângela. *Os significados do Letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita* (Org.). Campinas: Mercado de Letras, 2005.
- ROXO, Roxane. *Letramentos Múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- STREET, Brian. *Perspectivas interculturais sobre o letramento*. Revista de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo. n. 8, p. 465-488, 2007.
- SOUZA, Ana Lúcia Silva Souza. *Letramento de resistência: poesia, grafite, música, dança: HIP-HOP*. São Paulo Editorial, 2011.
- GRANDO, Katlen Böhm. O letramento a partir de uma perspectiva teórica: origem do termo, conceituação e relações com a escolarização. In: *IX ANPED- Seminário de Pesquisa em Educação da Região do Sul*. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/3275/235>. Acesso em 21/10/2015.

AS CONTRIBUIÇÕES DE OSCAR DA PENHA (O BATATINHA) PARA O SAMBA BAIANO

Oyama dos Santos Lopes (PÓS-CRÍTICA - UNEB)¹

Orientador: Prof. Dr. Arivaldo de Lima Alves²

Resumo: Esse estudo trata do samba baiano, que teve no sambista Batatinha um dos seus maiores músicos representantes, com diversas canções (composições) na sua trajetória artística, porém sem atingir vendagens significativas nem grande popularidade. Batatinha tinha um jeito peculiar de compor, uma vez que lhe bastava uma caixa de fósforos para que elaborasse letras muito inspiradas, repletas de sentimentos. Desta forma, Esse estudo tem como objetivo evidenciar a importância de Batatinha bem como investigar nas letras deste compositor as representações e os aspectos sociais de resistência e preservação do patrimônio histórico cultural baiano, levando-se em consideração os principais aspectos de sua obra, que influenciou na música e cultura baiano-brasileira. Teórica e metodologicamente será realizada uma análise de suas composições a partir do viés da cultura afrodescendente, distinguindo o típico viver brasileiro, as gritantes desigualdades sociais e o samba lamento que foi incorporado nas suas composições a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica. Espera-se com este estudo apresentar as contribuições artísticas e socioculturais do músico e compositor Batatinha especificamente no Estado da Bahia.

Palavras Chaves: Bahia. Batatinha. Música. Samba.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, pretende-se esclarecer o desenvolvimento da pesquisa de mestrado e se concentra no reencontro com o samba original que surgiu da mistura de práticas e elementos musicais de origem africana e brasileira em fundos de quintal das casas alugadas pelas tias baianas que foram trabalhar na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. “a maneira de falar, natural e despreocupada, que determina às vezes em absoluto sucesso de melodia - o samba, Tinhorão afirma que “aos fundos, e no quintal os brabos amantes da copoeira e da pernada, divertiam-se em roda de batucada ao ritmo de estribilhos marcados por palmas e percussão” (TINHORÃO, 2010, p. 293-294).

O samba de roda nascido no Recôncavo Baiano em meados do século de XIX tem características de uma roda de capoeira, um solista acompanhado por instrumentos como o reco reco, pandeiros, atabaques viola e violão puxa um refrão e logo é seguido por um grupo de pessoas que começam a dançar, essa manifestação serviu de referência para o samba carioca.

O samba é tido como um dos principais referenciais de identidade musical brasileira, visto que as referências identitárias do Brasil foram estabelecidas através das diversas manifestações produzidas pelo povo mestiço dessa terra, não sendo diferente com a cultura e a música, sobretudo

¹ Mestranda em Pós-graduação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus II; Historiadora e Socióloga; integrante do grupo de pesquisa NUTOPIA (UNEB); oyama.lopes@yahoo.com.br.

² Doutor em Antropologia da Universidade de Brasília UNB; Antropólogo; coordenador do grupo de pesquisa NUTOPIA (UNEB); arilima.2004@uol.com.br.

com o samba em que a sua autenticidade legitima a identidade brasileira, pois Segundo Hall (1999, p. 49) “As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre "a nação", sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”.

Com esse percurso de apropriação, resultando num processo de legitimação do samba enquanto elemento de unidade nacional é possível compreender que esse processo foi significativo para uma evolução da cultura musical brasileira através de uma demarcada massificação. Segundo Tatit (2008, p. 91) “Estudar a cultura brasileira equivale a considerar inevitavelmente os seus processos de mistura que jamais se restringem ao campo étnico”. A identidade musical brasileira, tendo como exemplo o próprio samba, é resultado de uma verdadeira hibridização de ritmos e arranjos musicais essa toda essa característica singulariza a musicalidade nacional, retomando Tatit (2008, p. 104) “[...] “a canção popular brasileira tem (grifo nosso) um equilíbrio estético nem sempre presentes em outras culturas musicais, observa-se que Oscar da Penha, o Batatinha tinha todo um cuidado em suas conservar os elementos da cultura musical brasileira.”

Esse paper tem o propósito de incluir e analisar a contribuição do cantor e compositor baiano Oscar da Penha, conhecido no meio artístico como Batatinha, levando-se em consideração os principais aspectos de sua obra, contribuinte direto para a música e cultura baiano-brasileira.

JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar a importância do samba de Batatinha para a música afro-brasileira, visto que o mesmo se consolida como um referencial histórico cultural e artístico na identidade da história da música baiana.

Pesquisar a trajetória do negro em Salvador, tomando por base os elementos que compõem a cultura, sensibilidade, a sua música, os seus instrumentos e religiosidade, é um dos itens imprescindíveis para compreender a obra de Batatinha. Portanto, valida-se mais uma vez a importância de se investigar a música afro-baiana através das composições de Batatinha.

Tendo Batatinha como um sambista autêntico, é possível conhecer a relação e os sentimentos do afrodescendente (lamento, saudade, repúdio, garra) ao longo da sua trajetória musical que se referencia nas letras do conjunto da obra. Embora não tenha atingido vendagens significativas nem grande popularidade, era extremamente respeitado pelo meio artístico.

Suas composições, o Samba Lamento, é pronunciado por uma música triste ao som de pandeiro, violão e caixa de fósforos. Batatinha soube tocar as pessoas por conseguir poeticamente, através da música, identificar formas populares de viver e que dão um sentido à vida, da mesma

forma que seus irmãos antepassados trabalhadores agrícolas, barbeiros, vendedores de feiras livres, jornalheiros e etc, laços tão fortes que não conseguiram tirá-lo do Pelourinho, palco das lutas e vivências do primeiro capítulo da História da Bahia. É também o Pelourinho que o eterniza e o torna presente através do circuito carnavalesco que faz menção ao seu nome.

Pesquisadores como Tinhorão (1998, p. 310) sustentam que “a música popular brasileira foi intensamente influenciada por sons, instrumentos, cantos e melodias de origem africana, mescladas a percussões e ritmos que deram origem ao samba atual.” Em especial pode-se notar que poetas, músicos, musicólogos, folcloristas abundavam a Bahia e é nesse cenário que citamos Batatinha como um dos seus representantes tendo um jeito peculiar de compor, de uma caixa de fósforos brotava-lhe inspiração para letras elaboradas de plenos sentimentos . Esse instrumento de criação lhe servia para cantar e batucar.

Essa proposta de pesquisa contribuirá para fundamentar e registrar a trajetória social e artística de Batatinha para futuros projetos de pesquisa na história musical baiana e brasileira.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Para a construção desse trabalho, será necessária uma pesquisa documental e bibliográfica. O exame documental constitui-se uma técnica muito importante em uma pesquisa qualitativa e esta privilegia a observação de processos através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando uma análise minuciosa dos dados pesquisados.

Este estudo pode ser classificado como teórico e será baseado em pesquisa bibliográfica, que, conforme Lakatos & Marconi (1999, p. 45), “é uma pesquisa que abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo [...] sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito [...] sobre determinado assunto”.

Com isso realizar-se-á um estudo bibliográfico sobre as contribuições de Batatinha para o samba baiano, considerando o pensamento dos autores, de modo a contribuir para enriquecimento de uma prática íntegra e produtiva.

A caracterização dessa pesquisa é exploratória, pois será feito levantamento bibliográfico e a análise de exemplos que estimulem a compreensão do fato estudado. Através desta pesquisa avalia-se a possibilidade de se desenvolver um estudo interessante sobre a temática do samba de Batatinha no cenário baiano. Sendo assim, esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito.

O procedimento para coleta de dados foi a pesquisa bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses e meios de comunicação.

DESENVOLVIMENTO

A identidade se caracteriza por um constante processo de construir e reconstruir, que se prolonga durante toda uma existência. Ela se estabelece nas peculiaridades de um grupo que se destaca pela sua história, cultura e experiências de vida.

A abordagem sobre identidade está bastante delimitada nos fundamentos teóricos do autor Stuart Hall (1999), uma vez que nos permite estabelecer o diálogo entre o sujeito e a sociedade, refletindo sobre os impactos das relações que estabelecem com a construção das identidades, por isso a bibliografia desse autor se faz necessária na minha pesquisa, pois a mesma se destina a estudar o indivíduo inserido na sociedade e que de muitas formas diz-se pertencer ou não a determinado grupo, lugar e estado.

Segundo Nilma Lino Gomes, a discussão sobre identidade é muito precisa e consistente. Sua definição se torna “mais complexa quando lançamos mão de alguns adjetivos: negro, gênero, etnia, social, juvenil, profissional” (2005, p. 40).

O Brasil é um país que possui uma grande diversidade cultural interna sendo que o estado da Bahia e um dos estados brasileiros que melhor comunga com toda essa variedade cultural sobrevividas das diversas etnias que povoaram e povoam esse lugar e segundo Tatit (2008, p. 92) “a hegemonia da mistura constitui também como não deveria deixar de ser, uma característica do mundo simbólico brasileiro tanto no mundo artístico como teórico- amplamente enaltecida pelos agentes culturais”.

A miscigenação povoa também a capital da Bahia, porém as maiores influências culturais estão sob a responsabilidade dos africanos que conforme afirma o autor Fernando Conceição (2006) “Salvador assume cada vez mais, em termos culturais feições africanas. O povo aos poucos, vai tomando consciência de suas raízes, de suas origens e de sua historia enquanto descendente de escravos [...]”.

Pesquisa de Mukuna (2000) reconhece formas diversas na música africana, entre elas o “lundu”, uma forma de canção e dança da área de Congo-Angola, também popular durante o século XVIII no Brasil, onde os seus movimentos são semelhantes aos do batuque ou o samba de umbigada. O lundu, cantiga praceana de andamento vivo de caráter cômico, irônico e indiscreto. Tatit (2008,

p.25) afirma que “[...] desde meados do século XVIII, na faixa popular, assistia-se à “cancionalização” dos batuques africanos fortalecida pelo aumento da participação de mestiços e brancos das classes inferiores nas rodas musicais”.

O samba surgiu da mistura ritmos musicais de origem africana sendo também influenciado pelo lundum e com relação ao seu surgimento e essas influências, Tatit afirma:

A palavra “SAMBA” congregava sonoridade e significados africanos, práticas corporais (batuque e umbigada) dos ritos negros dos séculos anteriores, ambientes rurais e urbanos, gêneros como choro e maxixe, ao mesmo tempo, libertava a canção da métrica tradicional, cedendo espaço à voz com seus acentos imprevisíveis, orientados apenas pelas curvas entoativas típicas da linguagem coloquial. (TATIT, 2008, p. 147).

Ao longo do século XX, o samba se firmou na história da música popular brasileira como elemento definidor da identidade cultural de um povo. Dessa forma, a vertente de valorização da tradição tornou-se altamente relevante para legitimar sua prática, uma vez que o gênero passou a ser entendido como autêntica identidade brasileira. De acordo com Tinhorão (2010, p. 310) “o samba hoje exprime uma identidade nacional”.

Este trabalho visa estabelecer uma análise parcial da importância cultural e histórica do samba no processo de construção da identidade afro-baiana, representados no trabalho de Batatinha, bem como o contexto musical social e político em que o compositor esteve inserido no período de maior produção artística e avaliar as estratégias utilizadas pelo compositor para discutir aspectos da vida cultural baiana em suas composições.

Os estudos sobre Batatinha nos referenciam ao samba baiano e brasileiro. As suas composições expressam o cotidiano e as raízes africanas, o lamento e a tristeza sempre presentes em suas canções eram a forma que encontrava para demonstrar o sentimento dessa etnia que faz parte da formação do povo brasileiro.

Ser sambista na Bahia era possuir uma identidade construída a partir de práticas culturais fortemente marcadas pelas tradições afro-brasileiras, combinadas com um ambiente interno contemporâneo extremamente desigual. É a partir de uma relação muito particular com o mundo e de um contexto histórico específico que o samba se constitui enquanto identidade e expressão de uma cultura. (Cruz, 2006, p. 69).

Sua identidade sociocultural preservada no Pelourinho, patrimônio histórico-cultural que se reveste de grande importância para o sambista, por se tratar de um símbolo da memória histórica dos afro-descendentes. [...] Batatinha em suas entrevistas, fala dos seus envolvimento com as festas da cidade como momento marcante da sua vida, e no qual primeiro sente a música como formação da sua identidade (CRUZ, 2006, p. 71).

Fazia questão de se fazer samba de origem africana, mas com influência do samba-canção urbano brasileiro e com um jeito peculiar de compor, de uma caixa de fósforos brotava-lhe inspiração para letras elaboradas de sentimento e ironia. Esse instrumento de criação lhe servia para cantar e batucar. Segundo CRUZ (2006, p. 76) “são nesses momentos que o samba vai se tornando cada vez mais um elemento de afirmação de sua identidade” (grifo nosso), de conquista de espaços e de poder junto à comunidade.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho visou estabelecer uma análise parcial da importância cultural e histórica do samba no processo de construção da identidade afro-baiana, representados no trabalho de Batatinha, bem como o contexto musical social e político em que o compositor esteve inserido no período de maior produção artística e avaliando também as estratégias utilizadas pelo compositor para discutir aspectos da vida cultural baiana em suas composições.

Identificando Batatinha como um grande sambista baiano, é possível conhecer a relação e os sentimentos do afro-descendente ao longo da sua afirmação histórico-cultural em algumas das suas composições.

Muitas letras de suas músicas revelam a própria imagem de Batatinha, como boêmio, mestre do samba, tocador de violão, e desiludido com a estrutura social e política dominante, a exemplo a letra da música *Diplomacia*: “Luto por um pouco de conforto, tenho o corpo quase morto, não acerto nem pensar, mesmo com tanta agonia ainda posso cantar”.

Suas composições, o samba lamento, é pronunciado por uma música triste ao som de pandeiro, violão e da caixa de fósforos. Batatinha soube tocar as pessoas por conseguir poeticamente, através da música, identificar formas populares de viver e dão um sentido à vida.

REFERÊNCIAS

ACQUARONE, F. *História da música brasileira*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1946. 360p.

BATATINHA: *Biografia*. Disponível em: <<http://www.cliquemusic.com.br>> Acesso em: 01 agosto. 2013.

BATATINHA: *O poeta triste do samba baiano*. Disponível em: <<http://www.facom.ufba.br>> Acesso em: 12 agosto 2013.

COLOMBO, Fausto. *Os arquivos imperfeitos*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

- CONCEIÇÃO, Fernando. *Cultura como Alienação: Poder e grupos afros no Brasil*. Publicado na Revista USP, março/maio 2006 (p. 60-71).
- CRUZ, Alessandra Carvalho. *O samba na Roda. Samba e cultura popular em Salvador 1937-1946*. 2006. 132 f. Tese (Mestrado em História) – Programa de Mestrado em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- GUIMARÃES, Francisco. *Na roda do samba*. 2 ed. Rio de Janeiro: Funarte, 1978. (Série vagalume).
- GOMES, Nilma Lino. *Sem Perder a Raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Relações Raciais no Brasil: Uma Breve Discussão. In: *Educação anti-racista*. Caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural nas pós- modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- LAKATOS, Maria Eva. Marcone, Maria de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIMA, ARI. *Do samba carioca urbano e industrial ao samba nacional e mestiço*. ArtCultura, Uberlândia, v. 15, n. 26, p. 121-135, jan.-jun. 2013.
- LIMA, Francisco Assis de Souza. *Conto popular e comunidade narrativa*. São Paulo: Terceira Margem; Recife: Fundaj, Massangana, 2005.
- MARIZ, V. *História da música no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- MARTIN-BARBEIRO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013.
- MUKUNA, Kazadi W. *Contribuição bantu na música popular brasileira*. São Paulo: Global, [19..].
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Edusp, 2007.
- TATIT, Luiz. *O século da Canção*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.
- TINHORÃO, J. R. *História social da música popular brasileira*. São Paulo: Ed. 34, 1998. 368p.
- VIANA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

LEITURAS E RECEPÇÕES SOBRE AS IDENTIDADES SEXUAIS E DE GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR DA COMUNIDADE DE POJUCA-BA

Priscila Lima de Carvalho¹

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui exposta é fruto do projeto de pesquisa de Iniciação Científica e Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, que teve enfoque nas histórias de vida e formação de professores aposentados ou vasta experiência docente da cidade de Pojuca/BA. Por meio das narrativas autorreferenciais dos professores, refletimos os processos formativos e autoformativos, as experiências formadoras, os modos de vida e a cultura de educação do contexto rural e da referida cidade.

No processo de desenvolvimento do *corpus* da pesquisa, deparei-me com histórias de professores que revelaram sua orientação sexual homossexual, desse modo, fiz um recorte do projeto de Iniciação Científica e voltei o foco da pesquisa para sujeitos homossexuais, assim, elaborando um projeto de pesquisa com vista a problematizar acerca da prática de leitura homoerótica, identidades sexuais e de gênero no contexto escolar a partir da análise crítica do discurso de professores homossexuais, para o curso do Mestrado.

A prática de leitura, certamente, constitui um exercício primordial para poder refletir as diferenças, de modo que dois problemas que pretendo analisar serão condicionantes para posicionar o outro. O primeiro visa à análise literária e que partirá dos depoimentos de professores sobre como a narrativa de ficção aborda o amor homoerótico. Para isso, serão sugeridos textos literários para que possam ler e apresentar a recepção da obra, impressões e críticas, além de compreensões propícias ao tema. Segundo, serão dadas questões que apontem para as identidades de gênero e de sexualidades com a perspectiva de inserir análises que configuram sentidos ao homoerotismo.

A leitura dos textos ficcionais é uma fonte cultural significativa perante as reflexões ativas direcionadas à diversidades de pessoas, quero dizer, partindo para o objeto da pesquisa, como os professores e alunos recepcionam textos que expressam a diversidade sexual e como lidam com esta temática? Que posturas específicas permitem, quando trazem, em mente, diálogos com personagens, espaços narrativos, enredos e tramas sobre os quais são produzidos pela literatura e pela cultura.

¹ Mestranda em Crítica Cultural - UNEB/Campus II. E-mail: prissycarvalho@gmail.com.

O objetivo é não somente apontar os registros de semelhanças e dessemelhanças dos sujeitos da pesquisa – docentes e discentes do ensino fundamental da comunidade de Pojuca – BA – como perceber o grau de interpretação dado no espaço da literatura e o de percebê-lo em situações cujo poder de enunciação pode mover debates para a sala de aula, refletir a noção de identidades sexual e de gênero com o texto literário, se questionar e questionar possíveis entradas do leitor aluno para compreensões de uma realidade existente.

O fundamento da análise crítica do discurso é base de fundamento teórico para empreender como os contextos sociais estão sendo demarcados no sistema, envolvendo as faces de sexualidades e as relações de gêneros.

Portanto, a pesquisa procura entender os discursos de professores como foco de enunciação para saber como falam, de onde falam e se revelam, expõem a si mesmos e, através dos textos literários, situam uma cultura que, também, podem estar inseridos em memórias, experiências, resquícios de histórias nos estilos diversos de vida que, aqui, se tornam objeto de leitura.

PRÁTICAS DISCURSIVAS: MODOS DE VIDA, MODOS DE FALA, MODOS DE SER

A abordagem teórico-metodológica da Análise de Discurso Crítica (ADC) é utilizada nesta pesquisa, onde se busca nas vozes dos professores homossexuais identificar os saberes de si, da docência, do seu lugar no mundo, de sua visão e posição sobre identidades sexuais e de gêneros através de textos literários homoeróticos. As práticas de discursos desses professores homossexuais que vivem no interior, alguns oriundos da zona rural e que atuam em sala de aula, precisando lidar com uma cultura heteronormativa e diversas formas de preconceito, sem dúvida carrega uma série de sentidos e o contato com a literatura homoerótica irá inculcar nesses sujeitos práticas de discursos repletas de significados de si e de sua cultura.

Se opondo a abordagem formalista, a análise do discurso se aplica ao conceito funcionalista, que utiliza estruturas linguísticas como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas. Fairclough (2001), Foucault (1997, 2003) e Bakhtin (1997, 2002) foram precursores na abordagem teórica da ADC com seus escritos acerca de *discurso* e *poder*.

Bakhtin (1997, 2002) foi fundador da teoria semiótica de ideologia sobre a linguagem, sustentando que a essência da língua repousa no processo social da interação verbal. Foi precursor da crítica ao formalismo de Saussure (1981) que limitava a substância da língua a interioridade do sistema linguístico. Influenciado pelo Materialismo Histórico, a filosofia de Bakhtin (1997, 2002)

acredita que a *enunciação* é a realidade da linguagem que preza a *relação indissolúvel* com seus usuários.

Nesse sentido, a prática da leitura de textos homoeróticos é um exercício que propicia refletir sobre as diferenças de gênero e identidades sexuais e inculcar uma postura crítica das impressões das obras literárias, com o intuito de promover proposições a respeito de como os professores homossexuais e do interior da Bahia se reconhecem, se identificam com o tema, personagens, enredo da obra de ficção, como poderiam adaptar e aplicar em sala de aula, como recepcionam e contribuem para a autoformação e aceitação do amor entre os iguais.

Levando em consideração que a literatura vem sendo objeto de estudo de diversos pesquisadores, como em nosso Mestrado em Crítica Cultural, onde é notado o intuito em instaurar uma literatura menor que não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em língua maior, assim parafraseando Gilles Deleuze e Félix Guattari (1977). O que está em jogo é o fato de essa literatura ser esvaziada de seu sentido estruturalista, hegemônico, que está presente de modo explícito ou implícito e assumir uma posição pós-estruturalista e crítica cultural para intervir no mundo real, em favor das minorias.

Uma das propostas dessa investigação, se configura na seleção de textos literários homoeróticos, esvaziando-se do método estrutural de leitura e interpretação, todavia, refletindo acerca da interpretação desses professores em relação aos textos e em relação à posição social diante de temas referentes ao estudo de gênero e identidades sexuais, a partir da análise crítica do discurso. O estudo do texto literário homoerótico na comunidade, tendo em vista aspectos que movem uma cultura, que critica os estilos de vida, de como estes são enunciados em obras literárias e como professores recepcionam, falam, como falam a respeito e podem aplicar em sala de aula para leitura e compreensão.

A Análise de Discurso Crítica sustentada por Bakhtin (2002), desvencilha-se da proposta saussuriana que separa a língua de seu conteúdo ideológico, todavia, o fundador da teoria apresenta o meio social como o centro organizador da atividade linguística, desfazendo, desse modo, o equívoco saussuriano. É pela Filosofia marxista da linguagem que a ADC é influenciada e contempla os princípios ideais para analisar criticamente os enunciados dos sujeitos da pesquisa, que são usados como modo de ação sobre o mundo e sobre as pessoas.

Em Foucault (2003), observamos que apesar de estarmos condenados a ordem do discurso, nos alerta a entender que temos de criar linhas de fuga, estratégias para driblar essa ordem. Desse modo, o autor menciona as interdições que se cruzam formando uma grade complexa, e reitera que

onde a grade é mais cerrada são nas regiões da sexualidade e as da política. Logo, evidenciamos a necessidade de buscar essas vozes de professores gays, do interior de Pojuca/Ba, alguns de origem rural, que são cerradas e subalternizadas. Assim, entendemos o discurso como controlado, selecionado e organizado. O autor ainda reitera que, o discurso é dominado principalmente pelas instituições, onde se inscreve aí, especificamente à minha investigação: a escola, e ainda, os livros didáticos, o currículo.

É cediço que no atual período da modernidade tardia, a linguagem ocupa o centro do modo de produção do capitalismo, pois, Harvey (1992) explica que, com a crise do capitalismo 1973-75 foi-se exigido uma nova reestruturação do capitalismo, desse modo, substituindo bens materiais e duráveis, pela produção de serviços baseada em *informação* e *conhecimento* que implica uma economia baseada no discurso: o conhecimento é produzido, circula e é consumido em forma de discurso.

Assim, as construções reflexivas de suas autoidentidades a partir dos depoimentos dos professores e das impressões e críticas a respeito da literatura homoerótica lida, do mesmo modo que, a identidade social construída por meio dos discursos, comprova que a ADC é um forte aliado da ciência para a investigação da vida social que visa contribuir para a superação de relações de dominação.

A ideia conceitual de Rizoma de Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995), é uma arma metodológica que rompe e abala as estruturas e muni o crítico cultural contra os modelos prontos e formas de dominação. O conceito Rizoma poderia se resumir a tudo que é contra ao estruturalismo, “o rizoma é uma antigenealogia”.

A ADC ao se aplicar a relação interna e dialética entre discurso e sociedade, sob uma vertente funcionalista, se distanciando assim, da dicotomia saussuriana língua *versus* fala, tem como aliado o método rizomático, visto que é avesso à dicotomia, impedindo que caiamos na armadilha do *uno*, do começo e fim, porém, se trata de um mapa aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantes.

Por fim, acredito que a prática de leitura de textos literários com tema homoerótico é um passo importante para que possamos conhecer uma cultura, impressões e refletir criticamente acerca dos discursos que serão expressos pelos sujeitos da pesquisa. Se trata de dar visibilidade a uma minoria que sofre com uma cultura heteronormativa e cala-se perante as ordens das leis.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Trad. Vinicius N. Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI. Introdução: Rizoma. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. p. 7-37.
- DELEUZE, Gilles. Em que se pode reconhecer o estruturalismo? In: *O Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, (s/d).
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. O que é uma literatura menor? In: *Kafka: por uma literatura menor*. Trad. Júlio Casñon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1977. p. 25-42.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora UnB, 2001a.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola, 2003.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo. In: *Crítica da razão dialética: precedido por Questões de método*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1981.

AFIRMANDO A IDENTIDADE NEGRA POR MEIO DOS MITOS AFROBRASILEIROS E AFRICANOS?

Reijane Maria de Jesus Oliveira (PÓS-CRÍTICA - UNEB)

Orientadora: Prof. Dra. Maria Anória de Jesus Oliveira

Resumo: Embora possamos contar com uma produção quantitativa sobre as culturas afro-brasileiras e africanas em nosso país, ainda carecemos de mais estudos, da seleção e divulgação de subsídios teóricos e literários acerca da mesma, para melhor subsidiar os (as) educadoras (es). Atentando-nos a essa demanda, realizaremos a análise de alguns livros literários infantis contemporâneos, cuja temática centra-se na mitologia dos orixás. No decorrer do percurso, realizaremos a pesquisa bibliográfica e de campo, nos respaldando em pertinentes fundamentações teóricas e críticas. Através do resultado da presente pesquisa, almejamos abrir trilhas para novas travessias na área em questão.

Palavras-chave: Lei 10.639/03. Literatura infantil. Mitos afro-brasileiros e africanos.

INTRODUÇÃO

Lidos apropriadamente, os mitos nos deixam harmonizados com os eternos mistérios do ser, nos ajudam a lidar com as inevitáveis transições da vida e fornecem modelos para o nosso relacionamento dessas sociedades com o mundo que partilhamos com todas as formas de vida. (Clyde Ford)¹

Devido as nefastas conseqüências do racismo em nossa sociedade, conforme pode ser constatado em estudos nas diversas áreas de conhecimento, a exemplo do campo da literatura, educação e das ciências sociais², tendem-se a desvalorizar e/ou rejeitar as certas influencias culturais de origens africanas. Dentre estas nos interessa, especificamente, os mitos afros re/contados nas narrativas destinadas às crianças e/ou aos jovens. Tal situação ocorre por causa da política de exclusão e negação do “outro” e do que historicamente foi considerado “estranho” pelos colonizadores europeus. Estranho não só por conta dos fenótipos físicos como, também, pelas tradições culturais distintas dos colonizadores que, no desejo de dominá-los foi, ao longo do tempo, criando estratégias para manter as situações de superioridade branca *versus* inferioridade negra.

A despeito das diversas resistências negras através das rebeliões, das recriações religiosas para favorecer novos laços familiares e outras articulações para sobreviver e lutar contra os colonizadores, os mitos, isto é, narrativas que trazem à cena diversos modos de ser, viver e auto afirmar-se, à medida que de tais narrativas se insurgem deuses e seres comuns que destoam do cristianismo, que dançam, celebram a vida, amam, duelam entre si, vivenciam os sabores e saberes terrestres sem, no entanto, se limitar ao plano de um deus supremo, opressor e divino. Esses deuses e deusas tem a cor da tez negra, cabelos crespos e, quando necessário, travam duelos entre si para fazer valer seus

¹ Mais adiante retomaremos essa epígrafe.

² Os quis serão utilizados aqui, em nossa explanação. Alguns deles são: Clyde W. Ford (1999), Ney Lopes (2008) e KabengueleMunangae Nilma L. Gomes (2004).

propósitos. Entrelaçam-se, assim, as culturas de origem africana e afro-brasileiras, recriadas na diáspora através de tais mitos.

Trata-se, assim, de um campo amplo que vem deixando legados para a inserção de saberes marginalizados que, ao longo do tempo, foram desqualificados e/ou concebidos como inferiores aos legados ocidentais. Tem-se, assim, a possibilidade de incluir tais saberes, modos de ser, viver e se expressar culturalmente. É nessa linha de pensamento que entendemos, também, o papel social do programa de mestrado pós-crítica.

Uma das reflexões importantes para se repensar tais mitos advém das noções de literatura menor efetivadas por Deleuze & Guatarri: “Uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior.” a qual é transformada por um intenso nível de desterritorialização. Assim, como ele nos mostra no texto por uma literatura menor:

Via de regra, com efeito, a língua compensa sua desterritorialização por uma reterritorialização no sentido. Deixando de ser o órgão de um sentido, tornando-se instrumento do Sentido. E é o sentido, como sentido próprio, que preside à atribuição de designação dos sons (a coisa ou estado de coisas que a palavra designa), e, como sentido figurado, à atribuição de imagens e de metáforas (as outras coisa a que a palavra se aplica sob certos aspectos ou certas condições). (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 31).

Ou seja, o “menor”, aqui, é visto enquanto potencia prescindindo-se, sob essa ótica, a visão reducionista dos grupos hegemônicos, na tentativa de desqualificar as alteridades.

Em 2014 completou onze anos de promulgação da Lei Federal 10.639/03, através da qual se alterou a LDB 9.394/96, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as áreas. No entanto, observamos que essa medida não foi implementada, de fato até a presente data. Nesse contexto, compreendemos que a literatura infantil pode ser um instrumento importante para atuar na sala de aula.

Mitos afro-brasileiros e africanos na sala de aula: as diferenças enquanto potencias

[...] a mitologia tem sido tradicionalmente um meio de tornar saudável o indivíduo e a sociedade ajudando as pessoas a harmonizar as circunstâncias da vida [...] (FORD, 1999, p. 32).

Os mitos possuem muita importância para a cultura de um povo, pois através deles nos é permitido conhecer sua concepção de mundo, ainda que se utilize do fantasioso, uma vez que ele carrega muitas informações sobre os seus valores e expectativas. Nessa linha de pensamento, Bárbara Carvalho (1982) informa que:

O mito é a epopeia da humanidade; é a própria história existencial do homem. Ele contém a presença das origens místico-religiosas e éticas, criando arquétipos ou paradigmas, e revelando cultos e rituais secretos. O mito não é apenas uma

revelação, mas uma fixação de valores paradigmáticos, na busca de padrões de comportamento (CARVALHO, 1982, p. 24).

Ou seja, através de um mito e da compreensão de suas metáforas podemos perceber se estamos mantendo os padrões de comportamento que nele aparecem muitas vezes de forma implícita, funcionando como mecanismo de controle social. Nossa viagem se intensifica quando realmente nos identificamos com os personagens da história, mais ainda quando a identificação acontece com o personagem principal, com o herói. É nessa perspectiva, com o intuito de fortalecer abordagens acerca da afirmação das identidades negras, por parte das crianças e jovens, que compreendemos a relevância social dos referidos mitos, visto que entendemos se tratar de

Um dos caminhos para a socialização dos estudantes, ao propiciar-lhes a viagem imaginária a mundos distantes da sua realidade mas, ao mesmo tempo, próxima às suas identidades. A começar pelos fenótipos dos personagens, pelas matrizes de origens africanas, pelas complexidades existenciais que podem ser suscitadas por meio das narrativas, como pode ser observado, por exemplo, nos estudos de Oliveira (2010). E, também, Silva (2011), em suas respectivas teses de doutoramento.

É importante esclarecer que identidade, aqui, corresponde às características próprias das populações. Em se tratando da população negra, as origens africanas constituem importantes laços sócio culturais recriados na diáspora, no caso do Brasil, como também explica Silva (2011). Os mitos afro-brasileiros e africanos podem ser caminhos a se traçar novas rotas de diálogo entre o continente africano e sua diáspora. Esse é ponto de vista de Oliveira (2010), Silva (2011) e, em nosso caso, seguimos essa mesma linha de pensamento.

É importante, contudo, explicar que nos referimos a esses mitos enquanto gêneros provenientes das tradições orais (SILVA, 2011) recriadas por via de textos escritos (nosso objeto de estudos). São, ainda, narrativas que visam à explicação da origem das coisas presentes no mundo:

Nos mitos, denuncia-se o fecundo elã inicial do homem em direção à ciência (desejo de explicar o que o rodeia); em direção à religião (desejo de explicar a si próprio, sua origem, seu destino); em direção à poesia (desejo de expressar seus sentimentos e atingir sensações irreprimíveis). Pelo mito, o homem, que não sabia nada, senão que vivia, tornou vivas todas as maravilhas ao alcance de seus olhos ou de suas mãos. [...] Cada povo da antiguidade tem seus mitos característicos, intimamente relacionados com sua religião ancestral e com sua alma poética. [...] o homem primitivo fez de cada verdade (por não sabê-la tal, por não saber prová-la como tal) um mito. Ao homem moderno corresponde fazer de cada mito uma verdade, por que o mito a encerra indiscutivelmente. (COELHO, 2003, p. 86)

Das explicações de Coelho (2003, p. 86), interessa destacar a relevância social dos mitos para entender e justificar determinados fatos, modos de ser, viver e conceber realidade, os acontecimentos sociais por determinadas civilizações, tomando-se tais acontecimentos enquanto

verdadeiros. É importante reiterar que “Cada povo da antiguidade tem seus mitos característicos, intimamente relacionados com sua religião ancestral e com sua alma poética”. O homem, no entanto, em sua ânsia de qualificar determinadas tradições ancestrais vem, por outro lado, atribuindo mais importante a algumas dessas tradições em detrimento de outras, as hierarquizando.

Amparados por justificativas imaginárias, num dado momento das sociedades, os mitos foram bastante informativos acerca das origens e, dos homens. Era o período das experiências, experiências estas que se alimentavam do cotidiano que, por sua vez, se pautava na autoridade (AGAMBEN, 2005).

Ford (1999, p. 32) nos afirma que: “[...] numa outra leitura, os mitos são absolutamente verdadeiros – não como fatos, mas como metáforas; não como física, mas como metafísica. Porque a reflexão mitológica começa onde para a investigação científica.” Sendo assim, podemos afirmar que os mitos possuem certa veracidade, uma vez que funcionam como modelo para a sociedade, no que diz respeito às suas simbologias.

Na sala de aula, os mitos afro-brasileiros e africanos podem ser utilizados como metodologia para se trabalhar a diversidade cultural presente no Brasil, ao passo que informa aos alunos através das interpretações destes sobre um determinado mito a forma de compreensão de mundo e do comportamento dos povos do qual origina-se a história contada. Tal resultado potencializa-se quando utilizamos o método da pesquisa-ação:

A pesquisa-ação obriga o pesquisador de *implicar-se*. Ele percebe como está *implicado* pela estrutura social na qual ele está inserido e pelo jogo de desejos e de interesses de outros. [...]. Ele compreende, então, que as ciências humanas são, essencialmente, ciências de interações entre sujeito e objeto de pesquisa. O pesquisador realiza que sua própria vida social e afetiva está presente na pesquisa sociológica [...]. O pesquisador descobre que na pesquisa-ação, que eu denomino de pesquisa-ação existencial, não se trabalha *sobre* os outros, mas e sempre *com* os outros. Ele não apresenta sozinho seu relatório de pesquisa ao solicitante da pesquisa [...], sem antes o ter apresentado ao seu grupo de pesquisa de campo, principal interessado (BARBIER, 2004, p. 14-15).

Conforme Clyde Ford (1999), em nossa epígrafe inicial:

Lidos apropriadamente, os mitos nos deixam harmonizados com os eternos mistérios do ser, nos ajudam a lidar com as inevitáveis transições da vida e fornecem modelos para o nosso relacionamento dessas sociedades com o mundo que partilhamos com todas as formas de vida. (FORD, 1999, p. 9).

Os mitos, para Clyde Ford (1999), geralmente apresentam a figura de um herói, que costuma livrar a humanidade ou apenas um povo de uma determinada região de um mal comum a todos, surge na sala de aula como uma forma de ressignificar a auto-estima dos alunos – em referência ao público afro-brasileiro – uma vez que estes terão contato com os heróis, com aqueles que

fisicamente seriam bastante semelhantes aos ouvintes das histórias, auxiliando estes a conhecerem seus libertadores, os grandes homens ou deuses que realizaram grandes feitos para a humanidade. Dentro desse ponto de vista e, ainda às voltas com as reflexões sobre os mitos, Clyde Ford (1999, p. 31) afirma que:

Conhecemos muito bem esses contos sobrenaturais de seres descomunais. Eles sempre nos entretêm e inspiram, mas devem ser sempre levados a sério?Ao analisá-las, vemos que essas aventuras de heróis são mais do que o enredo da história; elas falam, por metáforas, da aventura humana pela vida. Os desafios do herói são os nossos, as inevitáveis transições que cada um de nós enfrenta na vida: nascimento, amadurecimento, entraves, conquistas, dor, prazer, casamento, envelhecimento e morte. (FORD, 1999, p. 31)

Essas etapas pelas quais passam os heróis, nós os ouvintes da história também vivenciamos. E esta identificação com o herói negro funciona como um mecanismo de afirmação da identidade negra (OLIVEIRA, 2010). Os mitos, originados na antiguidade, continuam a ser re/criados, sobrevivendo para além dos povos que os originaram. Isso, devido às novas versões e constantes atualizações, além, do processo de adaptação e constantes recriações, seja nas terras africanas, seja na sua diáspora. Importa, por isso mesmo, adentrar esses caminhos em suas multifacetadas formas textuais, a exemplo das produções escritas, sob perspectivas do rizoma (DELEUZE & GUATARRI (1997).

O INICIO DA CAMINHADA

Para a realização do projeto de pesquisa optou-se por realizar estudo de caso qualitativo, que consistirá no levantamento de informações e estudo a respeito das contribuições dos mitos e contos de temática africana para a afirmação da identidade negra de crianças. As fontes de coletas de dados que serão utilizadas consistem em: questionário fechados; contação de história; história de vida; e pesquisa bibliográfica.

Com o intuito de contemplar a diversidade cultural presente no Brasil, é que propomos discutir a importância de conto de temática africana para a afirmação da identidade étnico-racial de crianças negras, estudantes de escola pública. Para a realização da mesma inicialmente realizaremos pesquisa bibliográfica sobre a questão étnico-racial, depois serão selecionadas obras infanto-juvenis consideradas inovadoras. Finalizada a etapa de seleção de tais obras, será realizada pesquisa de campo, em que trabalharemos com as histórias de vida, questionário fechado e contação de história de e mitos de temática étnico-racial e observaremos como tais crianças reagem. A partir da observação, coletaremos os dados do trabalho realizados em Escola, no Município de Aramari. Nos

pautaremos também no embasamento teórico a partir de pesquisas bibliográficas já realizadas sobre as temáticas aqui relacionadas, em diversas áreas do conhecimento.

Traçaremos diálogos com vários pesquisadores, dentre os quais destacamos Fúlvia Rosemberg, Heloísa Pires Lima, Andréia Lisboa, Maria Anória J. Oliveira, Venâncio, Hampatébâ, Nilma Lino Gomes, KabengueleMunanga e Carlos Moore.

Para a coleta de dados serão utilizadas técnicas de observação e aplicação de questionário, que após ter os dados tabulados permitirá maior clareza e organização na última etapa da pesquisa, que consiste na elaboração do texto da dissertação.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 188p.
- BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Trad. Lucie Didio. Brasília: Líber Livro Editora, 2004.
- BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, SECAD/MEC, Brasília, 2005.
- CAVALEIRO, Eliane S. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1998.
- COELHO, Nelly Novais. *O conto de fadas: símbolos, mitos, arquétipos*. São Paulo: Difusão Cultural do Livro, 2003.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é uma literatura menor? In: *Kafka: para uma literatura menor*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Introdução: rizoma. In: *Capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DERRIDA, Jacques. Posições. In: *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FORD, Clyde W. *O herói com rosto africano: mitos da África*. Trad. Carlls Mendes Rosa. São Paulo: Summus, 1999.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart; SOVIK, Liv. UNESCO. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaine La Guardia Resende [et al.]. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Unesco, 2003.
- LOPES, Nei. Bantos. *Malês e identidade negra*. Belo Horizonte: Autentica editora, 2008. 224p.
- MOORE, Carlos. *Racismo & sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.
- MUNANGA, Kabenguele; GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil hoje: história, realidade, problemas e caminhos*. São Paulo: Global, 2004.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. *Personagens negros na literatura infanto-juvenil brasileira e moçambicana (2000 – 2007): entrelaçadas vozes tecendo negritudes*. Tese (Doutoramento em Letras). Departamento em Letras, UFPB, João Pessoa, 2010.

SANTIAGO, Silvano. A democratização no Brasil (1979-1981): cultura versus arte. In: *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SILVA, Celso Sisto. *Bô Sukuta! Kada kin su manera: as junbai tradicionais africanas recriadas na literatura infantojuvenil brasileira, eué!* Tese (Doutoramento em Letras). Departamento de Letras. PUC-RS, Rio Grande do Sul, 2011.

MULTILETRAMENTOS NA CONTEMPORANEIDADE: ANÁLISE DAS PRÁTICAS DOCENTES VOLTADAS PARA FORMAÇÃO DO SUJEITO-LEITOR NA ERA DA CIBERCULTURA

Silvane Santos Souza ¹

INTRODUÇÃO

No contexto atual em que a educação encontra-se inserida, surgem algumas inquietações sobre o domínio das Novas Tecnologias Educacionais. Muitos educadores não se encontram preparados para a manipulação adequada dos recursos tecnológicos, principalmente, os midiáticos. Neste pensar, faz-se necessário realizar um processo reflexivo sobre as competências essenciais que o professor precisa desenvolver para tornar-se capaz de se sentir efetivamente um educador letrado, digitalmente.

O presente projeto de investigação científica emerge a partir da necessidade de se associar pressupostos teóricos que convergem para utilização dos dispositivos tecnológicos à prática docente voltada para a formação do educando em um sujeito leitor na era da cibercultura. É válido salientar que a partir do contexto em que a educação se encontra inserida, as tecnologias digitais e educacionais desafiam não apenas o fazer pedagógico como também o currículo desenvolvido nas unidades de ensino.

Outra inquietação que a pesquisa ora apresentada traz é se os educadores de fato se sentem preparados para a utilização adequada dos recursos tecnológicos, principalmente, os midiáticos, bem como quais de suas práticas realizadas dentro ou fora do ciberespaço direcionam para a construção por parte dos educandos de competências e habilidades que se consolidem como princípios dos multiletramentos.

Como a “era cibernética” requer, além da manipulação, os processos de interação e colaboração, hoje tem o que se pode denominar de espaço de interação que faz parte da cibercultura, o qual propicia o desenvolvimento das práticas de multiletramento. O ciberespaço se apresenta não apenas para acomodação como também para construção colaborativa do conhecimento, que hoje também pode se dar em rede.

O estudo sobre Multiletramento na contemporaneidade, tema desta pesquisa, surgiu a partir das indagações realizadas nas aulas de Política de Letramento, principalmente ao discutir sobre tipos de letramento e sua relação com os processos de ensinagem e aprendizagem. Assim, a relevância

¹ Mestranda do pós-Crítica /UNEB. E-mail: silvanerio@hotmail.com.

desta pesquisa se firma na ideia de investigar se as práticas docentes de fato contribuem para a formação do sujeito-leitor, ou melhor, do multiletramento, uma vez que grande parte dos indivíduos vive conectado e para ter acesso à informação, também navega pelos meios digitais.

Para isso, neste projeto, procura-se, a partir de um posicionamento crítico, analisar se as práticas pedagógicas realizadas por professores de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental das escolas públicas estão voltadas para a formação do sujeito-leitor. Além disso, busca-se investigar se estas correspondem aos pressupostos que levam ao multiletramento digital e observar se são constituídas a partir da utilização de recursos digitais, correlacionando, para isso, o trabalho docente com o uso social da leitura e da escrita, nos ciberespaços, a partir de diferentes contextos.

Ao pensar em pesquisa no ciberespaço, adota-se a netnografia como linha de pesquisa, que também leva em conta as práticas de consumo midiático (BRAGA, 2007), como também os processos de sociabilidade, além dos fenômenos comunicacionais que envolvem as representações do homem dentro dos meios virtuais.

Ao adotar este tipo de postura, deseja-se também posicionar criticamente (KLEIMAN, 2001) perante à percepção atual de que o professor tem sobre os tipos de letramento. Busca-se empregar uma pesquisa qualitativa. De acordo com Teis D.T. e Teis M.A. (2006),

Uma pesquisa com essa abordagem caracteriza-se pelo enfoque interpretativo. [...] Entre os tipos de pesquisa qualitativa está a do tipo etnográfico. Para que uma pesquisa seja reconhecida como do tipo etnográfico, deve preencher, antes de tudo, os requisitos da etnografia que tem como premissas a observação das ações humanas e sua interpretação, a partir do ponto de vista das pessoas que praticam as ações. (TEIS, 2006, p. 1)

Para o estudo mais aprofundado e científico da pesquisa sobre os paradigmas qualitativos e, em particular, na abordagem teórica dos Estudos do Letramento, buscar-se-ão o anteparo e o respaldo teórico-metodológico e político que lhe permitem desenhar pesquisas.

Na perspectiva de melhor compreender os Estudos do Letramento, além de KLEIMAN (1995; 2001), também servirão de respaldo para a construção do aporte teórico STREET (1984); TFOUNI (1995); SOARES (1998); ROJO (2012 a 2015), os quais direcionarão a linha da pesquisa para a construção das questões sobre as práticas diversas em que o letramento digital é usado no contexto sociocultural e historicamente determinados pelas interações cibernéticas. Fazendo, assim, um levantamento da literatura sobre os temas tratados, tais como multiletramentos, multimodalidade, globalização, transculturalidade, relação tecnologia e educação.

Para dar sequência à pesquisa, também será realizada entrevista semi-estruturada com uma amostra de 04 (quatro) professores de Língua Portuguesa da rede pública que atuam no município

de Rio Real, com perguntas específicas (sobre multiletramentos e multimodalidade, letramento digital e letramento crítico). Será empregado, para isso, o trabalho de interpretação de fatos locais e nacionais para compreender até que ponto o professor desenvolve práticas de multiletramento digital, voltadas para a formação do sujeito-leitor.

A pesquisa será realizada em quatro escolas, sendo o critério de escolha o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), separadas entre as pontuações de maior nível e menor nível.

Inicialmente, far-se-á a apresentação do projeto de pesquisa às escolas e de posse da autorização dos gestores, será também apresentada à proposta aos professores de Língua Portuguesa, sendo em cada escola escolhido um professor de cada turma de nono ano.

Os dados alcançados, através das respostas das entrevistas e das informações redigidas nos diários de campo, serão analisados, os quais evidenciarão os posicionamentos feitos por todos os envolvidos na pesquisa, à luz dos princípios do multiletramento. Por fim, em forma de discussão, discorrer-se-á sobre a relação que os professores tem com as tecnologias dentro e fora do contexto escolar, bem como quais as possibilidades, desafios e avanços, em relação à ensinagem e aprendizagem na era do conhecimento.

MUTILETRAMENTOS COMO USO SOCIAL DA LEITURA

Com as novas mídias, as práticas educomunicativas ganham novas dimensões. Com isso, precisa-se renovar e, ao mesmo tempo, reinventar a prática escolar, buscando também ampliar as possibilidades didáticas, uma vez que neste contexto não basta somente letrar, mas, sobretudo, multiletrar.

No contexto da revolução do conhecimento, a qual busca motivar e desafiar os docentes, mais especificamente, para trabalharem com as linguagens que se manifestam no ciberespaço, é mister pensar nas novas e diversificadas narrativas, como resultantes dos processos de enleituramento, que ampliam a concepção de letramento mediante a diversidade cultural e hipermodal dos meios digitais, chegando, assim, ao multiletramento.

Para Rojo (2012), faz-se necessário pensar na elaboração de trabalhos colaborativos, os quais possibilitam o uso social da leitura em diversos contextos, também denominado pela autora de multiletramentos, que trazem possibilidades de escritas, aqui direcionadas para as narrativas, que concentram desde a capacidade de leitura crítica ao enfoque multicultural.

No entanto, quando se pensa em novas estratégias de utilização da linguagem, aqui direcionadas para a manifestação do uso social da escrita, também se deve buscar respostas para as indagações trazidas por ROJO (2012, p. 1): "Por que abordar a diversidade cultural e a diversidade de linguagens na escola? Há lugar na escola para o plurilinguismo, para a multisssemiose e para uma abordagem pluralista das culturas? Por que propor uma pedagogia dos multiletramentos?"

As competências tanto para produção como para disseminação da escrita se multiplicam, uma vez que as narrativas se configuram em textos diversos que surgem e ganham contextos das linhas emergentes. Estas são fruto da hipertextualidade que, ao mesmo tempo em que permite uma escrita colaborativa, também possibilita uma leitura imediata do que está sendo produzido.

No caso da escrita hipertextual, também é possível a realização da produção multimodal, que abarca os diversos sentidos como também amplia a capacidade leitora, a qual passa a ser não linear. De acordo com Coll (2010):

[...] a forma mais comum de definir a leitura ou escrita hipertextual é como não linear, para destacar a propriedade de saltar (ou mudar o foco daquilo que se visualiza) entre partes de um texto, ou desde fora do texto, enlaçando umas partes com outras segundo critérios associativos e mostrando, portanto, informações diferentes. (COLL, 2010, p. 338)

A quebra da linearidade da leitura acaba potencializando a hipertextualidade, uma vez que permite a transição de ideias, bem como o encadeamento de conexões que se congregam a partir de diferentes contextos. Isso requer novas práticas de leitura, além de diferentes estratégias de escrita, exigindo, com isso, um posicionamento que possibilite a realização de uma análise crítica do que é apresentado tanto como processo ou como produto da manifestação do pensar, ou seja, devemos destacar que são necessários novos multiletramentos.

Rojo (2012) salienta que a concepção de multiletramentos encontra se pautada em características importantes, como a interação e a colaboração, a quebra e a transgressão de relações de poder. Mas para isso, deve-se conceber os multiletramentos como híbridos, fronteiros e mestiços. Ou seja, trazem em suas narrativas, não só as manifestações da linguagem, como os modos, as manifestações culturais e midiáticas.

Ao se pensar no que pode ser produzido, também se deve refletir sobre a capacidade que os dispositivos digitais têm para facilitar e, ao mesmo tempo, permitir a produção de narrativas curtas e longas a depender dos contextos. Como exemplo de suporte que agrega tais artefatos, podem ser destacados o blog, o chat, o facebook, dentre tantos outros. Essas narrativas discursivas (hipermodais polifônicas) acabam não só conquistando como também, concomitantemente, desafiando seus usuários a repensar as concepções enunciativas e receptivas.

O multiletramento exige e incentiva a formação de um sujeito-leitor que é crítico e autônomo, ou seja, é ele um dos responsáveis pela construção da própria aprendizagem. Assim, se percebe que a internet passa a facilitar a comunicação e interação entre os sujeitos aprendentes. ROJO (2012) salienta a multiplicidade cultural das populações e multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais ela se informa e se comunica.

CIBERESPAÇO COMO CONEXÃO RIZOMÁTICA

O mundo do conhecimento que a geração atual desfruta, também, é uma sociedade que vê a pesquisa como pressuposto para a busca e transformação da realidade estabelecida. Para Lukács (2003), o método dialético, expressado no marxismo, é que possibilita a investigação mais coerente da sociedade e, ao mesmo tempo, é o que define a essência da ortodoxia, no entanto, até que ponto podemos considerar tal posicionamento? Para Lukács (2003):

Esse reconhecimento parte daquelas determinações simples, puras, imediatas e naturais (no mundo capitalista) que acabamos de caracterizar, para alcançar o conhecimento da totalidade concreta enquanto reprodução intelectual da realidade. Essa totalidade concreta não é de modo algum dada imediatamente ao pensamento. 'O concreto é concreto', diz Marx, 'porque é a síntese de várias determinações, portanto a unidade do múltiplo' (Lukács, 2003, p. 76-77).

Assim, faz-se necessário, para o estudo da sociedade, investigar os fenômenos, buscando estabelecer um vínculo com a totalidade, também denominada de produtos de uma determinada época. Com isso, o que era pequeno e fragmentário, passa a se tornar não apenas enorme como também mais unificado. E o que antes era aparente, chega e atinge a superfície, revelando-se como uma força concreta.

Como visto, Lukács (2003) nos apresenta como ponto de reflexão uma discussão sobre os fundamentos sociais que permeiam as diversas formas do conhecimento humano, aqui direcionadas para enfatizar as relações existentes, diretamente, entre as práticas cognitivas e as representações das práticas sociais. Ainda segundo Lukács (2003), não devemos conceber o mundo como algo pronto, e sim como produto do sujeito, "cujo motivo decisivo e rico em variações é a ideia de que o objeto do conhecimento só pode ser conhecido por nós porque e na medida em que é criado por nós mesmos" (LUKÁCS, 2003, p. 241-242).

Pensar em conhecimento também remete a pensar o espaço escolar, as relações que são estabelecidas dentro e fora dessa conjuntura. Podemos pensar também nas propostas apresentadas e no papel de cada ser envolvido, ou seja, devemos dar visibilidade às estruturas rizomáticas, em

muitos casos construídas a partir da quebra do pensar majoritário e arbóreo estabelecido por muitos professores.

Mas será, de fato, que o pensamento e o conhecimento seguem a estrutura proposta por um paradigma arborescente? Não será tal paradigma um modelo composto posteriormente e sobreposto ao conhecimento já produzido, como forma de abarcá-lo, classificá-lo, e assim, facilitar o acesso a ele e seu domínio, passando mesmo a determinar a estrutura de novos conhecimentos a serem criados? (GALLO, 1994, p. 74).

Aqui, salienta-se a importância do pensar rizomático, capaz de superar a visão de que o conhecimento só pode ser concebido a partir do linear e idealizado. Mas para atingir uma nova postura dentro do contexto educacional, que supere o pensamento uniformizante, do autoritarismo e da negação da visão dinâmica da vida, faz-se necessário repensar o poder da educação. “Em outras palavras, a sala nunca é um caos, com os alunos ocupando o espaço desordenadamente, mas há sempre uma ordem implícita que, se visa a possibilitar a ação pedagógica, traz consigo a marca do exercício do poder, que deve ser sofrido e introjetado pelos alunos (GALLO, 2008, p. 82)”.

A construção de uma compreensão mais abrangente do que é o saber historicamente produzido pela humanidade, aqui expressado como conhecimento, está atrelada à necessidade de se pensar a educação e seus conceitos. “O conceito é um catalisador, um fermento, que a um só tempo faz multiplicar e crescer as possibilidades de pensamento. Por isso cabe a ele ser interessante e não necessariamente verdadeiro” (GALLO, 2008, p. 48).

As artes, ciências e ideias filosóficas, também concebidas como três ordens dos saberes nos dão subsídios para conceber os conceitos. Estas, por sua vez, se consagram no mundo e na forma com que humanamente são concebidas. O próprio Deleuze (2000) nos aponta o que é a ideia de conceito, indo além do campo filosófico ao buscar responder ao fenômeno e não se restringindo ao que seja o seu significado puro.

[...] Ocorre que os conceitos têm vários aspectos possíveis. Por muito tempo eles foram usados para determinar o que uma coisa é (essência). Nós, ao contrário, nos interessamos pelas circunstâncias de uma coisa: em que casos, onde e quando, como, etc.? Para nós, o conceito deve dizer o acontecimento, e não mais a essência (DELEUZE, 2000, p. 37).

Ao pensarmos em educação, também muitas vezes nos reportamos aos modelos de explicação do processo de conhecimento humano e sua maturação, a partir da representação de um emaranhado conceitual que traz a expressão cultural. Quando se busca o conhecimento, não podemos esquivar o olhar da tendência da tecnologia presente na sociedade do conhecimento, que tem como campo de propagação até mesmo da estrutura rizomática: o ciberespaço.

Para Monteiro (2006), o ciberespaço permite a criação da expressão cultural, que tem na cibercultura a capacidade de desterritorialização. Ao mesmo tempo que é semântico, o ciberespaço é também semiótico, tendo o signo e a memória a possibilidade de constantes modificações e não de estagnação, uma vez que também é um espaço de inscrição virtual a partir da mídia digital e da hibridização das linguagens. “o ciberespaço é uma máquina semiótica com os signos em constante fluxo, em permanente desterritorialização” (MONTEIRO. 2006, p. 32).

Vemos no ciberespaço a capacidade de ampliar a visão do real através da virtualidade, em que Pierre Levy nos diz que o virtual “[...] é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização” (LÉVY, 1996, p. 16).

Quando se pensa em construção do conhecimento, deve-se buscar a sua epistemologia, a qual pode ser estudada na prática da educação e no desenvolvimento histórico do pensamento científico. No entanto, de acordo com Gaston Bachelard (1938) todo conceito científico se liga a outro conceito que também é científico, em que há rupturas, e não continuidade entre a observação e a experimentação.

A descontinuidade da ciência revela-se em muitos aspectos, sobretudo, nos conceitos, nas técnicas, nos métodos. Para Bachelard (1938), o conhecimento ao longo da história não pode ser avaliado em termos de acúmulos, mas nos processos de rupturas, bem como de retificações. Assim também ocorre no ciberespaço, uma vez que não tem um controle centralizado sobre o que é apresentado, multiplicando-se de forma anárquica e extensa. Com isso, a partir de conexões múltiplas e diferenciadas, dentro de uma estrutura que também é rizomática, se formam os sistemas complexos e auto-organizantes.

Hoje, muito mais do que em qualquer outro panorama identitário, faz-se necessário compreender como se formam e se consagram as produções no ciberespaço. Um exemplo claro de como ocorrem às conexões rizomáticas é a experiência relatada por Moreira (2012):

Em texto final para disciplina do mestrado como *Caetano Veloso e a cena da antropofagia*, de 1995, e noutro como rascunho para composição de capítulo de tese *Viva o povo brasileiro: entre a oralidade e a escrita*, de 2001, além da literatura comparada enquanto agenciamento teórico, permitindo-me lidar com vários objetos, passar de um objeto para outro, intercambiar imagens, estabelecer nexos e pontos de conexão rizomáticos, temos, ainda, o próprio texto cultural e artístico enquanto potência e virtualidade teórica: condição imprescindível para se tornar, de fato, um crítico da cultura (MOREIRA, 2012, p. 82).

Com este posicionamento, o autor nos instiga que é possível pensar além da obviedade do que é apresentado, ao trazer, por exemplo, as potencialidades que a letra da música “Alegria, alegria” de

Caetano Veloso em que “os meios de comunicação de massa promovem a festa ou o ritual antropofágico para o leitor, ouvinte ou telespectador, no instante mesmo da leitura, da escuta ou do contato visual, estimulando-o a ver não apenas uma dança dos signos e suas relações intersemióticas” (MOREIRA, 2012, p. 59).

No ciberespaço, é possível não apenas a reprodução, como também a capacidade de criar e recriar, além de estabelecer novos circuitos entre os apreciadores.

CONSIDERAÇÕES

A quebra da linearidade da leitura acaba potencializando a hipertextualidade, uma vez que permite a transição de ideias, bem como o encadeamento de conexões que se congregam a partir de diferentes contextos. Isso requer novas práticas de leitura, além de diferentes estratégias de escrita, exigindo, com isso, um posicionamento que possibilite a realização de uma análise crítica do que é apresentado tanto como processo ou como produto da manifestação do pensar, ou seja, devemos destacar que são necessários novos e multiletramentos.

O multiletramento exige e incentiva a formação de um sujeito-leitor que é crítico e autônomo, ou seja, é ele um dos responsáveis pela construção da própria aprendizagem. Assim, percebe-se que os dispositivos digitais passam a facilitar a comunicação e a interação entre os sujeitos aprendentes.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico*. RJ1938: Contraponto, 2003, 316p.
- BRAGA, José Luiz. *Comunicação é aquilo que transforma linguagens*. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Alceu20_Braga.pdf. Acesso em 27 de dez de 2015.
- COLL, César; MONEREO, Carles. *Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação*. Porto Alegre: Artmad, 2010.
- DELEUZE, G. *Conversações*. Rio de Janeiro: São Paulo: Editora 34, 2000.
- DELEUZE, G. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- DELEUZE, G; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Ed. 34, 1995. v. 1-2.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- DERRIDA, Jacques. *A Escritura e a Diferença*. Trad. Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. São ISSN 1983-828X | Revista Encontros de Vista - quinta edição Página 20 Paulo: Perspectiva, 2002.
- DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2001.
- GALLO, Silvio. *Deleuze & a educação*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

- GALLO, Silvio. *Educação e Interdisciplinaridade; Revista de Educação* nº 1. Campinas: SINPRO, 1994.
- GINZBURG, C. Sinais – raízes de um paradigma indiciário. In: Ginzburg, C. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989, p. 143-179, 260-275.
- KLEIMAN, Ângela B. *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas, SP, Mercado das Letras, 1995.
- KLEIMAN, Ângela B. *A formação do professor: perspectiva da lingüística aplicada*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.
- KLEIMAN, Ângela B. *Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?* Campinas, UNICAMP/MEC, 2005.
- LEMKE, J. L. Letramento metamidiático: transformando significados e mídias. *Revista Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 49, n. 2. Campinas: DLA/IEL/UNICAMP, July/Dec. 2010[1998]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-18132010000200009&script=sci_arttext, acesso em 07/09/2015.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- LUKÁCS, Georg. *História e Consciência de Classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MONTEIRO, Silvana. *O ciberespaço e os mecanismos de busca: novas máquinas semióticas*. In: Ci. Inf., Brasília, v. 35, n. 1, p. 31-38, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n1/v35n1a04.pdf>. Acesso em 20/10/2015.
- MOREIRA, Osmar. *Primeiros passos de um crítico cultural: literatura como laboratório*. Alagoinhas: Fábrica de Letras, 2012 (Coleção de bolso).
- PIMENTEL, Edna F. e MONTENEGRO, Zilda Maria C. *Aproximações do paradigma indiciário com o pensamento freireano: uma construção possível?* Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/355/387> > Acesso em: 20 de de. dez de 2015.
- ROJO, Roxane. H. R. (2002) A concepção de leitor e produtor de textos nos PCNs: Ler é melhor do que estudar. In M. T. A. Freitas & S. R. Costa (Org.). *Leitura e Escrita na Formação de Professores*, p. 31-52. SP: Musa/UFJF/INEPCOMPED.
- ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Org.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012, 264p.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 2000.
- LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?*. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- SACRISTAN, G. *Explicação, norma e utopia nas ciências da educação*. Cad. Pesq. São Paulo (44): 31-34, fev. 1983.
- TEIS, Denize T.; TEIS, Mirtes A. *A abordagem qualitativa: a leitura no campo de pesquisa*, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/teis-denize-abordagem-qualitativa.pdf> >. Acesso em: 20 agost. 2015.

IMAGENS DO FEMININO NA OBRA *UM COPO DE CÓLERA*

Taiane Emanuele S. Mota¹

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Souza Garcia

Resumo: A minha pesquisa tem por objetivo analisar a posição da mulher no filme “Um copo de cólera”, baseado no livro de Raduan Nassar. O filme, dirigido por Aluizio Abranches, em 1999, retrata uma linguagem muito peculiar do romance de Nassar, ao apontar o feminismo rodeado de imagens, algumas delas sobre a relação com o masculino e as rupturas a este universo hegemônico. Trata-se de reflexões dos papéis desempenhados, principalmente, do posicionamento da cultura de gênero e da sexualização da mulher. O diálogo com o romance abre para questões sobre como e em que lugar se constroem vínculos e se desconstroem posições da mulher nessas textualidades. Assim, a partir da obra de Raduan Nassar, proponho uma leitura crítica da cultura de gênero, tendo como mote de interpretação a personagem feminina do romance, como do filme de Abranches, buscando analisar os discursos que reportam o sentido de diferença nas enunciações que tratam do feminismo branco e de classe média *versus* os entraves culturais de sociedade machista e conservadora. Para o estudo, serão considerados referenciais teóricos da crítica feminista e da representação da mulher na literatura e na cinematografia.

Palavras-chave: Corpo de cólera. Feminismo. Mulher.

INTRODUÇÃO

O meu projeto surgiu na iniciação científica, ainda enquanto estudante do curso de Letras Vernáculas, momento em que comecei a ter acesso a alguns textos de teóricos pós-estruturalistas e rompi com a noção binária da linguística tradicional de Saussure. Foi assim que notei “que a língua não existe senão tendo em vista o discurso” (AGAMBEN, 2005, p. 65), portanto, é a partir da linguagem que o gênero se constitui.

A problemática sobre gênero, desde meados de 1960, esteve presente nos estudos literários, algumas vezes, dando-lhe suporte, outras reforçando estereótipos, ou ainda, rompendo com paradigmas. Essa possibilidade de ressignificação que se apresenta na obra literária, possibilita ao leitor ampliar sua capacidade interpretativa, ocasionando a atribuição de novos sentidos para a obra artística. Os discursos baseados no pós-feminismo incitam mudanças de mentalidades pautadas no regime social e patriarcal.

O que se observa atualmente é um intenso e polêmico debate em torno das diferenças entre os sexos, entre o feminino e o masculino, que vem sendo articulados por ordens e segmentos sociais. Há formas de dominação masculina que foram construídas a fim de naturalizar e regimentar os elos comportamentais, potencializar o gênero como modo de estabelecer a virilidade e o domínio existencial do macho.

¹ Mestranda em Crítica Cultural – UNEB/ campus II. Email: taymota@hotmail.com.

Tendo em vista que o cinema empreende uma linguagem marcada por diálogos e, como uma prática social, leva o espectador a criar novos elementos discursivos com a realidade, esse trabalho se justifica pelo potencial da literatura e do cinema como processo de releituras do social e se propõe desmontar, através do contradiscurso, a cultura de gênero e das sexualidades da mulher, rompendo com conceitos regrados e elucidando debates teóricos sobre a equidade de gênero e das diversidades sexuais.

Assim, busco compreender como no filme *Um copo de cólera*, de Aluizio Abranches, o relacionamento heteronormativo e heterossexual vem sendo desconstruído; como o cineasta proporciona uma leitura pertinente e inovadora ao dar voz à mulher que busca firmar a identidade feminina fora dos conceitos regrados e como pode descrever outros arquétipos do feminino, à medida que o desejo sexual aflora. O estudo mostra-se pertinente quando ressalta a representação da mulher menos submissa e mais livre e decisiva, visualizada sob o aspecto relacional da heterossexualidade nesse cenário cinematográfico.

Penso que o campo de força dos estudos da crítica literária se encontra no entrecruzamento de textos, citações, um verdadeiro rizoma que aponta para diferenças, para os deslocamentos desses lugares discursivos. Busco o método da Crítica Cultural para que eu possa tecer a alguns questionamentos: Como perceber o contradiscurso das práticas-conceituais feministas sem que numa via inversa não se repita o mesmo binarismo?

Desse modo, o estudo não compreende apenas o conceito atribuído à categoria gênero, mas, percebe que as ideias são “imagens” concebidas pelo pensamento em contato com a realidade.[e] São por isso chamadas de “conceitos” (BUZZI, 1994, p. 141). Assim, o método em Crítica Cultural não se resume apenas em pensar, refletir e interpretar a história da vontade de verdade, mas consiste em esvaziar a dialética, sem pretensão da totalidade. Como enfatiza Deleuze e Guattari (1996, p. 30): “Um conceito não exige somente um problema sob o qual remaneja ou substitui conceitos precedentes, mas uma encruzilhada de problemas em que se alia a outros conceitos coexistentes”.

A partir da leitura do romance, busca-se o intertextual, ou seja, como a escrita do literário proporciona dar voz à personagem do filme. O estudo permite relacionar o escrito e o imagético como forma de acessar e questionar a imagem do feminismo sob o olhar da heteronormatividade.

Especificamente, propõe-se estudar cenas do filme e selecionar as que contextualizam as representações atribuídas à mulher e as que rompem com a estrutura do feminino; analisar as duas obras, literatura e filme, levando em consideração as relações heterossexuais entre os personagens e tendo como parâmetro um olhar crítico sobre o sistema social e cultural de gênero, as

masculinidades e heteronormatividades e por fim, interpretar as imagens do filme, tendo em vista o desejo sexual masculino em relação à mulher, quais rupturas são efetuadas como modo de falar da subjetividade do feminino na atualidade.

Nesse “paper” apresento uma imagem do meu projeto de pesquisa, que após o estudo da disciplina: “Metodologia da Pesquisa em Crítica Cultural” no Mestrado em Crítica Cultural, elucidou novos questionamentos em relação ao problema inicial.

A IMAGEM DO FEMININO NA OBRA “UM COPO DE CÓLERA” SOB A PERSPECTIVA DA CRÍTICA CULTURAL

O filme “Um copo de cólera”, de Aluizio Abranches mostra algumas características físicas e psicológicas de mulher moderna e permite questionar o feminismo da década passada, já que o filme fora produzido em 1999 e visa analisar o perfil do pós-feminismo do momento atual. Se a mulher galgou seu espaço na sociedade, ela vivencia também posturas mais nítidas em relação ao sexual. Com os relatos em rodas sociais e no próprio imaginário feminino, os afetos da mulher contemporânea beiram as contradições, pois os discursos aparentes pontuam aquelas que estão na perspectiva da velha busca do romantismo, a aliança com o parceiro, a amor romântico, o casamento, a maternidade. Outras situações espelham a mulher mais libertina, marcando-a como pegadora e no jargão mais popular, a “periguete” que deriva pela noite em busca de desejos intempestivos, nada oficiais e duradouros.

Ao retratar a cultura de gênero e das sexualidades do homem e da mulher, a reflexão recai em alguns debates que teóricos enunciam, em se tratando da equidade de gênero e das diversidades sexuais. Nesse sentido, como se pode “entender” as mulheres que, por um lado, busca o velho acasalamento, o amor romantizado e, por outro, a mulher que nega posturas mais arcaizantes e se colocam sempre a frente de outros tempos? Outro aspecto é a importância que a arte ficcional e cinematográfica detém na desconstrução de estruturas modeladoras, depositando nas linguagens codificar o poder dominador e dominante.

Contudo, há as linguagens que se reportam a não se comprometer com esse universo reducionista e limitador, permitindo espaços para aferir conceitos e noções diferenciais, menos referenciais e redutoras. Isso vale para a leitura que pretendo discorrer. Interpretar com teóricos da linguagem e de gênero a margem do social que não pontua relacionamentos amorosos fundados na dominância e no padrão cultural construído para a mulher. Assim, noções trazidas por Judith Butler, Guacira Louro, Joan Scott, a desconstrução de J. Culler, Eagleton, G. Agamben, G. Deleuze, F. Guattari

e outros teóricos do pós-estruturalismo, bem como das teóricas feministas não se esgotam para analisar o meu objeto de estudo. Além desses, pesquisarei sobre a obra do cineasta Aluisio Abrantes, no que diz respeito a sua mensagem que, também, pode-se fazer ouvir, ao pensar na forma como cria a imagem do universo feminino.

A literatura, aqui, representa uma máquina de guerra, pois, ela possibilita “transcrever o transcrito, deixando o leitor jogar algum alpiste interpretativo no interior da armadilha para que se evidencie ainda mais as trapaças que o falocentrismo pode pregar” (SANTIAGO, 1997, p. 372).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalização desse projeto e a relevância da pesquisa, tratando de gênero feminino num dado sistema de discursividades, nos textos da literatura e da cinematografia, enquanto pesquisadora da crítica cultural, eu expressei o desejo de empreender um estudo que dê visibilidade a uma sociedade em que se valorize a multiplicidade de experiências, a ação, o verbo e que não, apenas, valorize o conceito, a essência das coisas, como escreveu Clarice Lispector: viver ultrapassa qualquer entendimento.

Dessa maneira, acredito que o conceito de gênero passaria a responder ao fenômeno e não mais ao seu significado puro. O recorte cinematográfico e a obra literária seriam, então, os dispositivos, em potencial, onde novos sentidos podem ser veiculados.

Vejo que a linguagem perpassa, também, a subjetivação cultural. No entanto, é necessário salientar o cuidado de não cair na cilada de fazer do gênero uma categoria analítica. Deve-se superar a noção simplista desse conceito a fim de mostrar a complexidade do termo.

Judith Butler (2005) contesta o binarismo homem-mulher e desenvolve o conceito de gênero como "performativo" – fabricado culturalmente, uma performance repetida e reencenada de normas e significados estabelecidos socialmente que se legitimam pela imitação de convenções dominantes. Designação de gênero seria, portanto, algo que nos acontece. É uma interpelação a contragosto. Essa perspectiva teórica dos estudos pós-feministas rompe com o binarismo homem-mulher e enfatiza a importância de se pensar nas pessoas e somente nas categorias. Assim, ao pesquisar sobre gênero, numa perspectiva da crítica cultural, busco a subversão desse conceito.

Assim como Butler (2005), pretendo denunciar, nessa pesquisa, o aprisionamento que a noção de gênero feminino pode representar quando colocado em função da construção por oposição ao gênero masculino. Procuro chamar a atenção, também, para o olhar crítico em relação ao gênero e o desejo sexual. Ao contrário do que se pensa, não é o sexo que define a relação cultural dos gêneros.

Sendo assim, em “Um copo de cólera” é possível notar essa oposição entre o masculino e feminino e ao mesmo tempo, denunciar tal ideologia pautada no patriarcalismo. Não obstante, é preciso ir além, mostrando outras possibilidades textuais e imagéticas.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Aluizio. *Filme Um copo de cólera*. Gênero: Drama. Brasil, 70min, 1999.
- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira Lopes. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUZZI, Arcângelo R. *Introdução ao Pensar: O Ser, O Conhecimento, A Linguagem*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Introdução: Rizoma*. In: *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Trad. Ana Lúcia Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995, p. 7-37.
- NASSAR, Raduan. *O copo de cólera*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- SANTIAGO, Silvano. *Crítica Cultural, crítica literária: desafios de fim de século*. *Revista Iberoamericana*. v. LXIII, n. 180, Julio-Setiembre 1997; 363-377.

OS SUJEITOS DA CULTURA POPULAR DE IBOTIRAMA – DA INVISIBILIDADE À RESISTÊNCIA

Tâmara Rossene Andrade Bomfim (Pós-Crítica/UNEB)¹

Orientadora: Prof. Dra. Edil Silva Costa

Resumo: A dinâmica social da região ribeirinha do Velho Chico, nos tempos áureos da navegação, foi um dos grandes responsáveis pela diversidade cultural atualmente percebida nos modos de vida e na cultura popular da região. Essa pesquisa propõe investigar quais mecanismos têm sido desenvolvidos pelos grupos de Reisado para assegurar a sobrevivência da produção cultural que realizam. Busca-se identificar através dos grupos pesquisados, o espaço destinado às manifestações tradicionais, tendo em vista os novos arranjos das cidades ribeirinhas, que antes tinham o rio São Francisco como o centro das atividades comerciais. Pretende-se identificar, no meio econômico e social, as transformações e os novos significados atribuídos às manifestações populares na região. Com isso, busca-se desconstruir os discursos, propagados no território do Velho Chico, sobre a (não) resistência dessas expressões. Como resultado, espera-se contribuir com as políticas públicas para a cultura local e regional. Será realizada pesquisa de campo e a base teórica se constrói a partir dos estudos de Stuart Hall, Michel Foucault, Antonio Albino Canela Rubim e Clifford Geertz.

Palavras-chave: Cultura ribeirinha. Identidades. Reisados. Relações de poder. Velho Chico

INTRODUÇÃO

Grande parte das cidades ribeirinhas do São Francisco é oriunda de pequenas vilas, que se formaram através da dinâmica ditada pelas trocas comerciais e pelo transporte de cargas e de passageiros, nos tempos áureos da navegação. Mais do que matar a sede, o rio significava a própria vida das comunidades, ditando costumes e ofícios, permeando trocas, estabelecendo relações, nos portos e embarcações que singravam suas águas. O rio São Francisco esteve durante muito tempo para a população dos seus limites geográficos, como elemento aglutinador, reunindo em torno de si, as diferentes camadas sociais e influenciando os seus estilos de vida. Às suas margens se configuravam tanto relações de poder, quanto de submissão. Essa dinâmica foi responsável por uma diversidade cultural, que se revela nos Ternos de Reis, nas Chulas, nos Sambas de Roda, na Alimentação das Almas, nos tambores dos Candomblés, nas cantigas, nas lendas, nas rezas, nos ritos e no grande número de manifestações tradicionais, que ainda estão presentes no cotidiano das comunidades. De igual forma, em ofícios que surgiram motivados pela intensidade da navegação e que ainda subsistem, a exemplo dos carranqueiros, barqueiros, artesãos e dos produtores de fumo de rolo.

Com o passar dos anos, a construção das rodovias e as mudanças nos modos de produção, retiraram do rio a sua condição de maior veículo das transações comerciais. As cidades reorganizaram o seu meio espacial e social. A produção cultural também sofreu mudanças, como

¹ E-mail: tamarabomfim@hotmail.com.

reflexo dessas modificações. No entanto, muito ainda do que é veiculado sobre as cidades ribeirinhas nos remete a idealizá-las como se estivessem no passado. No imaginário coletivo, as cidades se debruçam sobre o rio. Há a falsa impressão de que parte das suas economias é oriunda da pesca. Um exemplo ilustrativo é a figura da carranca. Ao pensarmos em cidades ribeirinhas imaginamos a existência da escultura, que era utilizada para espantar os maus espíritos e alguns animais, fixando-as nas proas dos barcos. Em contraponto, a carranca hoje é mais utilizada como peça de decoração nas residências e como lembrança de viagem, numa simbologia ao rio, mas um número muito reduzido é encontrado nas embarcações. De igual forma, as rodas de São Gonçalo ocorriam com maior frequência, há algumas décadas. No entanto, a população em sua maioria, residia na zona rural e eram frequentes as promessas ao Santo, para que não se perdessem as produções nas lavouras, por falta de chuva e para que as colheitas fossem fartas. O esvaziamento do campo, com o deslocamento de parte da população que aí residia para as cidades, trouxe para esta manifestação uma simbologia de celebração, mas, não mais pelos resultados nas lavouras e sim pela devoção religiosa ou pelo simples ato de comemorar algo, ou ainda, por promessas relacionadas a outros fins. E assim, os Ternos de Reis, a Alimentação das almas, as narrativas orais e demais expressões da cultura popular ribeirinha se modificaram, para atender a uma nova ordem social instaurada.

O município de Ibotirama está situado a 649 km da capital do estado da Bahia, na região do Médio São Francisco, um dos trechos ainda navegáveis do Velho Chico e será a área recortada para a realização desta pesquisa. A delimitação geográfica para a pesquisa de campo foi efetuada, devido a extensão do território do Velho Chico, que conta com 16 (dezesesseis) municípios.

A minha relação direta com o município de Ibotirama, minha cidade natal, trouxe essa inquietação. Desde criança, os movimentos populares da região ribeirinha do Território do Velho Chico, sempre estiveram a minha volta. E eu a volta deles. Os grupos de reis no período de dezembro a janeiro, as rodas de São Gonçalo no pagamento das promessas, o canto das lavadeiras no meio da manhã, as benzedeiças me curando dos “quebrantos”, as assombrações nos becos e as marcas da oralidade nas lendas e nos ritos. Essas e outras manifestações da cultura popular estiverem presentes em meu cotidiano desde os primeiros dias e atravessaram a minha infância e a adolescência, como se fossem familiares muito próximos. Mas eu não estava diretamente envolvida em nenhum destes grupos, nem os meus ancestrais. O que me ocorre pensar, que num passado não muito distante, mais precisamente nas décadas de 70 e 80, quando vivenciei estes fatos, as famílias, independentes das classes sociais das quais eram parte, até mesmo as mais abastadas desta região, abriam as suas portas para as manifestações periféricas, reconhecendo nelas, a sua identidade. Claro que as classes com maior poder econômico, pagavam para que os grupos populares se

apresentassem. Nem sempre era dinheiro vivo o que ofereciam, muitas vezes pagava-se com comida e bebida. Para os atores dessas manifestações, eram oportunidades de levarem adiante o legado da oralidade e de celebrar, cantando os coros em uníssonos, nas salas dos centros de poder. Assim eu presenciei, repetidas vezes, a cultura popular pedir passagem, na sala de uma liderança política daquelas bandas: o meu avô materno.

Após alguns anos longe da região, volto no ano de 2005. Entre as minhas buscas, a cultura popular sendo ativada em minhas memórias. Mas o discurso que se perpetuava nas ruas por onde os grupos transitavam com liberdade é de que a cultura popular ribeirinha do Velho Chico já não existia mais. Indagando aqui e ali sobre o que ainda sobrevivia, escuto que as expressões já não são mais as mesmas, que não tem originalidade, que perderam a sua pureza. E foi essa vontade de verdade que me moveu a iniciar essa pesquisa, provocada inicialmente, fora do ambiente acadêmico. Trabalhando como Assessora de Projetos na Prefeitura Municipal de Ibotirama, na primeira oportunidade e por uma necessidade apontada no trabalho de articulação do Selo Unicef, juntei argumentos e parceiros e coordenei o Mapeamento cultural de Ibotirama. O Mapeamento me trouxe um novo olhar, sobre o discurso instituído. Saímos com um roteiro pronto, de pequenas indicações dos sujeitos que ainda existiam. E esse roteiro se transformou em caminhos rizomáticos, um mapa, como diria DELEUZE (1995), com suas *“múltiplas entradas”*. Cada mapeado indicava outros novos atores, totalmente desconhecidos para nós. O mapeamento trouxe dezenas de conexões, apontando grupos e expressões que sobreviviam, sem se preocuparem em permanecer a margem da produção cultural reconhecida. Essas vertentes que se desvelaram, me levaram ao trabalho paralelo de produção cultural, voltada para a periferia ribeirinha, avançando por outros municípios, inquirindo, pesquisando. Na impossibilidade de pesquisar toda a cultura popular do município, essa pesquisa será realizada apenas com os quatro grupos de reisado.

Uma nuance observada foi o trânsito que ocorre dos sujeitos, entre as manifestações. Dessa forma, o reiseiro participa das rodas de São Gonçalo, das rezas, da Alimentação das Almas. Sendo assim, ao eleger os Grupos de reis como o objeto de estudo, termino por atingir outras manifestações, já que os sujeitos transitam entre elas. Os reiseiros refletem a realidade de outros tantos atores da cultura popular de Ibotirama e do território do velho Chico, invisíveis nos discursos propagados e nas políticas públicas praticadas.

A análise do contexto descrito remonta inicialmente a uma questão de identidade, que fazem surgir vários questionamentos: Parte dos ribeirinhos dessa região deixaram de associar a sua identidade as manifestações populares porque já não se reconhecem nessas feições, porque a cultura popular está deixando de existir ou porque estão sucumbindo aos padrões hegemônicos? É

uma escolha pensada ou um discurso de poder que está se sobrepondo? Para pensar as questões relacionadas a identidade, serão utilizados os estudos de Stuart Hall, na obra *Da diáspora: Identidades e Mediações culturais*. E para pensar essas questões relativas a identidade, enquanto reconhecimento espacial, enquanto o pertencimento do indivíduo ao seu lugar, o embasamento teórico será dado através da obra de Ana Fani Alessandri Carlos, *O lugar no/do mundo*. Cabe destacar o trecho que diz que:

toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo, portanto uma memória dividida – real ou fictícia – propicia a coesão de um grupo e, em consequência, cria a integração. Um grupo que só se pode visualizar num espaço onde elementos da sua história estão presentes. Cada grupo definido localmente tem a própria memória e uma representação do tempo que é só dele. Ocorre que cidades provinciais se fundem em uma nova unidade enquanto o tempo comum se amplia. Esse fato nos colocaria diante de uma nova dimensão da relação entre a constituição da identidade e das relações do indivíduo com o espaço e o tempo. (CARLOS, 2007).

Torna-se necessária a abordagem e compreensão da oralidade, visto que, a cultura popular ribeirinha do Velho Chico é fruto desse trânsito entre as gerações. Para tal, Paul Zumthor oferece todo um caminho traçado que possibilita entender as “marcas da voz viva”. Possibilitando adentrar no universo que abriga as vozes desses sujeitos, que estão tão embrenhadas nesse cotidiano, que muitas vezes passam despercebidas enquanto vozes ancestrais que são. São vozes reais. Vozes que se perpetuaram e que nem sempre são escutadas com clareza. Nem sempre são percebidas enquanto vozes do passado.

A utilização de Michel Foucault será convergida para o estudo dos poderes instituídos, seja no discurso, seja nas relações sociais e econômicas, que empurram cada vez mais os grupos populares para as periferias. E também para buscar uma análise da reação dos sujeitos subalternizados para continuar produzindo cultura, para continuar sobrevivendo. Para analisar as linhas de fuga utilizadas, o grito de resistência dos excluídos.

A busca dentre os resultados esperados de possibilidades, no que tange as políticas culturais locais e regionais traçadas para a cultura popular ribeirinha, tornam necessária a utilização do trabalho de Antonio Albino Canela Rubim, dada a sua importância no entendimento das políticas culturais delineadas no país, a partir do governo do Presidente Lula, período em que houve a descentralização dos editais de cultura e em que passou a existir uma participação efetiva, do município de Ibotirama e região, nas políticas públicas culturais.

E por fim, Clifford Geertz, para buscar o conceito do que vem a ser cultura. Como o próprio autor diz, “*não como uma ciência experimental, em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado*”. A procura dos significados e representações que essas

expressões tem, para a população do seu território. Ou ainda, dos novos significados atribuídos na teia cultural.

Espera-se alcançar como resultado, a reflexão sobre a produção cultural periférica do território do Velho Chico, com a divulgação da pesquisa e discussão da mesma junto aos sujeitos da cultura popular e representantes do Governo; buscar uma forma de repensar os discursos construídos sobre a resistência das manifestações; contribuir com a política pública cultural local e regional, provocando a visibilidade/inclusão destes grupos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 1999.

BARBALHO, Alexandre. *Relações entre Estado e cultura no Brasil*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1998.

BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. In: *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 15(2): 73-83, abr/ jun de 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar do/no mundo*. São Paulo: FFCH, 2007.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Paz e Terra, 2015.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda. Os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/IPHAN, 1996.

JAKOBSON, Roman. *Algumas questões de poética*. Trad. Sônia de Queiroz. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2009.

MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro/Brasília: Nova Fronteira/Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim e BARBALHO, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007, p. 11-36.

ZUMTHOR, Paul. *Introdução a Poesia Oral*. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE COMO PRÁTICA DE EMPODERAMENTO FEMININO

Vanessa Nascimento Machado (Pós-crítica-UNEB)

Orientadora: Prof. Dra. Suely Aldir Messeder

Resumo: Trata-se de uma pesquisa-ação que tem por finalidade realizar oficinas de orientação sexual para mulheres do município de Alagoinhas que frequentam o consultório de enfermagem em sexualidade humana e aceitam em participar das mesmas. Este trabalho tem como objetivos analisar se a prática educativa, voltada para a educação sexual, pode contribuir para o processo de empoderamento e de emancipação feminina; compreender o conhecimento que as mulheres têm sobre sexualidade e como foi adquirido, e conhecer de que forma essas mulheres vivenciam sua sexualidade com liberdade de expressão e escolha, e como se relacionam com a busca do prazer. Espera-se que os grupos possam se tornar lugar de reflexão sobre a sexualidade feminina na contemporaneidade, fazendo com que as mulheres possam enxergar suas subjetividades, potencializando-as; reconhecer a importância da prática educativa para o conhecimento sobre sexualidade humana e por fim, reconhecer que o conhecimento sobre sexualidade humana leva ao empoderamento e emancipação feminina através da transformação. A educação sexual passa a se constituir um elemento significativo de mudança e progresso, uma tentativa de por ao alcance das pessoas condições para que possam usufruir e conviver com a própria sexualidade e com a de seus semelhantes, numa forma consciente, moderada e respeitosa.

Palavras Chave: Educação Sexual. Empoderamento. Oficinas de Orientação. Pesquisa-ação

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada pela presença da mulher na política, no mercado de trabalho, com independência financeira, fazendo uso de dispositivos, com novos modelos de família, com divisão de tarefas domiciliares entre homens e mulheres; uma nova realidade da área econômica, política e social.

Com essas alterações vivenciadas nas respectivas áreas, indaga-me sobre o campo sexual. Houve avanço como nas demais áreas? As mulheres tem liberdade para expressar e exercer sua sexualidade? Estão preparadas para vivenciá-la de forma plena e prazerosa? Elas discutem o assunto? Em que ambiente é discutido?

Percebe-se que muitas mulheres educadas em um ambiente de repressão no que diz respeito às manifestações sexuais, preferem não tocar no assunto. Isto concretiza-se a partir das relações estabelecidas em nosso meio, consequência de uma cultura, capitalista e patriarcal que apesar dos avanços do tempo e da tecnologia, continuam fortemente sendo reproduzidas, além de demonstrar as relações de poder.

É a partir deste contexto que esta pesquisa será desenvolvida tendo como problemática central: Como as práticas educativas voltadas para orientação sexual de mulheres contribuem para o processo de empoderamento e emancipação feminina?

O estudo se desenvolverá com mulheres do Município de Alagoinhas BA, que frequentam o consultório de sexualidade humana e aceitarem participar do grupo de práticas educativas em sexualidade. Acredita-se que este trabalho será de muita importância para profissionais de diversas áreas, pois irá contribuir na aquisição de novos conhecimentos na área da educação sexual feminina. Somar-se ao conhecimento produzido no que se refere ao empoderamento feminino e abrirá espaços para novos trabalhos na temática. Contribuirá principalmente para as mulheres que estarão adquirindo conhecimento e fazendo durante as oficinas uma reflexão crítica sobre educação sexual, abrindo espaço para discutir sobre a sexualidade feminina, melhorando sua autoestima como mulher e sua vivência sexual com seu companheiro/a, concretizando a educação sexual como uma etapa importante para o empoderamento da mulher.

OBJETIVOS:

Analisar se a prática educativa, voltada para a educação sexual, pode contribuir para o processo de empoderamento e de emancipação feminina;

Compreender o conhecimento que as mulheres têm sobre sexualidade e como foi adquirido,

Conhecer de que forma essas mulheres vivenciam sua sexualidade com liberdade de expressão e escolha, e como se relacionam com a busca do prazer.

As práticas educativas são momentos de aprendizagens que reproduzem ou desconstroem estereótipos de gênero. Nessa perspectiva toda educação deve ter como objetivo a formação do indivíduo, necessitando ser conscientizadora e libertadora, geradora de equilíbrio pessoal e propiciadora do real desenvolvimento em todas as suas potencialidades. Na visão de Fucs (1993, p. 200)

a educação sexual poderia ser definida como a parte da educação geral que transmite os conhecimentos e as mensagens necessárias para que o indivíduo possa adquirir atitudes, expressar seus sentimentos e firmar os valores que o permitem aceitar e vivenciar a sexualidade própria e dos outros, num contexto livre e responsável. E se transmite conhecimentos e se passa mensagens não apenas com informações mas também e principalmente com exemplos e atitudes adequadas no dia-a-dia, mesmo porque educar é formar e não apenas informar, muito embora informar corretamente, ao lado de um posicionamento adequado e de atitudes equilibradas, seja indispensável a uma formação sadia.

Pensando assim, uma mulher que tenha consciência de tais questões e consiga transpor para o dia-a-dia no convívio pessoal, atitudes reflexivas, maduras, conscientes, livre de julgamentos, mitos e tabus, trará para si e para os outros maior afetividade, equilíbrio, responsabilidade, coerência entre o que se pensa e o que se faz a respeito de si e dos/as outros/as.

A educação sexual passa a se constituir um elemento significativo de mudança e progresso, uma tentativa de por ao alcance das pessoas condições para que possam usufruir e conviver com a própria sexualidade e com a de seus semelhantes, numa forma consciente, moderada e respeitosa. Afirmando esse pensamento Jesus, (1998, p. 48) relata que, “cada vez mais se aceita a ideia de que a sexualidade humana tem muito a ver com as possibilidades de felicidade pessoal e social, constituindo-se num elemento chave para a saúde e para a qualidade de vida”.

Para Ribeiro (1990, p. 37) “informar também é importante, corrigir as informações distorcidas é essencial, porém, nunca como um fim em si mesmo”. Assim, se situarmos as questões sexuais dentro de um quadro socioeconômico e cultural que implica em relações de poder, sem estimularmos a equidade entre as pessoas, homens e mulheres; a emancipação da mulher e, principalmente, sem possibilitarmos a livre manifestação de diferentes pontos de vista na questão de valores, não estaremos de forma alguma fazendo educação sexual.

A constituição prevê igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações. De nada adiantará a modernidade dos tempos, das tecnologias, da liberdade de expressão se o passado de subordinação da mulher ao homem prevalecer sobre a evolução e o progresso. O processo democrático passa primordialmente pelas relações onde haja igualdade e, de fato, homens e mulheres exerçam verdadeiramente uma vida saudável, vivenciando sua sexualidade de modo natural e sem preconceito contribuindo para uma nova cultura, cultura essa onde mulheres e homens se respeitam como seres humanos, de direitos, tendo o diálogo e a problematização como estratégia.

Sabe-se que o “poder” está presente em todos os níveis das relações sociais apresentando-se de diferentes formas; localizando-se em diversos espaços, corpos e relações. Como exemplo tem o poder judiciário, da mídia, dos pais sobre os filhos. Para Foucault, (2015, p. 160) vivemos em uma sociedade “de sexualidade” nos quais os mecanismos de poder se dirigem ao corpo, à vida; e “... o poder a esboça, suscita-a e dela se serve como um sentido proliferante de que sempre é preciso retomar o controle para que não escape”... “dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril”. (Idem, p. 13). “... o poder fala da sexualidade e para a sexualidade; quanto a esta, não é marca ou símbolo, é objeto e alvo”. (Idem, p. 160).

Carvalho e Gastaldo (2008) em estudos buscando destacar a categoria de Promoção da Saúde, preconizam a utilização da noção de empoderamento produzindo sujeitos reflexivos, autônomos e socialmente solidários, buscando implementar novas práticas de educação em saúde.

O trabalho se desenvolverá através da pesquisa-ação por ser concebida e realizada em estreita associação com uma ação no qual o pesquisador e os participantes representativos da situação estarão envolvidos de modo cooperativo e participativo o que certamente recai em uma abordagem qualitativa. Para tal, se utilizará como sujeito e cenário respectivamente, mulheres do Município de Alagoinhas-BA que aceitarem participar do estudo.

De acordo com Thiollent (2006), a pesquisa-ação participativa deve ser considerada um campo da tecnologia educacional. A pesquisa-ação como método tem sido aplicada à educação, especialmente, na educação de jovens e adultos. Em uma perspectiva crítica, ela favorece a autonomia dos educandos e pode servir de base para um processo de auto formação de diferentes categorias profissionais, inclusive da área de saúde.

Com a pesquisa-ação estaremos firmando o compromisso social e ideológico entre os quais se destaca o compromisso do tipo “reformador” e “participativo”. Pretendendo-se aumentar assim os conhecimentos do pesquisador e o nível de consciência do grupo considerado. Para Thiollent (2006) “Muitos partidários restringem a concepção e o uso da pesquisa-ação a uma orientação de ação emancipatória e a grupos sociais que pertencem às classes populares ou dominantes. Nesse caso, a pesquisa-ação é vista como forma de engajamento sócio-político a serviço da causa das classes populares”.

"Trata-se de pesquisas nas quais há uma ação deliberada de transformação da realidade; pesquisas que possuem um duplo objetivo: transformar a realidade e produzir conhecimentos relativos a essas transformações" (Hugon, Seibel, 1988, p. 13), In Barbier (2007, p. 17)

A pesquisa-ação é eminentemente pedagógica e política. Ela serve à educação do homem cidadão preocupado em organizar a existência coletiva da cidade. Ela pertence por excelência à categoria da formação, quer dizer, a um processo de criação de formas simbólicas interiorizadas, estimulado pelo sentido do desenvolvimento do potencial humano, BARBIER (2007, p. 19).

Em relação ao planejamento da pesquisa-ação thiollent (2009) afirma quatro grandes fases:

Exploratória: os atores da pesquisa começam a detectar os problemas a serem combatidos; fase diagnóstica.

Fase de pesquisa ou principal: coletam-se dados com diversos instrumentos e a pesquisa é discutida pelos membros.

Fase de ação: definem-se objetivos, apresentam-se propostas e resultados.

Fase de avaliação: obter conhecimento produzido pela pesquisa e analisar os resultados alcançados.

A pesquisa se desenvolverá em duas etapas assim denominadas:

Trabalho de Campo (fase exploratória, de pesquisa e de ação).

Realização de grupos operativos de “oficinas de educação sexual” tendo como atores mulheres do município de Alagoinhas que aceitem participar. As oficinas ocorreram de forma contínua e sistematizada, oportunizando a observação participante e aplicação de questionários/entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas que serão aplicados em três momentos:

Inicial para identificação dos atores envolvidos, identificar o nível sócio cultural e econômico, conhecer o nível de interesse dos mesmos e o nível de consciência sobre o assunto.

Intermediário ao trabalho possibilitando examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação.

Conclusivo permitindo realizar uma avaliação e conclusão do processo de investigação.

Sistematização dos resultados e discussão (fase de avaliação)

Esta etapa visa sistematizar as informações e publicizar os resultados da pesquisa para possibilitar uma reflexão do trabalho desenvolvido no grupo de mulheres e, ainda, um retorno imediato junto às mulheres participantes das oficinas de educação sexual. Para isto será organizado um encontro com os sujeitos pesquisados para apresentação dos resultados.

RESULTADOS QUE SE ESPERA ALCANÇAR

Que os grupos possam se tornar lugar de reflexão sobre a sexualidade feminina na contemporaneidade, fazendo com que as mulheres possam enxergar suas subjetividades, potencializando-as.

Reconhecer a importância da prática educativa para o conhecimento sobre sexualidade humana.

Reconhecer que o conhecimento sobre sexualidade humana leva ao empoderamento e emancipação feminina através da transformação.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.
- BARROSO, C. Metas de Desenvolvimento do Milênio, Educação e Igualdade de Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, p. 573-582, set./dez. 2004.
- BUTLER, J.; GAYLE, R. Tráfico sexual-entrevista. *Cadernos Pagu*, n. 21. Campinas, 2003. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332003000200008>.
- CARVALHO, S. R.; GASTALDO, D. *Promoção à saúde e empoderamento: uma reflexão a partir das perspectivas crítico-social pós-estruturalista*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(Sup 2):2029-2040, 2008
- CAVALCANTI, R. da C. Educação sexual no Brasil e na América Latina. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*. São Paulo, v. 4, n. 2, p. 164-173, 1993.
- COSTA, A. A. *Gênero, Poder e Empoderamento das Mulheres*. Disponível em <http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2012/02/5-empoderamento-ana-alice.pdf>. Acesso em 08/08/14.
- COSTA, H. I.; ANDROSIO, V. de O. *As transformações do papel da mulher na contemporaneidade*. Disponível em: <http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf>. Acessado em: 27 de setembro de 2015.
- DELEUZE, Gilles. *Bartleby, ou a fórmula*. In: DELEUZE, Gilles. *Crítica e Clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- FAGUNDES, T. C. P. C. Sexualidade, Gênero e Poder – educação numa perspectiva emancipatória. *Revista Espaço Acadêmico* – n. 154 março/2014
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 2: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 3: o cuidado de si*. Trad. Maria Tereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FUCS, G. B. *Porque o sexo é bom? Orientação sexual para todas as idades*. 3 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- HOOKE, Bell. *Ensinando a transgredir a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- JESUS, M. C. P. de. *A educação sexual na vida cotidiana de pais e adolescentes: uma abordagem compreensiva da ação social*. São Paulo, 1998. Dissertação (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo.
- LOURO, Guacira L. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- LOURO, Guacira L. *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- RIBEIRO, P. R. *Educação sexual além da informação*. São Paulo: EPU, 1990.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Trad. Cristiane Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sonia Corrêa. Recife: Ed. S.O.S. Corpo, 1993.

RUBIN, Gayle. *Pensando o sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade*. Trad. Felipe Bruno Martins Fernandes, Miriam Pillar Grossi. Disponível em: www.unigran.br/revista_juridica/ed_anteriores/27/artigod/artigo09.pdf. Acessado em 15/06/2015.

SANTOS, A. C. de S. *Relações de gênero e empoderamento de mulheres: a experiência da associação de produção "Mulheres Perseverantes"*. Teresina, 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1986.

THIOLLENT, M. (org.) *Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche*. São Carlos: Ed UFSCar, 2006.

THIOLLENT, M. *Pesquisa-ação nas organizações*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL – FIES: INCLUSÃO PARA EXCLUSÃO?

Vyrna Valença Perez (Pós-Crítica - UNEB/Campus II)¹

Orientadora: Prof. Dra. Suely Messeder

Resumo: Os impactos do FIES - Fundo de Financiamento Estudantil na vida de alunos egressos das universidades particulares no Brasil é um tema relevante e que gera consequências no meio acadêmico e na sociedade. Entre 2004 e 2011, segundo estudos do INEP, a proporção de pessoas pertencentes à faixa dos 20% de menor renda da população brasileira aumentou sua presença no ensino superior de 0,6% para 4,2%. Esses números parecem indicar uma inclusão social na educação superior brasileira, mas existem renomados autores, utilizados como referencial teórico, que falam em uma aparente democratização do ensino, o que acarretaria consequências perversas, pois seria a representação de uma sociedade que concede, através das políticas públicas de ações afirmativas, direito de acesso ao ensino superior à alguns brasileiros de forma simulada e vazia, sem uma efetiva inclusão ou ascensão social desses sujeitos. O objetivo do trabalho é, então, identificar as representações elaboradas por esses sujeitos, alunos egressos de instituições particulares de ensino superior, sobre a política pública do FIES, explorando a vivência deles/delas nas faculdades. Metodologicamente será analisada a evolução da legislação brasileira que regulamenta o FIES, bem como serão realizadas entrevistas com alunos egressos de Salvador e Região Metropolitana, analisando as histórias de vida dos mesmos, visando constatar quais as principais mudanças e consequências que a graduação acarretou nas suas vidas, na sua identidade. A dissertação, portanto, buscará uma reflexão crítica sobre o FIES na educação superior brasileira e sobre a utilização de dinheiro público para financiar instituições privadas, sob o fundamento da inclusão social e racial, investigando com os alunos egressos se realmente está ocorrendo esta inclusão ou uma mera inclusão para exclusão.

Palavras-chave: Ação Afirmativa. Educação Superior. FIES. Inclusão. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

Cabe, inicialmente, destacar que o interesse pelo tema surgiu da minha vivência como professora de uma instituição de ensino superior privada de Lauro de Freitas/BA, na qual fui admitida em agosto/2007 e que, após 2010, passou a ter a maioria dos alunos ingressantes nos cursos de graduação devido à adesão ao Programa FIES. A abordagem do tema na dissertação, com a definição do enfoque e dos autores que serão utilizados, bem como o recorte cronológico ainda estão em processo de discussão com minha orientadora, mas este paper é uma prévia, uma ideia geral, do que, até o momento, pretendo pesquisar.

O FIES - Fundo de Financiamento Estudantil é regulado atualmente pela Lei nº 10.260 de 12 de julho de 2001, tendo sido criado no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e, ao longo dos últimos anos, passado por inúmeras alterações. Na atual redação do Art.1º tem-se que:

É instituído, nos termos desta Lei, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de natureza contábil, destinado à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação

¹ E-mail: vyvalenca@hotmail.com.

positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria. (Redação dada pela Lei nº 12.513, de 2011)

Além do FIES, que será objeto de análise aprofundada na minha dissertação, outras políticas públicas como o Prouni, bem como o Reuni, foram desenvolvidas para reverter um quadro que se consolidara no período de 1995 a 2002, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso implementou um modelo de expansão do ensino superior pela via do ensino privado, que não teria sido eficaz em ampliar o número de estudantes, gerando um grande número de vagas ociosas. Isso porque, entre outros problemas, o modelo esbarrava na dificuldade de incluir no ensino universitário privado uma população em idade universitária cuja baixa renda não lhe permitia arcar com os custos das mensalidades.

Pode, assim, ser questionada, criticamente, a verdadeira intenção na adoção do FIES como política pública na educação superior brasileira, a partir da discussão e desconstrução do modelo hegemônico de ciência com base nos seus agenciamentos políticos transdisciplinares. Afinal, a criação e implementação do FIES surgiu da efetiva intenção do Governo Federal de incluir os alunos de baixa renda na educação superior não gratuita ou meramente da necessidade de preenchimento destas vagas ociosas no ensino superior privado? É o interesse público que prevalece ou é o interesse privado?

Esta discussão baseia-se na representação do Fies como um programa do Governo Federal que concede um empréstimo a juros baixos para os alunos de baixa renda, tendo se padronizado esta representação de bondade pública com os estudantes, mas que deve ser combatida, afinal “O bom o mau são somente o produto de uma seleção ativa e temporária a ser recomeçada.” (DELEUZE, 1995, p. 6).

Afinal, o que os alunos egressos dessas faculdades privadas e que utilizaram o FIES pensam sobre o programa? Quais benefícios o FIES trouxe na vida dos mesmos? Quais dificuldades esses alunos encontraram durante a faculdade e após a conclusão do ensino superior?

É cediço o crescimento do número de vagas preenchidas no ensino superior privado, principalmente por conta do FIES, sendo os recursos públicos utilizados para o financiamento e crescimento de instituições não gratuitas e com finalidade lucrativa, verdadeiras empresas e grandes sociedades anônimas. A importância da discussão decorre do fato de que em 2008 havia mais de 3.8 milhões de estudantes matriculados em faculdades privadas, comparado com 340.000 em 1995 (Fonte: INEP). Ou seja, o Brasil está utilizando o dinheiro público para financiar as faculdades privadas, através de uma política pública que visa a inclusão social, mas esta inclusão está realmente

acontecendo? Todos esses fundamentos e questões justificam o interesse pelo tema e baseiam e alimentam a vontade de estudá-lo profunda e criticamente.

Surge, assim, a seguinte problemática: Com o ingresso, via Fies, dos/as estudantes nas faculdades privadas há efetiva inclusão social dos mesmos na vida universitária e no mercado de trabalho? Ou ocorre uma inclusão para exclusão?

O objetivo geral da pesquisa será revelar e analisar as representações elaboradas pelos/as estudantes egressos/as sobre a política pública do FIES, explorando a vivência deles/delas nas faculdades privadas. A partir desta análise, será feita uma averiguação mais específica, situando historicamente o porquê da adoção pelo Brasil de políticas públicas de ação afirmativa no ensino superior, bem como analisar os marcadores sociais, tais como renda e grau de escolaridade dos membros da família dos alunos/alunas pesquisados, evidenciando se os mesmos são socialmente excluídos ou não, identificar, após as entrevistas e a análise da legislação vigente aplicável à matéria, os pontos positivos e negativos da utilização do FIES como política pública de financiamento do ensino superior e, por fim, explorar o significado de inclusão e exclusão para os estudantes egressos pesquisados.

Metodologicamente, serão feitas entrevistas com alunos/as egressos/as de algumas faculdades privadas de Salvador e Região Metropolitana, e que utilizaram o FIES para financiar a graduação, sendo, a princípio, selecionados dez estudante para a pesquisa. Além disso, está sendo feito um estudo aprofundado da legislação vigente e de obras sobre as representações das políticas públicas de ações afirmativas na educação superior brasileira, bem como uma revisão bibliográfica visando embasar a dissertação em autores que discutem a educação brasileira, a inclusão social e as políticas de ações afirmativas.

Normalmente, as ações afirmativas na educação superior são vislumbradas com a concessão de cotas nas Universidades Públicas de todo o país, tema já bastante debatido e que ainda gera muita polêmica na sociedade, pois todo este passado escravocrata é "esquecido" toda exclusão social e racial é minimizada, afinal "a memória histórica no Brasil é uma planta tropical, pouco resistente e muito sensível às mudanças no panorama sócio-econômico e político internacional" (SANTIAGO, 2004). É necessário e urgente, portanto, desvendar esse panorama sócio-econômico e político tão atual sobre o FIES, evidenciando as representações feitas pelos alunos egressos que utilizaram este programa e que, efetivamente, conheceram "na pele" e no bolso esta ação afirmativa.

2. ENTENDENDO O FIES

O Fies foi criado em 1999 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, sendo ampliado pelo governo seguinte de Luis Inácio da Silva (Lula), como sucessor do Crédito Educativo (programa criado em 1976 pelo regime militar). No programa de governo de Lula de 2002, intitulado “Brasil sem racismo” foi declarado:

o firme propósito do então candidato à presidência de atacar não apenas as desigualdades de classe no Brasil, mas também as desigualdades raciais, através de instrumento de ações afirmativas. Entre as ações renunciadas pelo programa estavam incluídas: proteção às comunidades quilombolas, incentivos a empresas que desenvolvessem programas de inclusão racial, inserção de jovens e adultos negros nas universidades, entre outras. (FERES, DAFLON e CAMPOS, 2012).

Destaque-se que o FIES surgiu em substituição ao antigo CREDUC, passando por reformulações cujo objetivo foi torná-lo mais acessível para estudantes de classe média baixa, tudo após arguição de inconstitucionalidade na exigência de fiança pelo FIES, que resultava em uma exclusão do estudante pobre, proposta pela ONG Educafro. O Ministério Público Federal, em ação civil pública, conseguiu excluir a exigência de fiança pela Caixa Econômica Federal, culminando com o formato de 2010 que permitia, até mesmo, sua conjugação com o ProUni, ou seja, o bolsista parcial do ProUni podia financiar via Fies até 100% da mensalidade não coberta pelo programa (HERINGER, 2009).

A taxa de juros do FIES foi reduzida de 6,5% para 3,4% ao ano em 2010, último ano do governo Lula, prevendo uma carência de 18 meses após a conclusão do curso para o início da cobrança. Também em 2010 o Governo aumentou o prazo para pagamento para até três vezes em relação ao tempo do curso.² Então, para cursos de quatro anos de duração, o prazo para que o aluno egresso quite o financiamento do Fies é de doze anos.³

A legislação vigente é silente a respeito do tema, mas, doutrinariamente, o FIES é enquadrado como uma política pública de ação afirmativa, sendo os conceitos de políticas públicas e de ações afirmativas encontrados nos incisos V e VI do parágrafo único do Art. 1º do Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que dispõe:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

² Disponível em <http://www.belasartes.br/diretodareitoria/artigos/a-polemica-em-torno-do-programa-de-financiamento-estudantil-fies>.

³ Atualmente, a taxa efetiva de juros do FIES é de 6,5% ao ano para todos os cursos, conforme informação contida no site do MEC disponível em <http://sisfiesportal.mec.gov.br/faq.html>.

V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

As ações afirmativas são uma forma de discriminação positiva, por isso é que elas constituem medidas especiais e temporárias, visando remediar um passado discriminatório, promovendo a ascensão de um grupo ou de indivíduos até um nível de equiparação ou de igualdade com os demais membros da sociedade. Visa, portanto, garantir a igualdade de oportunidades.

Com o FIES e a diminuição a partir de 2010 dos juros para 3,4% ao ano, foi possível o acesso aos estudantes de baixa renda (maioria de afrodescendentes) ao ensino superior, pois bastava que o aluno estivesse regularmente matriculado em um curso de graduação de Instituição de Ensino Superior não gratuita, bem como que esta tivesse avaliação positiva no SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior) e que fizesse parte do programa FIES.

Entre 2004 e 2011, a proporção de pessoas pertencentes à faixa dos 20% de menor renda da população brasileira aumentou sua presença no ensino superior de 0,6% para 4,2%. Ao mesmo tempo, os pretos saltaram de 5% para 8,8% e os pardos, de 5,6% para 11% (INEP 2012). São, sem dúvida, mudanças expressivas obtidas em tão pouco tempo, não só por conta da adoção das políticas de ação afirmativa, mas, com certeza, elas tiveram um importante papel.

No entanto, no final de 2014 as regras para acesso ao Fies se tornaram mais rigorosas, com base nas Portarias n.21 e 23, publicadas no primeiro mandato da Presidente Dilma que estabeleceu: a) Para as Instituições de Ensino Superior com mais de 20.000 alunos matriculados com Fies, o cronograma de repasses foi alterado de 12 (doze) para 8 (oito) repasses anuais, ou seja, o repasse de mensalidades de julho, por exemplo, só será realizado pelo Governo no mês de Dezembro de 2015, o que, com certeza, irá impactar negativamente nos fluxos de caixa e resultados das Faculdades particulares em 2015; b) Fixação de uma linha de corte mínima para adesão ao FIES, pois, após 30 de março de 2015, os alunos só obterão Fies se, além de não ter zerado a redação, tiverem obtido média de 450 pontos no Enem; c) o estudante não pode usufruir dos benefícios do FIES e do PROUNI ao mesmo tempo.

Com base nessas novas regras, estima-se que o percentual de queda em novas matrículas, relacionado com esta linha de corte pode variar de 8% até 35% de queda, diminuindo semestralmente o número de alunos que irão frequentar o ensino superior através da utilização do FIES, ou seja, diminuindo a concessão desta política pública de inclusão social.

Todas as questões apresentadas nesse paper são questões rizomáticas, que se ligam e ao mesmo tempo se repelem para mostrar como o pensamento e as representações sobre as políticas públicas, notadamente sobre o FIES, precisam ser analisadas criticamente e não sob a lógica binária de “boa política” x “má política”. Nenhuma política é simplesmente boa, nenhuma ação afirmativa é meramente má, essa representação precisa ser desconstruída, e com base no pensamento de DERRIDA (2001, p. 47) se “deveria evitar simplesmente neutralizar as oposições binárias da metafísica e, ao mesmo tempo, simplesmente residir, no campo fechado dessas oposições e, portanto, confirmá-lo.”, ou seja, desconstruir a oposição, inverter a hierarquia.

3. PARA ALÉM DO FIES: E A INCLUSÃO SOCIAL?

As entrevistas que serão realizadas buscarão investigar as representações feitas pelos alunos egressos sobre o FIES irão auxiliar a elucidar esta questão, qual seja: com a concessão do FIES houve a inclusão social destes alunos? Como foi a realidade deles no ensino superior? Qual a situação dos mesmos após a conclusão da graduação e a obrigação de pagamento do financiamento ao Governo Federal?

Questiona-se, também, se o Brasil é uma “Pátria Educadora” como anunciam as campanhas do Governo atual da Presidente Dilma. O país vive um momento de crise econômica, política e institucional e isto acarreta consequências na manutenção de políticas públicas de ação afirmativa, impactando programas como o FIES, que vive, desde 2014, um momento de desconstrução e de reflexão quando à inclusão social efetivamente promovida.

Esta desconstrução do Fies pode ser analisada com base em vários fundamentos. O primeiro são as constantes denúncias da imprensa nacional de que os reajustes de mensalidade que as instituições de ensino superior credenciadas pelo MEC para receber recursos do FIES são excessivos se comparados aos das universidades que não contam com essa linha de crédito. De acordo com o jornal Correio Braziliense, a diferença gira em torno de 2,5% ao ano, podendo, em alguns casos, chegar até 9,3%⁴. O que isso significa? Não só que os estudantes estão se endividando mais, pois terão que pagar cursos cada vez mais caros, o que, com certeza, impactará o futuro e as finanças dos mesmos, mas também que essas instituições de ensino privadas, credenciadas pelo FIES, estão aumentando ainda mais seus lucros, sem o risco da inadimplência e tudo graças ao repasse de dinheiro público, verba do Governo Federal.

⁴ Disponível em http://contee.org.br/contee/index.php/2014/07/o-que-esta-por-tras-da-ampliacao-do-fies/#.Vm2ZL_krLIU. Acesso em 13 de dez 2015.

Outro fundamento é a percepção das intenções e interesses vinculados ao FIES enquanto política pública, pois é cada vez maior a ascendência e o poder das grandes Faculdades que atuam no ensino superior privado sobre o Ministério da Educação - MEC, que propugna pela manutenção no texto do PNE - Plano Nacional de Educação das “parcerias público-privadas”, permanecendo e crescendo os investimentos públicos na educação superior privada, sem qualquer controle ou freio para os aumentos abusivos das mensalidades do setor privado. O MEC deve focar no atendimento do interesse público e não ser bombardeado pelo lobby e pelo jogo político desses grandes grupos educacionais.

É a lógica do mercado, é a sociedade capitalista quem está ditando as regras neste quadro educacional que deveria se pautar pela busca da igualdade de oportunidades e de direito ao acesso, citando uma premissa do materialismo “não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina sua consciência” (LUKACS, 2001, p. 94).

E o último fundamento que auxilia na desconstrução do Fies enquanto mera política de inclusão social é que essa aparente “democratização do ensino” trás consequências perversas, que segundo BOURDIEU e CHAMPAGNE (2008) é resultado de “uma ordem social que tende cada vez mais a dar tudo a todo mundo [...] mas sob as espécies fictícias da aparência, do simulacro ou mesmo da imitação.” Nesse sentido, BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS (2004) denuncia que essas políticas de democratização podem ter como resultado uma inclusão para a exclusão, pois quando esses estudantes com perfil socioeconômico vulnerável se deparam na universidade com uma situação de desvantagem em diversos aspectos perante os alunos para os quais a universidade sempre foi um caminho natural, resulta no abandono ou até mesmo na conclusão precária do ensino superior.

Essa precariedade pode ser sentida na relação entre aluno e professor, entre alunos com diferentes níveis sociais e, principalmente, na manutenção do ensino de qualidade, pois os alunos que possuem Fies não terão acesso às bolsas de iniciação científica ou outras que os auxiliem no pagamento das despesas com xerox, transporte, alimentação, livros, participação de eventos, impressões. É uma falsa igualdade de condições de vivenciar o ambiente de uma faculdade particular, representando, em muitos casos, uma inclusão para exclusão.

Há quem defendam, por exemplo, que “a inclusão, processo impossível no interior de uma lógica de exclusão da maioria da fruição dos direitos sociais [...] contribui para que as vítimas, iludidas com as “oportunidades” oferecidas, acabem culpando-se pela persistência da desgraça e se tornem enfraquecidas como reivindicadoras de direitos” (PATTO, 2001, p. 98).

Com as entrevistas, somada à análise dos discursos e histórias de vida dos alunos egressos devo desvendar esse mistério, e avaliar se efetivamente o que estamos vivenciando com o FIES é a inclusão social de todos esses discentes, ou se tudo isso, todo o crescimento na concessão do FIES não passa de mera ilusão, de uma “política de inclusão que não passa de mero ardil” (PATTO, 2001, p. 99).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como a minha dissertação está em construção, pendente das entrevistas e da conclusão da revisão bibliográfica minhas considerações ainda não são finais. Mas já posso afirmar que a inclusão social deveria ser preocupação do MEC desde a educação infantil e fundamental e não se restringir ao ensino superior. O que é mais justo: incluir desde a infância ou maquiar uma inclusão na fase adulta? Alguém que foi durante toda a vida educacional excluído, marginalizado e subalterno conseguirá ingressar no ensino superior privado com a mesma confiança e preparo intelectual de alguém educado na elite?

Deve-se cuidar da educação dos brasileiros desde a sua infância, pois é da experiência, da linguagem e da vinculação de ambas com a história é que se possibilita a evolução da sociedade humana, pois a infância é a “pátria transcendental da história” (AGAMBEM, 2005, p. 65), devendo a educação e a história ser analisadas não de forma linear, mas descontínua, mantendo-se sempre em movimento.

A história do Brasil é heterogênea, o país não é homogêneo, é uma pátria rica culturalmente, miscigenada e etnicamente múltipla, mas que pretende, sob o ponto de vista das políticas públicas, tratar a todos brasileiros de uma maneira pseudo homogênea, pseudo porque é nítida a “impossibilidade de se compreender nessa perspectiva a história enquanto processo unitário” (LUKÁCS, 2001, p. 82).

O sistema educacional brasileiro é excludente e, com certeza, o FIES trouxe muito avanços, efetivou a inclusão em algumas hipóteses, mas que só isso não é suficiente. A construção de uma nação soberana deve ser feita a partir de investimento público em educação pública, priorizando as instituições gratuitas e não as privadas, pois isso é efetiva inclusão social e não mera inclusão para exclusão.

É necessário investir na reflexão, na crítica, na denuncia, na coragem de falar, de criticar o sistema educacional brasileiro, recuperando o pensamento crítico e não simplesmente repassando a crença nas benesses simuladas de políticas minimamente populistas. É nessa investigação que quero

enveredar nas entrevistas, buscando nesse universo de alunos egressos identificar se estou lidando com protagonistas das políticas públicas ou com sujeitos subalternos, com pacientes ou com agentes que irão estranhar o estabelecido e modificar o panorama social do Brasil.

Assim, as políticas públicas de inclusão do ensino superior deveriam ser rizomáticas, buscando conexões e não exclusões, não se resumindo à uma série de concessões de FIES, como acontece desde 2010 no Brasil, sem a devida análise dos sujeitos, alunos contemplados. “Não seja uno nem múltiplo, seja multiplicidades! Faça a linha e nunca o ponto! A velocidade transforma o ponto em linha! Seja rápido, mesmo parado!” (DELEUZE, 1995, p. 17). Falta, portanto, mais agilidade e efetividade às políticas públicas do Governo Federal, notoriamente ao FIES e, suponho, mais pensamento crítico e mais rebeldia aos alunos egressos das instituições de ensino superior privada.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 19-78.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Alfredo (Org.). *Escritos de educação*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 217-228.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Portal FIES – Programa de Financiamento Estudantil*. Disponível em: <http://sisfiesportal.mec.gov.br/fies.html>. Acesso em: 13 dez 2015.
- BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 12.288, de 2010*. Diário Oficial. Brasília, DF, 20 de julho de 2010.
- BRASIL, Congresso Nacional. *Lei nº 12.513, de 2011*. Diário Oficial. Brasília, DF, 26 de outubro de 2011.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia)*. Editora 34, 1995.
- DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FERES JÚNIOR, João; TOSTE DAFLON, Verônica. *Ação afirmativa na revista Veja: estratégias editoriais e o enquadramento do debate público*. Revista Compolítica, v. 2, p. 66-91, 2012.
- FERES JÚNIOR, João; CAMPOS, Luiz Augusto; TOSTE DAFLON, Verônica. *Fora de quadro: as ações afirmativas nas páginas d’O Globo*. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 2, p. 61-83, 2011.
- HERINGER, R; FERREIRA, R. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período 2001-2008. In: PAULA, M.: HERINGER, R. (Org.). *Caminhos convergentes: estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*: Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll Action Aid, 2009, p. 137-194.
- LUKÁCS, Georg. O que é marxismo ortodoxo? In: *História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- SANTIAGO, Silvano. *O Cosmopolitismo do Pobre: crítica literária e crítica cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipadora da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.